



ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH



The title 'CONJUNTURA AUSTRAL' is centered and features a decorative graphic behind it. This graphic consists of several overlapping, wavy lines in shades of purple, blue, green, and yellow. To the right of the title, there are several small, stylized star or asterisk symbols arranged in a cluster.

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

ISSN 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

Foco e Escopo

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* recebe contribuições em fluxo contínuo, na forma de Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, escritos em português, inglês ou espanhol. Ela publica trimestralmente produções originais cuja temática se situe na grande área das Relações Internacionais, com ênfase em temas pertinentes aos países do Sul Global, tendo como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas das Relações Internacionais, especialmente as agendas de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

Nesse sentido, submissões que não sejam centradas em fenômenos internacionais ou transfronteiriços, definidos como pertencentes à agenda de estudos internacionais, são consideradas como fora do escopo da publicação.

Objetivo

O objetivo principal da *Conjuntura Austral* é publicar as mais recentes, inovadoras e relevantes contribuições no campo das Relações Internacionais, tendo como público alvo pesquisadores, especialistas, pós-graduandos e graduandos da área de Relações Internacionais. A *Conjuntura Austral* mantém um padrão de alta qualidade e os critérios primordiais para avaliar contribuições são a relevância e a qualidade científica dos trabalhos.

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* ressalta que as opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus(suas) respectivos(as) autores(as).

Nossa História

A *Conjuntura Austral* foi criada em 2010, fruto de um ambicioso projeto de divulgar o conhecimento científico produzido pelo e sobre os países em desenvolvimento, que refletia não apenas a consolidação e a força da área de Relações Internacionais, mas também a realidade de transformação vivenciada pelas relações internacionais no período.

Ao completar cinco anos, a Revista passou por uma renovação, adotando uma nova identidade visual e um novo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando sua vocação para a divulgação de pesquisas sobre Ásia, África e América Latina – sem, contudo, afastar-se do diálogo com o Norte, pois é impossível pensar o Sul Global sem pensar o próprio Global. O símbolo do Cruzeiro do Sul, assim, permaneceu como sua marca referência, significativa para os navegadores austrais desde a época dos descobrimentos da era moderna.

Ao longo de seus dez anos de existência, a *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicou mais de 320 artigos de cerca de 370 autores diferentes, contando para isso com a colaboração voluntária de mais de 450 pareceristas. Nesse período, a revista foi acessada por mais de 100.000 pessoas diferentes, em mais de 130 países.

Focus and Scope

Conjuntura Austral: Journal of the Global South receives contributions in a continuous flow, in the form of Scenario Analysis pieces, Research Articles, and Book Reviews, written in Portuguese, English or Spanish. It issues original scientific works whose theme falls within the broad area of International Relations, with an emphasis on topics relevant to the countries of the Global South. With Africa, Asia, and Latin America as the geographical area of coverage, its main focus is on the major themes of international relations, especially issues of security, diplomacy, and development.

Contributions that are not centered on international or cross-border phenomena, defined as belonging to the international studies agenda, are considered outside the scope of the publication.

Objective

The main objective of *Conjuntura Austral* is to publish the most recent, innovative, and relevant contributions in the field of International Relations. Its target audience is composed of researchers, specialists, graduate students, and undergraduate students in the field of International Relations. *Conjuntura Austral* maintains a high-quality standard whereby the relevance and scientific quality of the submissions are the primary criteria for evaluating contributions.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South emphasizes that the opinions expressed in the articles are the sole responsibility of their respective authors.

Our History

Conjuntura Austral was created in 2010, as the result of an ambitious project to disseminate scientific knowledge produced by and about developing countries. It reflected not only the consolidation and strength of the International Relations area but also the reality of transformation experienced by international relations during this period.

On its fifth birthday, the Journal underwent a renovation, adopting a new visual identity and a new subtitle, *Journal of the Global South*. The Journal, therefore, reaffirmed its vocation for the dissemination of research on Asia, Africa, and Latin America – without, however, abandoning the dialogue with the North, since it is impossible to think of the Global South without thinking of the Global North. The Southern Cross constellation thus remained our reference symbol, extremely relevant to the southern sailors since the time of the discoveries in the modern era.

Throughout this decade, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* has published more than 320 articles by around 370 authors, with the voluntary collaboration of more than 450 reviewers. During this period, the journal articles were read by more than 100,000 different people, in more than 130 countries.

Enfoque y alcance

Conjuntura Austral: Journal of the Global South recibe contribuciones en un flujo continuo, en forma de Análisis de Coyuntura, Artículos de Investigación y Reseñas Bibliográficas, escritos en portugués, inglés o español. Publica producciones originales cuya temática se encuentre dentro del campo amplio de las Relaciones Internacionales, con énfasis en temas relevantes para los países del Sur Global, teniendo como área geográfica de cobertura a África, Asia y América Latina, en la perspectiva de los principales temas de las relaciones internacionales, especialmente las agendas de seguridad, diplomacia y desarrollo.

En este sentido, los artículos remitidos que no se centren en fenómenos internacionales o transfronterizos, definidos estos como parte de la agenda de los estudios internacionales, se consideran fuera del alcance de la publicación.

Objetivo

El objetivo principal de *Conjuntura Austral* es publicar las contribuciones más recientes, innovadoras y relevantes en el campo de las Relaciones Internacionales, teniendo como público objetivo a investigadores(as), especialistas y estudiantes de posgrado en el área de las Relaciones Internacionales. *Conjuntura Austral* mantiene un alto estándar de calidad, siendo la relevancia y la calidad científica de los artículos los criterios principales para evaluar las contribuciones.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South enfatiza que las opiniones expresadas en los artículos son responsabilidad de sus respectivos(as) autores(as).

Nuestra Historia

Conjuntura Austral se creó en 2010, el resultado de un ambicioso proyecto para divulgar el conocimiento científico producido por y sobre los países en desarrollo, reflejando no solo la consolidación y la fuerza del campo de las Relaciones Internacionales, sino la realidad de la transformación experimentada por las relaciones internacionales en aquel período.

Tras cinco años de existencia, la Revista pasó por un proceso de renovación, adoptando una nueva identidad visual y un nuevo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando su vocación por la divulgación de investigaciones sobre Asia, África y América Latina – sin dejar, no obstante, de dialogar con el Norte, dado que es imposible pensar el Sur Global sin pensar en el Global mismo. El símbolo de la Cruz del Sur, por lo tanto, se ha mantenido como su marca de referencia, importante para los navegantes del sur desde la época de los descubrimientos de la era moderna.

A lo largo de sus diez años de existencia, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicó más de 320 artículos de unos 370 autores(as) diferentes y contó con la colaboración voluntaria de más de 450 revisores. Durante este período, la revista fue leída por más de 100.000 personas diferentes, en más de 130 países.

Equipe Editorial

Editor-chefe

André Luiz Reis da Silva *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editor Adjunto

Guilherme Ziebell de Oliveira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores Assistentes

Mateus Webber Matos *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vinícius Henrique Mallmann *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores de Revisão

José Oviedo Pérez *Ohio State University, Estados Unidos da América*

Raquel de Holleben, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Yuri Bravo Coutinho, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Assistentes Editoriais

Beatriz de Castro Ferreira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Thaís Elizabeth Müller *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Comitê Editorial

André Moreira Cunha *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Camilo Lopez Burian *Universidad de la República, Uruguai*

Chris Landsberg *University of Johannesburg, África do Sul*

Eduardo Ernesto Filippi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jing Cheng *Hubei University, China*

Paulo Wache *Universidade Joaquim Chissano, Moçambique*

Veronica Korber Gonçalves *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Contato:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Tel: +55 51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963
Email: conjunturaaustral@ufrgs.br

Conselho Editorial

Aaron Schneider *Denver University, Estados Unidos da América*

Alejandro Simonoff *Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Alfredo Dombe *Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura, Moçambique*

Amado Luiz Cervo *Universidade de Brasília, Brasil*

Ana Flávia Barros Platiau *Universidade de Brasília, Brasil*

Anabela Busso *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Anselmo Otávio *Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Carlos Arturi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Danny Zahreddine *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil*

Deisy Ventura *Universidade de São Paulo, Brasil*

Deltlef Nolte *GIGA Hamburg, Alemanha*

Elodie Brum *Colégio de México, México*

Fabian Scholze Domingues *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Fabício Chagas Bastos *University of Melbourne, Austrália*

Germán Soprano *CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Gilberto Aranda Bustamante *Universidad de Chile, Chile*

Gladys Lechini *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Guilherme Casarões *Fundação Getúlio Vargas, Brasil*

Joseph Marques Webster *University Geneva, Suíça*

Lilia Ilikova *Kazan Federal University of Russia, Russia*

Marco Cepik *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marcos Costa Lima *Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Mohammad Jahirul Hoque *Shahjalal University of Science and Technology, Bangladesh*

Naif Bezwan *Mardin Artuklu University, Turquia*

Samuel Pinheiro Guimarães *Ministério das Relações Exteriores, Brasil*

Samuel Soares *Universidade Estadual Paulista, Brasil*

Sean W. Burges *Australian National Centre for Latin American Studies, Austrália*

Shiguenoli Miyamoto *Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Vijay Prashad *Tricontinental: Institute for Social Research, Índia*

Yetzy Urimar Villarroel *Universidad Simón Bolívar, Venezuela*

Zaad Mahmood *Presidency University Kolkata, Índia*

Apoio:



Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços:

Bases de dados:

- EBSCO Host
- Bibliografía Latinoamericana (BIBLAT)
- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)
- Sumários de Revistas Brasileiras
- EuroPub
- Scilit
- PKP Index
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Open Academic Journals Index (OAJI)
- Sistema de Información Científica Redalyc
- Maktaba | Department of Culture & Tourism

Diretórios/Repositórios:

- Google Scholar
- Directory of Open Access Journals (DOAJ)
- Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD)
- Latindex
- Ulrichs Web
- Journal Table of Contents
- Bielefeld Academic Search Engine (BASE)
- IFindr
- Timbó FOCO
- Land Portal
- Sherpa/Romeo
- Diadorim
- Journals for Free (J4F)
- OpenAire
- AuraAmelica
- Columbia University Libraries
- Semantic Scholar

Portais:

- GIGA Information Centre
- European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH plus)
- LatinREV
- Portal de Periódicos CAPES
- Mirabel
- SmartCat
- Revistas de livre acesso (LivRe)
- Portal de Periódicos Científico UFRGS
- Oasis/IBICT
- Core

Índices:

- Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR)
- Index Copernicus
- Advanced Sciences Index
- Clasificación Integrada de Revistas Científicas (CIRC)
- CiteFactor

Divulgadores:

- WorldCat
- Crossref

Volume. 16, Número. 76 (out./dez. 2025)

EDITORIAL

Amado Luiz Cervo e sua contribuição para o pensamento brasileiro em Relações Internacionais..... p. 7
Equipe Editorial Revista Conjuntura Austral

ARTIGOS

O corpo feminino como a primeira colônia: Fronteiras simbólicas e violência de gênero em Cidade Juárez (1993-2023)..... p.9
Gabriela Menezes Kolling e Patrícia da Costa Machado

Bridging continents: Macao-Hengqin Zone, and Brazil's pathway to China p. 23
Francisco Jose Bernardino da Silva Leandro, Carlos Cid Alvares e Pedro Calé Theotônio

A Frente Parlamentar da Agropecuária na política externa brasileira (2019-2022) p. 45
Clarissa Franzoi Dri e Pedro Soares Leal

Patriarcado e epistemologias de gênero nas Relações Internacionais: uma crítica ao mainstream a partir do Sul Global..... p. 66
Vinícius Henrique Mallmann e Thaís Vieira

RESENHAS

Resenha do livro “Uma teoria do poder global” p. 80
Mateus Webber e Yuri Bravo Coutinho

Normas de Submissão/Submission Standards p. 84

Amado Luiz Cervo e sua contribuição para o pensamento brasileiro em Relações Internacionais

Amado Luiz Cervo and his contributions for Brazilian International Affairs thought

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.153145>

O falecimento de Amado Luiz Cervo, em novembro de 2025, representa uma perda significativa para o campo das Relações Internacionais e para a historiografia da política externa brasileira. Intelectual rigoroso, professor dedicado e referência incontornável para diferentes gerações de pesquisadores, Cervo contribuiu decisivamente para a consolidação de um pensamento brasileiro sobre a inserção internacional do país e da América Latina. Sua obra articula história, teoria e prática diplomática, oferecendo instrumentos analíticos fundamentais para a compreensão da política internacional a partir da experiência histórica brasileira. Autor de numerosos livros e artigos, formou dezenas de mestres e doutores e contribuiu sistematicamente para a construção e crescimento da área de Relações Internacionais.

Professor Titular da Unb e formado na Universidade de Estrasburgo, o pensamento de Amado Cervo dialoga diretamente com a renovação historiográfica francesa das relações internacionais, notadamente com a obra de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (Renouvin e Duroselle, 1967). Da tradição inaugurada por Renouvin, e em particular da noção de forças profundas, Cervo incorporou a atenção aos condicionantes históricos estruturais da política externa — fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que moldam, de maneira duradoura, a ação internacional dos Estados. É perceptível que sua obra recebe influência dos debates que ocorriam nas escolas europeias de Relações Internacionais, além de estar engajado com a produção dos teóricos da autonomia no Brasil e na América Latina. Essa influência se manifesta em sua recusa a abordagens restritas à história diplomática tradicional e em sua concepção da política externa como um processo histórico complexo, no qual estruturas condicionam as escolhas, sem reduzi-las a decisões de elites governantes.

É central na contribuição intelectual de Amado Cervo a articulação entre economia política e política externa. Para o autor, a inserção internacional do Brasil está diretamente vinculada aos modelos de desenvolvimento e às estratégias econômicas adotadas em cada período histórico. A partir dessa perspectiva, Cervo desenvolveu uma leitura paradigmática da política exterior brasileira, identificando quatro grandes paradigmas que orientaram a ação internacional do país: o liberal agrário-exportador, o desenvolvimentista, o neoliberal-normal e o logístico. Longe de constituírem categorias rígidas, esses paradigmas funcionam como instrumentos analíticos que permitem compreender continuidades, rupturas e disputas políticas em torno dos projetos nacionais de inserção internacional, integrando estrutura econômica, orientação estatal e estratégia diplomática.

Esses elementos aparecem de forma particularmente consistente em “História da Política Exterior do Brasil”, obra escrita em parceria com Clodoaldo Bueno, cuja primeira edição foi publicada em 1992, e que se tornou referência obrigatória no campo (Cervo e Bueno, 2008). Nela, Cervo e Bueno analisam a política externa como expressão de projetos nacionais historicamente situados, superando leituras meramente descritivas ou normativas da diplomacia. A sucessão, e coexistência, dos paradigmas de inserção internacional permite compreender tanto a persistência de certos padrões

quanto as inflexões associadas a mudanças no modelo de desenvolvimento, no papel do Estado e nas condições do sistema internacional.

Em “Formação dos Conceitos Brasileiros”, Cervo aprofunda a dimensão epistemológica de seu projeto intelectual. O autor propõe uma crítica à importação acrítica de categorias analíticas produzidas nos centros hegemônicos, defendendo a necessidade de conceitos construídos a partir da experiência histórica brasileira. Trata-se de uma postura que não recusa o diálogo com a produção internacional, mas reivindica autonomia intelectual e sensibilidade histórica. Essa obra insere Cervo em um debate mais amplo sobre a produção de conhecimento no Sul Global e reforça sua contribuição para a afirmação de uma agenda teórica própria nas Relações Internacionais brasileiras (Cervo, 2008).

Já em “Relações Internacionais da América Latina”, o autor amplia o escopo de análise ao situar o Brasil em um contexto regional marcado por condicionantes estruturais comuns e trajetórias nacionais diversas. A América Latina é tratada como sujeito da política internacional, ao mesmo tempo em que se articula dinâmicas sistêmicas globais. Cervo analisa as estratégias de inserção internacional dos países da região, os projetos de desenvolvimento e as experiências de cooperação e integração, enfatizando tanto os limites impostos pela posição periférica quanto às possibilidades de ação estratégica e autonomia relativa (Cervo, 2001).

Estes três livros são essenciais para a compreensão da política externa brasileira. Mas o legado de Amado Cervo vai além de suas obras mais conhecidas. Ele se expressa na formação de gerações de pesquisadores, na institucionalização da área de Relações Internacionais no Brasil e na defesa consistente de uma produção intelectual comprometida com a realidade histórica e política do país. Em um contexto internacional marcado por transformações aceleradas, disputas geopolíticas acirradas e novos desafios ao desenvolvimento e à autonomia dos Estados periféricos, o pensamento de Cervo mantém notável atualidade.

Ao completar quinze anos de existência, com distinção de qualidade e reputação, a Conjuntura Austral reafirma um projeto editorial que dialoga diretamente com o legado intelectual por ele construído. Membro de seu Conselho Editorial, Cervo inspirou uma revista comprometida com o rigor teórico e metodológico e com a produção de conhecimento sobre as Relações Internacionais do Brasil, a América Latina e o Sul Global. Assim, esta homenagem não é apenas um reconhecimento, mas também a reafirmação de uma tradição analítica que segue na política editorial desta revista, orientando a reflexão crítica sobre a política internacional contemporânea.

Equipe Editorial Revista Conjuntura Austral

Referências

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo, Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: Funag/IBRI, 2001

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.

O corpo feminino como a primeira colônia: Fronteiras simbólicas e violência de gênero em Cidade Juárez (1993-2023)

The female body as the first colony: Symbolic boundaries and gender violence in Ciudad Juárez (1993-2023)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.146630>

Gabriela Menezes Kolling
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
gabimkolling@hotmail.com  

Patrícia da Costa Machado
Universidade La Salle, Canoas, Brasil
patricia.machado@unilasalle.edu.br  

Resumo

Este estudo investiga o impacto das fronteiras físicas e simbólicas na perpetuação da violência contra as mulheres em Cidade Juárez, examinando como o crime organizado e o tráfico humano contribuem para essa realidade. A pesquisa parte da hipótese de que a violência de gênero na região opera como um mecanismo de demarcação territorial e que os feminicídios podem servir como cortina de fumaça para dinâmicas mais complexas de domínio e exploração. O objetivo geral da pesquisa é analisar o impacto das fronteiras físicas e simbólicas na perpetuação da violência de gênero em Cidade Juárez, considerando o papel do crime organizado e das estruturas coloniais na manutenção dos feminicídios. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise documental e bibliográfica, com uso de dados oficiais, relatórios governamentais como os da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, documentos internacionais e estudos acadêmicos. O referencial teórico fundamenta-se no feminismo decolonial latino-americano, especialmente nas contribuições de Rita Laura Segato, María Lugones, Rosalba Icaza, Lélia Gonzalez, Ochy Curiel e Verónica Gago. Por fim, os resultados indicam que as fronteiras são espaços de intensificação da violência patriarcal, nos quais a exploração econômica, o tráfico de pessoas e a impunidade colaboram para a perpetuação dos feminicídios.

Palavras-chave: Cidade Juárez; Feminismo Decolonial; Feminicídios; Fronteiras físicas e simbólicas; Crime Organizado.

Abstract

This study investigates the impact of physical and symbolic borders on the perpetuation of violence against women in Ciudad Juárez, examining how organized crime and human trafficking contribute to this reality. The research is based on the hypothesis that gender-based violence in the region operates as a mechanism of territorial demarcation and that feminicides may serve as a smokescreen for more complex dynamics of domination and exploitation. The overall objective of the study is to analyze the impact of physical and symbolic borders on the perpetuation of gender-based violence in Ciudad Juárez, considering the role of organized crime and colonial structures in sustaining feminicides. The research adopts a qualitative approach, with documentary and bibliographic analysis, drawing on official data, government reports such as those from the Inter-American Commission on Human Rights, international documents, and academic studies. The theoretical framework is grounded in Latin American decolonial feminism, particularly the contributions of Rita Laura Segato, María Lugones, Rosalba Icaza, Lélia Gonzalez, Ochy Curiel, and Verónica Gago. Finally, the results indicate that borders are spaces where patriarchal violence is intensified, and where economic exploitation, human trafficking, and impunity contribute to the perpetuation of feminicides.

Keywords: Ciudad Juárez; Decolonial Feminism; Femicides; Physical and symbolic borders; Organized crime.

Recebido: 28 Março 2025
Aceito: 19 Novembro 2025

Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Desde 1993, Ciudad Juárez, no estado de Chihuahua, tornou-se o epicentro de uma epidemia de feminicídios, forma extrema de violência que vitima mulheres em razão de seu gênero (Blanco García, 2016). Na fronteira norte do México, a violência contra as mulheres assume caráter emblemático, consolidando a percepção de que o corpo feminino é permanentemente marcado pela ameaça de morte. A cidade também simboliza os efeitos da globalização e do avanço neoliberal, traduzidos em uma lógica de exploração incessante orientada pelo lucro (Segato, 2016).

Entre 2021 e 2023, foram registradas aproximadamente 5,2 mil mortes violentas em Ciudad Juárez, das quais 4,4 mil estiveram relacionadas diretamente à atuação do crime organizado. No entanto, apenas 131 casos foram oficialmente classificados como feminicídios, segundo dados do *Fideicomiso para la Competitividad y Seguridad Ciudadana* (FICOSEC, 2023). Essa discrepância evidencia a magnitude da violência letal na região e, ao mesmo tempo, a dificuldade institucional em reconhecer e enquadrar juridicamente os assassinatos de mulheres como crimes de gênero, perpetuando a impunidade e invisibilizando o caráter estrutural dessa violência (Segato, 2016).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os feminicídios em Ciudad Juárez, no México, no período de 1993 a 2023, considerando as fronteiras físicas e simbólicas da região e seu papel na perpetuação da violência de gênero. A pesquisa busca compreender como a condição de cidade fronteiriça, marcada pela proximidade com os Estados Unidos, interage com dinâmicas transnacionais, como o tráfico humano, a exploração sexual e o crime organizado, além de evidenciar os efeitos da impunidade e das falhas institucionais na reprodução da violência contra as mulheres. A investigação ancora-se no feminismo decolonial como abordagem crítica, permitindo compreender de maneira aprofundada os contextos de dominação e exclusão que moldam os feminicídios e propor reflexões significativas para o enfrentamento desse grave problema social.

Nesse sentido, os objetivos específicos são analisar a relação entre os feminicídios e o contexto fronteiriço de Cidade Juárez, investigar o papel do crime organizado na execução dos feminicídios e as motivações dos perpetradores e, por fim, examinar o papel do feminismo decolonial na compreensão da violência de gênero em Cidade Juárez. Este último objetivo visa analisar como as teorias do feminismo decolonial podem contribuir para uma compreensão mais profunda dos feminicídios, oferecendo perspectivas alternativas para o enfrentamento da violência de gênero na região e desafiando as narrativas dominantes sobre o fenômeno.

A partir disso, a pesquisa tem como problema norteador a seguinte pergunta: De que forma a fronteira México–Estados Unidos funciona como um espaço que intensifica a violência patriarcal e colonial, evidenciada pelos feminicídios em Ciudad Juárez?

A hipótese parte do pressuposto de que a fronteira México–Estados Unidos opera como um dispositivo de colonialidade de gênero, no qual se entrelaçam dinâmicas de raça e classe, intensificando a violência patriarcal e estrutural. Nessa perspectiva, os feminicídios em Ciudad Juárez não podem ser entendidos como fenômenos isolados, mas como expressão de um regime de poder que combina exploração econômica, militarização da fronteira e invisibilização das mulheres do Sul Global, perpetuando a lógica eurocêntrica e patriarcal denunciada pelo feminismo decolonial. Além disso, em regiões fronteiriças no México, sobretudo na Cidade Juárez, há um aumento de casos de feminicídios, operados através de uma lógica que considera a violência de gênero como a demarcação de um território ou a conquista de uma nação.

O estudo abrange o período de 1993 a 2023. O ano de 1993 marca o início do reconhecimento público e midiático dos feminicídios em Ciudad Juárez, quando a imprensa local e internacional passou a documentar sistematicamente os assassinatos de mulheres. O recorte até 2023 permite analisar a continuidade e as transformações da violência de gênero ao longo de três décadas, além de destacar um marco jurídico internacional: a apresentação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos do Caso nº 12.853 – *Lilia Alejandra García Andrade e outras vs. México*, referente à desapareição e assassinato de Lilia Alejandra em 2001. A escolha desse marco final evidencia que, mesmo décadas após os primeiros

registros públicos, os feminicídios em Juárez permanecem na agenda internacional de direitos humanos, revelando a persistência da impunidade (Corte IDH, 2023).

O presente estudo investiga o fenômeno dos feminicídios em Ciudad Juárez, México, no período de 1993 a 2023, por meio de uma abordagem documental e bibliográfica, aliada a uma análise qualitativa das pesquisas produzidas sobre o tema. A metodologia busca compreender as dinâmicas sociais, políticas e institucionais que contribuíram para a persistência e evolução desse fenômeno ao longo das últimas três décadas.

A escolha desse caso específico se justifica pela sua relevância internacional como exemplo emblemático de violência de gênero em contexto urbano, permitindo aprofundar a compreensão de processos sociais, políticos e institucionais relacionados aos direitos das mulheres. A escolha dessa abordagem se justifica pelo caráter interdisciplinar do objeto, que exige tanto a análise de dados empíricos oficiais quanto a revisão crítica de estudos acadêmicos e relatórios internacionais. Na pesquisa documental, foram coletados e analisados relatórios governamentais e estatísticas oficiais produzidas por instituições mexicanas, como o FICOSEC (*Fideicomiso para la Competitividad y Seguridad Ciudadana*), referentes a homicídios dolosos e feminicídios. Além disso, foram examinados documentos elaborados por organismos internacionais e regionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e resultados da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No campo teórico, a pesquisa bibliográfica apoia-se em referenciais do feminismo decolonial, que permitem compreender o feminicídio em Ciudad Juárez como fenômeno estruturado por múltiplas camadas de opressão — de gênero, classe e raça. Entre as principais autoras, destaca-se Rita Laura Segato, cujas análises sobre os feminicídios na fronteira norte do México evidenciam a relação entre violência de gênero, colonialidade do poder e o funcionamento do patriarcado moderno-colonial. A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases acadêmicas como Scielo, JSTOR e Google Scholar, com foco em estudos que abordam o contexto social, cultural e histórico de Cidade Juárez. Foram priorizadas obras de autoras que discutem a violência de gênero e o feminismo decolonial, como Rita Laura Segato, María Lugones, Rosalba Icaza, Lélia Gonzalez, Ochy Curiel e Verónica Gago, cujas contribuições permitem compreender os feminicídios não apenas como crimes individuais, mas como parte de uma estrutura de poder patriarcal e colonial que atravessa fronteiras físicas e simbólicas. Embora os feminicídios em Ciudad Juárez já tenham sido amplamente estudados, esta pesquisa avança ao compreender o fenômeno a partir da articulação entre fronteiras físicas, simbólicas e corporais. Assim, Ciudad Juárez não é apenas cenário, mas um território-fronteira atravessado por dinâmicas transnacionais — como migração, narcotráfico, exploração sexual e tráfico humano — e por fronteiras de gênero, classe e raça, que naturalizam corpos femininos como alvos de violência. Nesse contexto, o corpo da mulher torna-se território de conquista, submetido a uma lógica patriarcal e colonial que o associa à disputa territorial da própria fronteira.

O caráter inovador deste estudo reside em interpretar os feminicídios como expressão dessas múltiplas fronteiras, superando a leitura meramente criminal para evidenciar sua dimensão geopolítica e simbólica. Ancorada no feminismo decolonial, a análise mostra como a violência contra as mulheres funciona simultaneamente como prática de controle social e reafirmação de hierarquias de gênero, raça e classe. Ao destacar as fronteiras física, simbólica e corporal, esta investigação oferece um aporte teórico-crítico original, capaz de propor novas reflexões sobre o enfrentamento da violência de gênero em contextos fronteiriços marcados pela interseção entre neoliberalismo, colonialidade e geopolítica.

O corpo feminino como um território de conquista

A adoção do feminismo decolonial como base teórica desta pesquisa configura-se como uma decisão metodológica e política que questiona os modos hegemônicos de produção de conhecimento em Relações Internacionais. Frente ao paradigma eurocêntrico que universaliza experiências do Norte e ignora as especificidades do Sul Global, o feminismo decolonial emerge como ferramenta analítica indispensável para revelar múltiplas formas de opressão e

desestabilizar a suposta neutralidade da disciplina, fundada em uma lógica masculina, branca e ocidental (Gonzalez, 2020).

A primeira onda feminista (século XIX e início do XX) consolidou um feminismo hierárquico e eurocentrado, representado majoritariamente por mulheres brancas das elites, cujo foco estava na igualdade laboral, enquanto correntes mais radicais permaneceram marginalizadas pela falta de repercussão midiática (Hooks, 2018). Somente com a terceira onda, a partir da década de 1970, narrativas decoloniais denunciaram as hierarquias internas ao feminismo hegemônico, evidenciando as opressões específicas das mulheres do Sul Global (Segato, 2016). Nesse contexto, a autora María Lugones (2010) desenvolve a noção de colonialidade de gênero, articulando raça, classe, sexo e geopolítica na reprodução de hierarquias coloniais. Essa perspectiva denuncia a invisibilização dos saberes do Sul e propõe uma ruptura com o universalismo eurocêntrico das teorias tradicionais de Relações Internacionais.

Por fim, ao demonstrar que metodologias convencionais reproduzem relações de poder que marginalizam mulheres racializadas e populações subalternizadas, o feminismo decolonial reivindica metodologias que valorizem conhecimentos situados e coletivos. Dessa forma, rompe com a lógica universalizante, reconhece a centralidade do lugar de enunciação e amplia as possibilidades analíticas e políticas para enfrentar violências estruturais e de gênero (Curiel, 2019).

Um dos aspectos centrais desse feminismo consiste na crítica à modernidade enquanto projeto civilizatório que esteve profundamente associado à colonização das Américas e à consolidação do capitalismo (Lugones, 2010). A partir desse marco analítico, entende-se que a dominação colonial não se restringe ao campo econômico, mas também abarca a produção de subjetividades, a regulação dos corpos e a imposição de um modelo epistêmico único — de base eurocêntrica.

De acordo com Lugones (2010), o feminismo decolonial articula modernidade, colonialidade e gênero, ao demonstrar que os ideais modernos de progresso, racionalidade e ciência foram forjados no contexto da dominação colonial. Nesse processo, instituiu-se um sistema de gênero colonial/moderno baseado em categorias binárias e hierárquicas — como homem/mulher, racional/irracional e cultura/natureza — cuja imposição foi central à dinâmica de opressão. Assim, o gênero não deve ser compreendido como uma construção social neutra, mas como dispositivo colonial articulado à raça e à sexualidade.

Complementarmente, Icaza (2017) sustenta que o feminismo decolonial constitui uma crítica às epistemologias hegemônicas que invisibilizam mulheres racializadas, propondo uma leitura em que suas experiências são protagonistas na análise das interseções entre gênero, raça e poder. Nesse sentido, evidencia-se que as opressões atuais estão profundamente enraizadas na herança da exploração colonial.

Um conceito central é o de corpo como território de conquista, que revela como os corpos — especialmente de mulheres negras, indígenas e racializadas — foram e ainda são concebidos como espaços de dominação, em analogia aos territórios colonizados (Segato, 2016). Essa perspectiva denuncia a lógica de conquista que conecta exploração da terra, violência sexual, controle reprodutivo e silenciamento cultural, reforçando a compreensão do corpo como recurso submetido à acumulação capitalista e à reprodução de sistemas patriarcais, racistas e coloniais.

As produções feministas ocidentais frequentemente reproduzem uma concepção de mulher no Sul Global como se fosse um sujeito uniforme, passivo e desprovido de agência, desconsiderando a diversidade histórica, social e cultural que caracteriza suas experiências. Mohanty (1991) chama atenção para essa tendência em parte da literatura feminista ocidental, que constrói a imagem da “mulher do Terceiro Mundo” como vítima inevitável da opressão patriarcal, da pobreza e de práticas culturais consideradas atrasadas.

Tal narrativa, além de invisibilizar formas de resistência e agência dessas mulheres, sustenta um viés colonial, no qual as feministas do Norte se colocam como portadoras de saber legítimo e como responsáveis por “salvar” as demais. A autora questiona, ainda, o uso essencializado de categorias como “mulher”, “patriarcado” e “opressão”, que acabam por

ignorar marcadores de diferença como classe, raça, etnia, religião e localização geopolítica. Para Mohanty (1991), tratar a categoria “mulher” como universal desconsidera os diferentes regimes de poder que estruturam a vida de cada grupo. Nesse sentido, ao reduzir a análise da opressão apenas ao eixo de gênero, o feminismo ocidental contribui para a despolitização de dimensões interseccionais cruciais, como os efeitos do colonialismo e do capitalismo global.

A violência de gênero na América Latina deve ser compreendida à luz da colonialidade, isto é, da permanência de sistemas de dominação herdados do período colonial (Gonzalez, 2020). Nessa lógica, os corpos femininos são concebidos como territórios de disputa, associados à posse e à conquista, o que reforça sua utilização como instrumentos de controle social, especialmente em zonas fronteiriças marcadas pela fragilidade institucional e pela presença de organizações criminosas (Segato, 2016). O feminismo decolonial mostra-se, assim, fundamental para valorizar a pluralidade das experiências femininas e desafiar a universalização da categoria “mulher”, reconhecendo que a produção de conhecimento está vinculada às estruturas coloniais de poder (Antonette; Damião; Chiuza, 2019).

Nesse contexto, a categoria “fronteira” adquire centralidade. Definida como delimitação física ou artificial, ela representa não apenas separação entre territórios, mas também espaço de fluxos comerciais, culturais e identitários (Assumpção, 2014). O caráter paradoxal da fronteira reside no fato de que, ao mesmo tempo em que demarca divisões, também possibilita integração e trocas, permanecendo, contudo, vulnerável a conflitos decorrentes de heranças coloniais, disputas territoriais e valores patriarcais, os quais reforçam dimensões etnocêntricas mesmo em contextos aparentemente pacíficos (Segato, 2018).

As contribuições de Rosalba Icaza (2017) e Gloria Anzaldúa (2021) reforçam esse quadro ao criticarem os pressupostos epistemológicos das Relações Internacionais. Icaza (2017) demonstra a inseparabilidade entre modernidade e colonialidade, evidenciando como a disciplina marginaliza saberes situados e perpetua um olhar eurocêntrico e desincorporado, sobretudo em temas de segurança e violência. Nesse sentido, o conceito de *border thinking*, desenvolvido por Anzaldúa e ampliado por Icaza, busca compreender o mundo a partir das marcas do colonialismo, valorizando saberes corporificados e experiências de populações que habitam fronteiras materiais e simbólicas. Essa perspectiva propõe uma consciência situada e corporalizada, expondo os limites do universalismo ocidental e defendendo epistemologias enraizadas nas vivências de mulheres e populações racializadas do Sul Global (Icaza, 2017).

Para Anzaldúa (2021), a fronteira não é apenas um espaço geográfico, mas também uma experiência subjetiva e política que molda identidades híbridas e transgressoras. Em *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, a autora descreve a “nova mestiça” como aquela figura que habita múltiplos mundos e resiste às imposições de identidades fixas e binárias. Nesse sentido, a fronteira manifesta-se em corpos racializados, gêneros dissidentes e epistemologias subalternizadas, configurando-se como espaço de repressão e violência estrutural, marcado pela criminalização de migrantes, pela vigilância estatal e pela imposição de hierarquias raciais e de classe.

A localização de Ciudad Juárez exemplifica a materialidade desse pensamento fronteiriço, constituindo um espaço urbano de desigualdades estruturais e violência intensificadas pela globalização e pelas dinâmicas econômicas globais. A instalação de maquiladoras, voltadas ao lucro, distorceu a configuração urbana, tornando a cidade palco de violências que atravessam tanto relações interpessoais quanto estruturas sociais, nas quais a violência de gênero se inscreve como elemento constitutivo (Gamlin, 2022).

A violência contra as mulheres em regiões de disputas territoriais está associada à lógica patriarcal do conceito de propriedade privada, que historicamente subordinou a mulher ao domínio masculino — como filha, esposa, irmã ou mãe — reduzindo seu valor ao desempenho desses papéis. Nesse contexto, a violação do corpo feminino foi compreendida não como ataque à dignidade da mulher, mas como desonra ao homem que a “possui”, funcionando como demarcação de território ou conquista de nação (Segato, 2016; Gonzalez, 2020). Tal lógica sustenta a apropriação dos corpos femininos

como primeira colônia a ser demarcada, inscrita em um mandato de masculinidade que associa a violência física ao processo de dominação (Segato, 2016).

A noção de fronteira, por sua vez, deve ser entendida em dimensões físicas e simbólicas: separa e conecta territórios e pessoas, ao mesmo tempo em que define pertencimentos e exclusões, estabelecendo hierarquias que situam as mulheres do Sul Global em posições de vulnerabilidade (Segato, 2005). Em Ciudad Juárez, cidade fronteiriça com os Estados Unidos, tais distinções se acentuam, transformando o corpo feminino em território de disputa. Para Anzaldúa (2021), a fronteira não é apenas uma linha geográfica, mas uma construção simbólica que marca identidades e experiências, funcionando como espaço de conflito onde a violência patriarcal e colonial busca controlar corpos, escolhas e direitos. Ainda assim, esse espaço fronteiriço é também dinâmico, configurando-se como lugar de resistência e reinvenção identitária, no qual as mulheres afirmam experiências historicamente invisibilizadas (Anzaldúa, 2021).

Complementarmente, Gago (2020) propõe o conceito de "corpo-território", que amplia a noção de fronteira ao compreender o corpo feminino como espaço material e simbólico de exploração e resistência. O corpo da mulher, nesse sentido, é alvo das lógicas patriarcais, racistas e capitalistas, sobretudo pela divisão sexual do trabalho que naturaliza e invisibiliza o trabalho reprodutivo e de cuidado, negando-lhe reconhecimento e valorização. Ainda assim, esse mesmo corpo constitui um território de resistência ativa contra as formas de opressão que nele se inscrevem (Gago, 2020).

A análise de Gago também se aprofunda na maneira como o "corpo-território" das mulheres torna-se um espaço de resistência ativa. Ela argumenta que a greve feminista, por exemplo, é uma forma de questionar as fronteiras simbólicas que separam as mulheres da autonomia e da liberdade econômica e sexual. A greve, para Gago, não é apenas uma interrupção temporária das atividades, mas uma forma de subversão das fronteiras estabelecidas pelo sistema capitalista e patriarcal que limita as possibilidades de ação das mulheres. Essa interrupção do cotidiano, que muitas vezes ocorre no espaço doméstico ou na economia informal, é uma maneira de desafiar o regime de exploração invisível que sustenta a sociedade. Ao reivindicar o controle sobre seu corpo e seu tempo, as mulheres, ao fazer greve, estão simultaneamente contestando o espaço que foi historicamente destinado a elas, buscando reinventá-lo como um espaço de autonomia e solidariedade (Gago, 2020).

Além disso, a ideia de "corpo-território" de Gago se conecta diretamente com a discussão sobre a fronteira simbólica, pois ambos os conceitos tratam de como o corpo feminino é delimitado, controlado e, ao mesmo tempo, reivindicado. As mulheres, ao desafiar essas fronteiras, estão criando novos espaços de existência, onde o corpo, longe de ser apenas um território de opressão, é também um campo de ação política. Em muitos contextos, como o de Ciudad Juárez, onde a violência contra as mulheres é extrema, a fronteira não é apenas uma linha geográfica, mas uma condição existencial onde o corpo feminino é constantemente ameaçado. O "corpo-território" se torna então um símbolo de resistência em resposta à violência física e também como uma luta pela redefinição das normas e dos espaços em que as mulheres vivem e atuam (Gago, 2020; Anzaldúa, 2021).

Logo, Cidade Juárez evidencia a correlação direta entre Norte e Sul globais, riqueza e pobreza, mão de obra cara e barata, e a existência de uma das fronteiras mais seguras e vigiadas do mundo. Mas essa segurança serve a quem? Quem está sendo vigiado? Observa-se aqui, de forma mais clara, as nuances de subjugação enfrentadas pelas populações da periferia global em comparação com o centro do mundo. Essa subjugação é amplificada por fatores raciais: os vigiados não são os brancos, mas sim latino-americanos e pobres. Portanto, as mulheres do Sul Global experimentam uma forma mais profunda de dominação, aplicada tanto no contexto de hierarquia fronteiriça como também dentro de sua própria nação.

A fronteira em que o dinheiro deve atravessar para chegar à terra firme onde o capital encontra-se finalmente seguro e dá frutos em prestígio, segurança, conforto e saúde. A fronteira atrás da qual o capital se moraliza e os bancos que valem a pena são encontrados. A fronteira com o país mais controlado do mundo, com os seus rastros de vigilância fechados e quase infalíveis. A partir desse ponto, daquela linha do deserto, qualquer negócio ilícito deve ser realizado com o maior sigilo, em sociedades clandestinas mais coesas e juramentadas do que em qualquer outro lugar. O selo do silêncio rigoroso é o seu requisito. A fronteira onde os grandes empresários vivem de um lado e “trabalham” do outro; da grande expansão e valorização territorial – literalmente, terras roubadas a cada dia do deserto, cada vez mais perto do Rio Bravo. A fronteira do tráfico mais lucrativo do mundo: tráfico de drogas, tráfico de corpos. A fronteira que separa uma das mãos-de-obra mais cara do mundo de uma das mãos-de-obra mais baratas. Essa fronteira é palco do maior e mais prolongado número de ataques e assassinatos de mulheres com um modus operandi semelhante ao conhecido em “tempos de paz” (Segato, 2016, p. 42, tradução da autora).¹

A partir disso, a interdependência entre os conceitos de capital e morte é percebida em diversos contextos, como as discrepâncias identificadas entre ambos os lados da fronteira que divide um país do Norte global de um país do Sul Global, um país rico de um país pobre, um país com salários altos de um com salários muito inferiores, com condições de trabalho distintas e oportunidades de vida extremamente diferentes (Segato, 2021). Ademais, os conceitos também se aplicam na tentativa de muitas pessoas que atravessam a fronteira em busca de condições de vida melhores e acabam morrendo por diversos fatores. Capital e morte são vistos também nas motivações por trás dos assassinatos de mulheres em Cidade Juárez, afinal, redes de narcotráfico que operam milhões de dólares por entre estas fronteiras utilizam-se dos corpos das mulheres para emanar mensagens de poder e soberania.

À vista disso, é possível identificar que existem características comuns aos países periféricos, uma vez que os processos de exploração marcaram a história dessas nações, unindo suas vivências. Assim, o passado de exploração torna incompleta a compreensão da realidade latino-americana sob a mesma ótica teórica que compreende as vivências europeias e norte-americanas. Nessa lógica, conflitos estão se concentrando no Terceiro Mundo, mas não são guerras entre Estados, e sim dentro dos Estados (Tickner, 1992). Quando se pensa em tempos conflituosos ou tempos de paz, surge o questionamento sobre a factibilidade de considerarmos os tempos atuais como pacíficos, especialmente para as mulheres do Sul Global. Isso porque, ao analisarmos a violência sofrida por essas mulheres fica ainda mais explícito que existe um inimigo sendo combatido pelo patriarcado.

Masculino, feminino, Sul Global e Norte Global são apenas alguns dos binarismos que compõem e dividem o mundo contemporâneo, essas são as fronteiras que excluem e delimitam quem está dentro e quem está fora, o nós e o outro. Com base nisso, é possível enxergar as relações de gênero a partir de uma grande fronteira vigiada constantemente pelo poder patriarcal e que compreendem as mulheres e seus corpos como estrangeiros, como inferiores e não pertencentes à elite que conseguiu sobrepor sua força (Gago, 2020).

Patriarcado, capitalismo e colonialismo são dimensões indissociáveis na produção de fronteiras de exclusão. As violências contra as mulheres não podem ser entendidas apenas como fatos isolados, mas como parte de uma cartografia global em que gênero, classe e território se sobrepõem, organizando quem pertence e quem é descartável. A noção de corpo-território, mobilizada pela autora a partir das lutas de mulheres latino-americanas, reforça a ideia de que os corpos femininos são transformados em espaços de disputa e vigilância constantes, funcionando como verdadeiras fronteiras

¹ No original: La frontera que el dinero debe atravesar para alcanzar la tierra firme donde el capital se encuentra finalmente a salvo y da sus frutos en prestigio, seguridad, confort y salud. La frontera detrás de la cual el capital se moraliza y se encuentran los bancos que valen la pena. La frontera con el país más controlado del mundo, con sus rastreos de vigilancia cerrada y casi infalible. A partir de ese punto, de esa línea en el desierto, cualquier negocio ilícito debe ser ejecutado con un sigilo más estricto, en sociedades clandestinas más cohesionadas y juradas que en cualquier otro lugar. El lacre de un silencio riguroso es su requisito. La frontera donde los grandes empresarios viven de un lado y «trabajan» del otro; de la gran expansión y valorización territorial —literalmente, terrenos robados al desierto cada día, cada vez más cerca del río Bravo. La frontera del tráfico más lucrativo del mundo: tráfico de drogas, tráfico de cuerpos. La frontera que separa una de las manos de obra más caras del mundo de una de las manos de obra más baratas. Esa frontera es el escenario del mayor y más prolongado número de ataques y asesinatos de mujeres con modus operandi semejante del que se tiene noticia en «tiempos de paz». (Segato, 2016, p. 42).

vivas do poder patriarcal. Além disso, ao analisar o fenômeno dos feminicídios em Ciudad Juárez, a autora demonstra como a divisão Norte/Sul Global se materializa na violência feminicida, tornando as mulheres da periferia geopolítica alvos preferenciais de exploração e extermínio (Gago, 2020).

Tão longe do céu, tão perto dos EUA: O contexto mexicano

O México apresenta uma trajetória marcada pela violência e instabilidade, resultando em um cenário político, social e cultural em crise (Oliver, 2021). Seu progressismo tardio, condicionado por fatores como o passado colonial, a instabilidade política, a Revolução Mexicana e a influência dos Estados Unidos, orientou em muitos momentos políticas de caráter conservador (Dessoti; Dos Santos; Franzoni, 2020). No contexto pós-Revolução e após a crise cambial de 1982, as elites adotaram reformas liberalizantes que aproximaram o país da América do Norte, tendo como marco a assinatura do NAFTA. Entretanto, o neoliberalismo gerou perda de autossuficiência alimentar e energética, comprometendo a soberania fiscal mexicana (Carvalho, 2019; Morales, 2019). Nesse cenário, emergiu um radicalismo popular, acompanhado pela intensificação da violência, evidenciada pelo fato de 16 cidades mexicanas figurarem no Ranking das 50 Cidades mais Violentas do Mundo em 2023, incluindo Ciudad Juárez em 10º lugar (Martins, 2024).

A violência repercute diretamente sobre as mulheres. Desde 1993, multiplicaram-se os relatos de feminicídios em Ciudad Juárez, com áreas conhecidas como “Focos Vermelhos” pela recorrência de corpos encontrados (Batista; Santos; Andrade, 2019). Entre 1993 e 2011, houve um aumento de 700% nos assassinatos de mulheres, fenômeno que ganhou repercussão internacional. O termo feminicídio foi introduzido por Marcela Lagarde em 1998, justamente para descrever essa realidade (Lagarde, 2008). Dados oficiais mostram a persistência do problema: entre 2016 e 2017, os homicídios de mulheres cresceram 18,1%, mas apenas uma pequena parte foi investigada como feminicídio — em 2017, de 1.583 assassinatos, apenas 479 receberam essa classificação, revelando omissão estatal (Batista; Santos; Andrade, 2019). Em 2019, o governo mexicano relatou mais de 1.000 feminicídios (Human Rights Watch, 2021). Em 2021, a Anistia Internacional registrou 3.427 homicídios de mulheres, dos quais 887 investigados como feminicídios, confirmando a média de dez mortes por dia (Anistia Internacional, 2022).

Ciudad Juárez, enquanto cidade fronteira, reflete de forma aguda as dinâmicas de poder entre México e Estados Unidos. As fronteiras, físicas e simbólicas, intensificam ciclos de violência e exploração, tornando as mulheres alvos do tráfico humano e da exploração sexual. A política externa estadunidense, ao priorizar o combate ao narcotráfico e à imigração irregular, adota uma visão securitária que negligencia a proteção das mulheres. A ausência de uma abordagem de gênero reforça sua marginalização e vulnerabilidade, enquanto a impunidade e a falta de cooperação internacional agravam a violência (Segato, 2016). Políticas de segurança como a *Iniciativa Mérida* (2007)², embora voltadas ao combate ao crime organizado, falham ao tratar a violência de gênero como questão secundária, subordinada a agendas de drogas e migração (Chabat, 2010).

As fronteiras físicas e simbólicas, intensificadas por políticas internacionais de segurança, configuram Ciudad Juárez como uma zona de marginalização feminina. Estratégias voltadas ao combate ao narcotráfico e à imigração irregular desconsideram vulnerabilidades de gênero, tornando as mulheres alvos preferenciais do tráfico humano e da exploração sexual. Essa lógica securitária, promovida pelos Estados Unidos, reforça a marginalização e perpetua a violência, sobretudo contra mulheres racializadas e migrantes inseridas em um ciclo de impunidade agravado pela “guerra contra o narcotráfico” (Segato, 2016). A repressão migratória amplia a exposição a abusos durante a travessia, enquanto a localização de Juárez, na fronteira do estado de Chihuahua, evidencia a intersecção entre neoliberalismo, globalização e

² A iniciativa Mérida foi criada em 2007, como um acordo bilateral entre México e Estados Unidos com o objetivo de combater o crime organizado por meio de uma assistência de equipamentos e segurança. Os objetivos principais consistem em combater organizações criminosas e o narcotráfico, reforçar a capacidade de segurança e aplicação da lei no México e melhorar a inteligência e as redes de comunicação das agências de segurança (Lyra, 2014).

gênero, na qual mulheres pobres, negras e mestiças são as principais vítimas, revelando a correlação entre capital, classe, raça e morte (Segato, 2016).

Nos últimos 30 anos, Juárez tem sido palco de feminicídios sistemáticos, com padrão direcionado sobretudo a jovens periféricas empregadas em maquiladoras, que enfrentam trajetos inseguros até o trabalho (Segato, 2016; Lobo, 2016). Os crimes apresentam um *modus operandi* burocrático: sequestro, privação de liberdade, tortura, estupro, mutilação, estrangulamento e morte, frequentemente com traços fenotípicos específicos como critério de escolha das vítimas (Segato, 2016). Relatórios indicam vínculos com grupos ligados ao tráfico, marcados por violência sexual (Corte IDH, 2013). Entretanto, tais crimes também funcionam como cortina de fumaça: bodes expiatórios são incriminados, provas eliminadas por autoridades, e jornalistas e advogados são atacados, revelando a existência de redes criminosas que operam como um “segundo Estado” e produzem a própria impunidade (Segato, 2016; Miguens; Ribeiro, 2018).

Esses feminicídios expressam ódio profundo contra as vítimas, vistas como descartáveis em demonstrações de poder, lealdade e supremacia entre máfias locais. Os assassinatos assumem caráter ritual, convertendo os corpos femininos em oferendas para consolidar a coesão das irmandades criminosas. Nesse regime patriarcal e mafioso, as vítimas são estigmatizadas como prostitutas ou usuárias de drogas, em uma tentativa de culpabilização que absolve os verdadeiros agressores. A brutalidade inscrita nos corpos simboliza a lealdade grupal e a perpetuação da violência, transformando-os em mensagens de dominação e soberania criminosa. Assim, o corpo feminino torna-se território em disputa, materializando o controle territorial e reafirmando a lógica patriarcal e colonial (Segato, 2016).

A gravidade dos feminicídios em Ciudad Juárez levou à condenação do Estado mexicano pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em 2007, decisão que evidenciou sua omissão diante dos compromissos internacionais assumidos. O caso *Campo Algodonero: Claudia Ivette González, Esmeralda Herrera Monreal e Laura Berenice Ramos Monárrez* foi o primeiro julgado pela Corte IDH a tratar especificamente da violência de gênero e dos feminicídios em Juárez, estabelecendo um precedente jurídico relevante (Corte IDH, 2009; Corte IDH, 2013). As três jovens — uma trabalhadora de maquiladora, uma estudante e uma empregada doméstica — desapareceram em 2001 e foram encontradas mortas no terreno conhecido como *campo algodonero*, próximo à Associação de Maquiladoras, espaço simbólico da exploração feminina (Lixinski, 2011; Miguens; Ribeiro, 2018). Seus corpos apresentavam sinais de violência sexual e tortura, enquanto autoridades falharam nas buscas, manipularam provas e responsabilizaram as vítimas, reforçando discursos patriarcais de culpabilização.

Dois homens foram acusados com base em provas frágeis e denúncias de tortura, servindo como bodes expiatórios, enquanto suas defesas também sofreram violência. Diante da falta de diligência estatal, as famílias recorreram à Corte IDH em 2002, que responsabilizou o México em 2007 pela ausência de prevenção, investigação e punição adequadas. A Corte reconheceu violações a diversos artigos da Convenção Americana, incluindo o dever de garantir integridade pessoal, igualdade e não discriminação, e determinou medidas de reparação como novas investigações, indenizações, apoio psicológico, capacitação de funcionários e políticas de prevenção, além de criar um mecanismo de monitoramento (Lixinski, 2011; Batista; Santos; Andrade, 2019).

O julgamento tornou-se emblemático por reconhecer a responsabilidade internacional do Estado mexicano diante de sua negligência sistemática frente aos feminicídios (Mendoza, 2023), impulsionando ainda a criação da lei que tipificou o feminicídio no México em 2007, posteriormente adotada em outros 16 países da América Latina (Batista; Santos; Andrade, 2019). O caso reafirmou o padrão de vitimização de mulheres jovens, pobres e trabalhadoras em contextos fronteiriços, revelando a convivência estatal com redes criminosas locais (Miguens; Ribeiro, 2018). Sua principal contribuição para a região foi consolidar jurisprudência internacional sobre a responsabilidade dos Estados na prevenção e combate à violência de gênero, além de fortalecer o uso do termo feminicídio, fundamental para a produção de dados mais precisos e para orientar políticas públicas eficazes (Miguens; Ribeiro, 2018).

Em 2023, a CIDH apresentou à Corte Interamericana de Direitos Humanos o Caso nº 12.853 – *Lilia Alejandra García Andrade e outras vs. México*, referente à desapareição e assassinato de Lilia Alejandra, de 17 anos, ocorrido em Ciudad Juárez em 2001. A jovem, vítima de violência sexual e estrangulamento, desapareceu após sair do trabalho e foi encontrada sem vida sete dias depois. A resposta estatal foi marcada por demora injustificada, estereótipos de gênero e falhas graves na investigação, incluindo a recusa inicial em registrar o desaparecimento, fragmentação das apurações, negligência na coleta de provas e ausência de proteção às famílias, que sofreram ameaças e perseguições (García Andrade, 2023). O caso evidencia a persistência de um padrão estrutural de impunidade já reconhecido no *Caso Campo Algodonero* (2009), reforçando a ausência de perspectiva de gênero e a revitimização das famílias. Sua submissão à Corte oferece a oportunidade de consolidar jurisprudência sobre as obrigações reforçadas dos Estados na prevenção e investigação de feminicídios, bem como na proteção de familiares que buscam justiça.

Esse contexto se entrelaça à atuação de cartéis de drogas, que disputam violentamente o controle da fronteira com os Estados Unidos em razão dos altos lucros do tráfico internacional. Essas organizações exercem poder superior ao do próprio Estado em certas regiões, monopolizando a violência e funcionando como governos paralelos. O tráfico de cocaína, maconha e ópio tornou-se estruturante para a economia local, sustentando famílias e moldando dinâmicas sociais, ao mesmo tempo em que dissemina brutalidade, corrupção e impacto devastador sobre comunidades (Saviano, 2013). Ciudad Juárez, nesse cenário, consolidou-se como uma das cidades mais violentas do mundo, chegando a registrar quase dois mil homicídios anuais. Em 2023, apenas no estado de Chihuahua, foram contabilizados 1.200 homicídios dolosos, dos quais 967 vinculados ao crime organizado e 42 classificados como feminicídios (FICOSEC, 2023).

A violência extrema nas fronteiras, físicas e simbólicas, opera como mecanismo de delimitação de territórios e identidades, reforçando hierarquias patriarcais e de poder. Os feminicídios e os homicídios ligados ao crime organizado funcionam como práticas de dominação e mensagens de intimidação, frequentemente materializadas em corpos mutilados, decapitados e torturados (Shirk, 2011). Nesse sentido, os corpos femininos assumem papel simbólico e real como territórios estrangeiros, vulneráveis e excluídos da esfera de privilégios dominada pela elite masculina e pelo Estado hegemônico (Segato, 2016; FICOSEC, 2023).

Considerações finais

A partir dos pressupostos apresentados ao longo da pesquisa, é possível estabelecer que Cidade Juárez é a representação de um contexto que revela as cicatrizes profundas de uma sociedade desigual e patriarcal. Os feminicídios que assolam essa cidade ecoam como um grito de socorro, exigindo a atenção do mundo para as consequências nefastas da opressão de gênero e da violência sistêmica.

A região é um reflexo de como as desigualdades de gênero e as fronteiras criam uma cultura de violência e a cidade escolhida como objeto desta pesquisa é um local com problemas sociais, que demonstram a necessidade de utilizarmos lentes distintas como as de gênero, raça, classe e cor. A história do feminismo, marcada por diferentes ondas e perspectivas, revela que as lutas pela igualdade de gênero não podem ser dissociadas das complexas relações de poder que atravessam questões raciais, territoriais e de classe. A marginalização das vozes das mulheres negras, indígenas e das periferias na história do movimento feminista é uma falha que não pode ser ignorada. O feminismo decolonial é uma das respostas necessárias para ampliar o entendimento das experiências das mulheres na América Latina e em todo o mundo.

As fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, desempenham um papel crucial na manutenção das desigualdades de gênero. Elas não apenas dividem territórios, mas também intensificam as formas de opressão que as mulheres enfrentam. O corpo feminino, tratado como um território de conquista, é explorado e subjugado em momentos de conflito, dominação e até mesmo em tempos de “paz”. É crucial reconhecer como a violência de gênero está intrinsecamente ligada à ideia de propriedade privada e à subordinação das mulheres.

A fronteira México-Estados Unidos funciona como um espaço que intensifica a violência patriarcal e colonial, evidenciada pelos feminicídios em Ciudad Juárez, ao criar e reforçar uma série de dinâmicas que expõem as mulheres a múltiplas formas de opressão. Esse território limítrofe não apenas separa duas nações, mas também divide e marginaliza populações femininas, especialmente aquelas de origens indígenas, negras e de classes sociais mais baixas, que são mais vulneráveis à violência. A fronteira, ao ser permeada por uma cultura de impunidade e negligência, se torna um campo fértil para a perpetuação da violência de gênero. Ademais, a condição fronteiriça reforça a impunidade, sustentada pela dificuldade de cooperação entre autoridades mexicanas e estadunidenses, pela atuação do crime organizado e pela corrupção enraizada nesses territórios. Assim, a fronteira não apenas demarca limites geográficos, mas também consolida hierarquias de poder e exclusão, convertendo corpos femininos em territórios colonizados, submetidos a lógicas de dominação e controle (Segato, 2016).

A violência contra as mulheres em Ciudad Juárez reflete a lógica colonial, onde o corpo feminino é tratado como um território a ser conquistado, controlado e violado. Essa violência não é apenas um reflexo da guerra contra o narcotráfico ou da desigualdade social, mas também de uma estrutura patriarcal que vê as mulheres como subalternas e, portanto, passíveis de violência sem consequências. Além disso, a marginalização das mulheres, muitas vezes negligenciada nas políticas públicas, coloca-as em uma posição de maior vulnerabilidade, já que as fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, atuam como elementos que dificultam o acesso à justiça e à proteção.

Em Juárez, a impunidade que impera é um reflexo direto da negligência do Estado, que falha em adotar políticas eficazes de prevenção e investigação dos feminicídios. Ao não cumprir as obrigações internacionais, como as estabelecidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o México não só falha em proteger as mulheres, mas também reforça uma estrutura de violência sistêmica, onde a morte de mulheres se torna um acontecimento constante e quase invisível. Assim, a fronteira amplifica o patriarcado e o colonialismo, transformando a violência contra as mulheres em um fenômeno comum e normalizado, que é sustentado pela estrutura fronteiriça e pela contínua omissão das autoridades. Dessa forma, a fronteira México-Estados Unidos, longe de ser apenas um limite geográfico, se configura como um espaço de intensificação da violência patriarcal e colonial, onde as mulheres de Ciudad Juárez são as principais vítimas, cujas vidas são mercantilizadas e desvalorizadas em um ciclo de violência que precisa ser urgentemente interrompido.

Posto isso, é possível atentar para a negligência do Estado mexicano, tanto na promoção de políticas que promovam equidade de gênero como no combate e investigação dos crimes. Nessa perspectiva, nota-se que, mesmo após a condenação do México na OEA, os assassinatos de mulheres seguiram e seguem ocorrendo no país, o que indica não só uma dificuldade de garantia da execução das demandas por parte da própria organização como também o descaso e omissão por parte do governo mexicano em cumprir com as medidas declaradas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o que corrobora para que este problema siga ocorrendo de forma sistêmica (CIDH, 2021).

O debate sobre os feminicídios em Ciudad Juárez também se articula com a análise do movimento feminista na região, que tem se consolidado como uma resposta coletiva às múltiplas formas de violência que atravessam a vida das mulheres. As lutas das juarenses evidenciam como o machismo estrutural, a precarização da indústria maquiladora e a guerra contra o narcotráfico criam um cenário em que a violência de gênero é normalizada, exigindo a mobilização constante de coletivos e ativistas. Assim, a experiência das mulheres de Juárez deve ser compreendida não apenas como um caso local, mas como parte de um movimento global mais amplo contra a violência patriarcal e colonial, em que a cidade se torna um símbolo da luta feminista transnacional (Mehan; Dominguez, 2024).

O resultado deste ciclo de descaso é que as mulheres mexicanas, especialmente as mulheres de Juárez, irão continuar a compor números em estatísticas de violência de gênero e feminicídios, ao passo que a impunidade que impera na região segue garantindo a supremacia de grupos mafiosos. Consequentemente, entende-se que a mulher mexicana enfrenta os reflexos do colonialismo, do neoliberalismo, do narcotráfico, das dimensões de raça, de gênero e classe sob um

contexto de fronteira que exacerba essas dinâmicas complexas. Por esse motivo, a intersecção destes conceitos é crucial para compreender o funcionamento desta sociedade e seus impactos para as mulheres, uma vez que Juárez provou ser um arquétipo de como a estrutura fronteiriça amplia as opressões e vulnerabilidades de gênero, que consideram as mulheres e seus corpos como a demarcação de um território, a conquista de uma nação, a demonstração de poder e, principalmente, que veem nas mulheres a primeira colônia a ser demarcada.

Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2021/2022: A situação dos direitos humanos no mundo**. Anistia Internacional, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2022/03/POL1048702022BRAZILIAN-PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- ANTONETTE, Amanda Krein; DAMIÃO, Érika; CHIUZA, Sabrina da Costa. Teoria feminista decolonial e Relações Internacionais. **Anais do X Encontro Estudantil de Relações Internacionais**, p. 26. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/372/2019/05/Ebook-Anais-do-X-EERRI-.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Capitán Swing Libros, 2021.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)**. 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114409?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BATISTA, Júlia Bernardes Rattis; DOS SANTOS, Rafaella Lima; DE ANDRADE, Rani Santos. O que é o feminicídio no México? In: DESSOTTI, Fabiana Rita; DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa; FRANZONI, Marcela (orgs.). **México e os desafios do progressismo tardio**. São Paulo: Elefante, 2019 p. 147-153. Disponível em: https://radiozapatista.org/wp-content/uploads/2019/12/Mexico_WEB.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BLANCO GARCÍA, Marta Eulalia. Resenha sobre **La guerra contra las mujeres**, de Rita Laura Segato. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 55, n. 2, p. 639-648, 2018. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/57363/4564456548422>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. Porque as elites mexicanas optaram pelos Estados Unidos e pela liberalização econômica. In: DESSOTTI, Fabiana Rita; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; FRANZONI, Marcela (orgs.). **México e os desafios do progressismo tardio**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 29-34. Disponível em: https://radiozapatista.org/wp-content/uploads/2019/12/Mexico_WEB.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CHABAT, Jorge. La Iniciativa Mérida y la relación México-Estados Unidos: en busca de la confianza perdida. **Repositorio digital cide**, v. 195, 2010. Disponível em: <https://repositorio-digital.cide.edu/handle/11651/898>. Acesso em: 28 de abril. 2025.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Supervisão de cumprimento de sentença – Caso González e outras (“Campo Algodonero”) vs. México. San José, 21 maio 2013. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/gonzalez_21_05_13.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CIDH. **A CIDH, apresenta caso sobre o México perante a Corte Interamericana**. 2021 Disponível em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/130.asp>. Acesso em: 11 Nov, 2025.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso González et al. (“Campo Algodonero”) vs. México**. Sentença de 16 nov. 2009. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_por.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso Nº 12.853 – **Lilia Alejandra García Andrade e outras vs. México**. 2023. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/2023/MX_12.853_NdeREs.PDF. Acesso em: 22 set. 2025.
- CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial**. Descolonizar o feminismo, p. 32-51, 2019. Disponível em: https://d1wqtxtslxzl7.cloudfront.net/62012692/Descolonizar_o_feminismo20200206-17204-11n76sx-libre.pdf?1581006045=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDescolonizar_o_feminismo.pdf&Expires=1756222430&Signature=To4aPAJSXZYez9b8M1kb6dzfLzCtv6--1sfDePONkOd8lmcK2nu3oHfuDxjRO66A9Ozev9eFfMdDElpqY~nMzG~ro5zaSI5Fu-FK~KQpLfPyl2kR04GCaQXukfROvvL0g1WRUWQO1multsWDzjOAcmahxPCwM0Y0AKF5C82IbwmHg222UNPp3W2j6B3zWhZKPwrPqCJa~e-ukoytQbw1glHPWaa3HpTqd9d-HxoKMtd~grT6NF9zMRGsw61xx-

usXeRRvLv9bb7zoBiXw4o54hHtXmxrBQF95w1qxqywZp~QVkBqXrmIQdLR6sjOh3JRTQmnB6dGVY9ZHW9INJRw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=30. Acesso em: 26 ago. 2025.

DESSOTTI, Fabiana Rita; DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa; FRANZONI, Marcela. **México e os desafios do progressismo tardio**. Editora Elefante, 2020. Disponível em: https://radiozapatista.org/wp-content/uploads/2019/12/Mexico_WEB.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

FICOSEC – Fideicomiso para la Competitividad y Seguridad Ciudadana. **Dashboard de Homicidios en Chihuahua**. ArcGIS, 2023. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/dashboards/8abf2b3b757d4cf784bd9b943d19c8f6>. Acesso em: 22 ago. 2025.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

GAMLIN, Jennie. **Coloniality and the political economy of gender: Edgework in Juárez City**. Urban Studies, v. 59, n. 3, p. 509-525, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00420980211003842>. Acesso em: 21 ago. 2025.

GARCÍA ANDRADE, Lilia Alejandra e outras. **Caso Nº 12.853 - Lilia Alejandra García Andrade e outras vs. México**. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 28 dez. 2023. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/2023/MX_12.853_NdeREs.PDF. Acesso em: 04 set. 2025.

GONZALEZ, Léila. **Por um feminismo afro-latino-americano**. [S.l]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Editora Record, 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **México eventos de 2020. 2021**. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mexico#49dda6>. Acesso em: 06 out. 2023

ICAZA, Rosalba. **Decolonial feminism and global politics: Border thinking and vulnerability as a knowing otherwise**. 2017. Disponível em: <https://repub.eur.nl/pub/103270/Critical-Epistemologies-of-Global-Politics.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LAGARDE, Marcela. **Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres**. In: Retos teóricos y nuevas prácticas. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008. p. 209-239.

LIXINSKI, Lucas. **Caso do Campo de Algodão: Direitos Humanos, Desenvolvimento, Violência e Gênero**. Casoteca direito GV, Produção de casos, 2011. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-01/arquivos/campo_de_algodao_-_narrativa.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

LOBO, Patrícia Alves. **O feminicídio de Juárez: alterações econômicas, narrativas sociais e discursos coloniais na fronteira dos EUA e MÉXICO**. Ex aequo, n. 34, p. 45-58, 2016. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/o-feminicidio-de-juarez-alteracoes-economicas-narrativas-sociais>. Acesso em: 11 nov. 2025.

LUGONÉS, Maria. The coloniality of gender. In: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo (ed.). **Globalization and the decolonial option**. London: Routledge, 2010. p. 367-390.

LYRA, Mariana. **Plano Colômbia e Iniciativa Mérida: uma análise à luz da Segurança Humana**. Argumentum, v. 6, n. 2, p. 64-75, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4949706.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARTINS, André. As 50 cidades mais violentas do mundo – México, Brasil e Colômbia dominam ranking. **Exame**, São Paulo, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-mexico-brasil-e-colombia-dominam-ranking/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MEHAN, Asma; DOMINGUEZ, Natalia. Feminism in the borderscape: Juarenses women against injustice. **Frontiers in Sociology**, v. 9, p. 1391529, 2024. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/sociology/articles/10.3389/fsoc.2024.1391529/full>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MENDOZA, Maria. Femicides: Gender Violence in Mexico. **The Agora**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://agora.scholasticahq.com/article/74262-femicides-gender-violence-in-mexico>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MIGUENS, Marcela Siqueira; RIBEIRO, Raísa Duarte da Silva. González e outras (“campo algodoeiro”) vs. México (2009): violência contra a mulher e definição de feminicídio. **Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (NIDH)**, v. 22, 2018. Disponível em: <https://nidh.com.br/gonzalez-e-outras-campo-algodoeiro-vs-mexico-2009-violencia-contra-a-mulher-e-definicao-de-feminicidio/>. Acesso em: 26 de ago. 2025.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (Ed.). **Third world women and the politics of feminism**. Indiana University Press, 1991.

MORALES, Josefina. Qual a diferença entre as crises de 1982, 1994 e 2008? In: DESSOTTI, Fabiana Rita; DOS SANTOS, Fábio Luís Barbosa; FRANZONI, Marcela (orgs.). **México e os desafios do progressismo tardio**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 35-41. Disponível em: https://radiozapatista.org/wp-content/uploads/2019/12/Mexico_WEB.pdf Acesso em: 11 nov. 2025.

OLIVER, Lúcio F. A atual crise orgânica do Estado na América Latina: Estados de exceção, governos progressistas e lutas democrático-populares. **Estudios Latinoamericanos**, v. 47-48, p. 69-90, 2021. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/download/83338/73044>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SAVIANO, Roberto. **ZeroZeroZero**. [S.l]: Penguin, 2016.

SEGATO, Rita. La guerra contra las mujeres. **Política y Sociedad**, v. 55, n. 2, p. 639-643, 2016.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 265-285, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cVyTVdFx8FVgcppK7QNqr4B/?lang=pt> Acesso em: 05 nov. 2023.

SHIRK, David A. **The drug war in Mexico: confronting a shared threat**. New York, Council on Foreign Relations, 2011.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.

Funções de colaboração exercidas

Gabriela Menezes Kolling:	Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Patrícia da Costa Machado:	Análise formal; Supervisão; Validação; Visualização;

Informações fornecidas pelas autoras de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Bridging continents: Macao-Hengqin Zone, and Brazil's pathway to China

Conectando continentes: Macau-Hengqin Zone e a trajetória do Brasil rumo à China

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.147145>

Francisco Jose Bernardino da Silva Leandro

University of Macau, Macau, China

fleandro@um.edu.mo



Carlos Cid Álvares

Banco Nacional Ultramarino, Macau, China

carlos.alvares@bnu.com.mo

Pedro Calé Theotónio

Banco Nacional Ultramarino, Macau, China

pedro.theotonio@bnu.com.mo

Abstract

The persistent trade surplus in Sino-Brazilian commercial relations highlights the strategic importance of accessing China's Greater Bay Area (GBA), as Guangdong Province alone accounts for approximately 28% of bilateral trade. Maintaining this favourable balance requires a deeper understanding of the GBA's economic rationale within the frameworks of regional innovation systems and global production networks, particularly in the context of South-South cooperation. This study employs documentary analysis of existing academic literature, complemented by an examination of spatial infrastructural organisation, policy innovations, and national development plans, alongside the authors' professional experience. The research objective is to identify enabling conditions for Brazil's effective commercial engagement with the GBA, considering its role as a dynamic hub for technological development and international trade. Findings aim to inform strategies that strengthen Brazil's integration into emerging Asian markets while fostering mutually beneficial economic partnerships.

Keywords: Brazil, China, Macao-MSAR; Greater Bay Area; International Trade.

Resumo

O persistente superávit comercial nas relações sino-brasileiras evidencia a importância estratégica do acesso à Grande Baía (Greater Bay Area – GBA) da China, dado que a província de Guangdong representa aproximadamente 28% do comércio bilateral. A manutenção deste equilíbrio favorável exige uma compreensão aprofundada da lógica económica da GBA, enquadrada nos sistemas regionais de inovação e nas redes globais de produção, particularmente no contexto da cooperação Sul-Sul. Este estudo recorre à análise documental da literatura académica existente, complementada por uma avaliação da organização espacial e infraestrutural, das inovações políticas e dos planos nacionais de desenvolvimento, bem como pela experiência profissional dos autores. O objetivo da investigação é identificar as condições que possibilitem o engajamento comercial eficaz do Brasil com a GBA, considerando o seu papel como polo dinâmico de desenvolvimento tecnológico e comércio internacional. Os resultados visam informar estratégias que reforcem a integração do Brasil nos mercados asiáticos emergentes, promovendo parcerias económicas mutuamente benéficas.

Palavras-chave: Brasil; China, Macau-RAEM; Grande Baía; Comércio Internacional.

Received: 28 April 2025
Accepted: 12 December 2025



This project has been generously supported by the University of Macau's Project SGR2023-00026-FSS on the Geopolitics of Brazil and the South Atlantic.

Conflicts of interest: The authors did not report potential conflicts of interest

Introduction

Since 2009, Brazil has consistently maintained a trade surplus with China. This surplus is primarily driven by Brazil's exports of raw materials and agricultural products. Key exports include soybeans, iron ore, and oil, which together account for a substantial portion of Brazil's export revenue (BNP Paribas, 2023; Statista, 2023). China has become Brazil's largest trading partner, absorbing close to 27% of Brazil's exports (BNP Paribas, 2023). This relationship has been mutually beneficial, with China securing essential resources for its manufacturing and energy needs, while Brazil enjoys a steady market for its primary products.

Despite periodic fluctuations, the trade relationship between Brazil and China has remained resilient (BNP Paribas, 2023). To sustain and enhance this trade surplus, it is imperative for Brazil to deepen its engagement with the Macao Special Administrative Region (MSAR), the Guangdong-Macao In-Depth Cooperation Zone in Hengqin (GMDCZH), and the Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area (GBA). The GBA, accounts for roughly one-ninth of China's GDP, with an economic output exceeding 14 trillion yuan (US\$1.95 trillion) in 2023 (CGTN, 2025). Guangdong alone represents a major driver of Sino-Brazilian trade, contributing approximately 28% of the total bilateral Sino-Brazilian trade (WPO, 2025).

According to McKinsey & Company (2025), "global trade flows are shifting due to geopolitical changes, necessitating businesses to reassess their growth strategies." For Brazilian enterprises eyeing expansion into China, MSAR and GMDCZH have emerged as dynamic, underutilized gateways. Nestled at the epicentre of the GBA, a megalopolis of 86 million people and a USD 2 trillion GDP, these regions blend strategic geography, multicultural fluency, and institutional frameworks tailored to bridge markets (CAO; Shamsudin, 2024). The GBA is described as "a key economic region within China's Belt and Road Initiative (B&RI), driving regional integration, innovation, and global connectivity" (CAO; Shamsudin, 2024). MSAR historical ties with Portuguese-speaking countries (PSC), the GMDCZH strategic location and the GBA market, provide a fertile ground for business expansion. As noted by the China-Brazil Business Council, "Brazilian companies installed in China benefit from the country's vast consumer base and advanced industrial sectors" (WC, 2012). Accordingly, this study seeks to identify the conditions that enable Brazil's commercial engagement with the GBA, guided by the research question: What factors facilitate Brazilian SMEs' integration into the GBA to enhance access to China's consumer market?

Macao-GBA and Sino-Brazilian economic relations

The dominant academic works address China-Brazil economic relations, such as Frogeri and Li (2024), who map the scholarly discourse over three decades, highlighting cooperation across various sectors (Frogeri; Li, 2024). Urdinez (2023) discusses the resilience and adaptability of China-Brazil ties despite political shifts. BNP Paribas (2023) discusses the trade patterns between Brazil and China, noting the challenges and opportunities for re-industrialization in Brazil. This is complemented by the insights from Rosito and Carvalho (2022), who explore the broader context of Brazil-China trade relations, highlighting the diversification of trade beyond commodities into technology and green energy (Rosito; Carvalho, 2022).

Cao and Shamsudin (2024) provide an in-depth analysis of the GBA as a key economic region within B&RI, emphasizing its potential to drive regional development and international trade. This is further supported by Deloitte (2023), which examines the GBA's role in China's new development pattern, highlighting the strategic importance of this region in the global economic landscape (Deloitte, 2023). Additionally, BNU highlights the role of offshore RMB services and trade financing in facilitating cross-border transactions, emphasizing the strategic importance of MSAR in the financial landscape. Similarly, the same source underlines the significance of the BNU-Hengqin branch in providing financial services that support the integration of MSAR with the GBA (BNU, 2025).

The role of MSAR as a cultural and economic bridge is further elaborated by Lei (2023), who discusses how MSAR and GMDCH serve as gateways for Lusophone technology companies, leveraging cultural and linguistic affinities to facilitate business operations (Lei, 2023). This is echoed by Simões and Veras (2024), who explore the role of Brazilian foreign policy in promoting Portuguese language and building bridges through MSAR. The economic power of the Pearl River Delta (PRD), as discussed by GDToday (2025), and the strategic initiatives highlighted by HSBC (2024) and McKinsey & Company (2025), underscore the importance of this region.

Likewise, the literature highlights the challenges and opportunities for Brazilian companies in China, as discussed by Wilson Center (2012) and Urdinez (2023), emphasizing the need for strategic positioning and leveraging the unique advantages offered by the GBA. The insights from Statista (2023, 2024) and StatisticsTimes (2025) provide valuable data on trade patterns and economic rankings, further contextualizing the economic relationship between China and Brazil. Xie, Liu, and McNay (2023) provide an analysis of the characteristics and development of higher education in the GBA, which adds another dimension to understanding the region's importance. Overall, the literature provides a comprehensive understanding of the strategic importance of MSAR and the GBA highlighting the opportunities for Brazilian enterprises. However, it is important to note that academic and scholarly publications, in English language, on this topic are scarce. Therefore, this research intends to fill the literature gap on MSAR, China, and Brazil trade relations by providing a more structured academic analysis.

Market Entry Strategies for Brazilian Companies in China: A Conceptual Approach

This study draws upon three interrelated theoretical frameworks to identifying the facilitating factors for Brazilian commercial companies to access and thrive in China’s market (Table 1): (i) The global production networks (GPN) and the concept of Great Bay Area; (ii) The regional innovation systems (RIS) associated to Mainland and Macao Closer Economic Partnership Arrangement (CEPA) jointly with the dual circulation strategy; and (iii) The South–South cooperation (SSC) and developmental regionalism.

Table 1 – Theoretical Framework

#	Theoretical Framework	Key Ideas
1	The GPN and the concept of GBA	The GPN framework provides a lens to understand how Small and Medium Enterprises (SMEs) and regions integrate into global value chains through the strategic alignment of local assets with transnational production and trade flows. Therefore, the GBA emerges not only as a spatial-economic entity but also as a platform for regional integration and innovation.
2	The RIS associated to CEPA jointly with the dual circulation strategy	The RIS framework highlights localized networks of SMEs, research institutions, universities (HEI), and government agencies as drivers of innovation. CEPA's service and investment liberalization, combined with GBA's infrastructure and regulatory support, fosters innovation-led growth, reinforced by China's dual circulation strategy prioritizing domestic innovation and consumption while sustaining global linkages.
3	SSC and Developmental Regionalism	These frameworks promote horizontal partnerships, capacity-building, and regional integration beyond North–South dependency. MSAR serves as a unique institutional and cultural platform for China–PSC cooperation, leveraging Lusophone heritage and Forum Macao to facilitate trade, investment, and knowledge exchange, aligning with China's outreach and Brazil's strategic engagement in Asia.

Source: Developed by the authors.

Firstly, the GPN provides a lens to understand how SMEs and regions integrate into global value chains through the strategic alignment of local assets with transnational production and trade flows (Coe; Yeung, 2015). The concept of strategic coupling explains how subnational regions - such as the MSAR and the GMDCH can position themselves as

critical nodes within global networks by aligning their institutional, infrastructural, and policy environments with the needs of foreign firms. In this context, the GBA emerges not only as a spatial-economic entity but also as a platform for regional integration and innovation. As one of China's most economically dynamic regions the GBA offers Brazilian SMEs a gateway to move beyond commodity exports and integrate into higher-value segments of China's economy.

Secondly, the RIS emphasizes the importance of localized networks of firms, research institutions, HEI, and government agencies in fostering innovation and economic development (Asheim; Gertler, 2005). The GBA exemplifies such a system through its dense concentration of R&D centers, HEI, and targeted policy incentives. CEPA's liberalization of services and investment, combined with the network of institutions and entrepreneurs the regulatory support – creates a fertile environment for innovation-led growth. This is further reinforced by China's dual circulation strategy. Brazilian companies - particularly SME and start-ups – can benefit from embedding themselves within this ecosystem by collaborating with local HEI, participating in technology parks, and accessing financial instruments such as green bonds and RMB- loans.

Finally, the framework of SSC and developmental regionalism offers a valuable lens through which to understand the evolving dynamics between PSC and China. This approach emphasizes mutual development among countries of the Global South, grounded in shared historical, linguistic, and cultural ties (SHAW, 2010). MSAR's role as a platform for China–PSC cooperation illustrates how cultural diplomacy and institutional innovation can facilitate economic integration and strategic alignment among Southern actors (FM, 2025). Recent scholarship has highlighted how SSC is not merely a reaction to Northern dominance but a proactive strategy to reshape global governance and trade flows. Gray and Gills (2016) argue that SSC represents a long-term historical project aimed at transforming the global order through solidarity and mutual benefit, rather than dependency on traditional power centres. Similarly, Bull and Banik (2025) emphasize that the Global South is increasingly asserting itself as a geopolitical actor, using cooperation frameworks to challenge and reconfigure existing norms and institutions of global governance.

These perspectives help situate the Brazil–MSAR–China relationship within broader efforts to construct alternative development pathways, where cultural affinity, linguistic commonality, and shared postcolonial experiences are leveraged to build cognitive and commercial bridges.

Methodology

This study employs a qualitative, exploratory design to investigate how Brazilian enterprises can leverage the institutional and economic GBA ecosystems to access China's consumer market. Initially, we conducted a Systematic Literature Review (SLR) aimed at identifying studies involving the GBA and Brazil. The results are presented in Table 2.

Table 2 – Systematic Literature Review on the Themes of GBA and Brazil

Database	Search string	Results	Included
SCOPUS	(TITLE-ABS-KEY ("Greater Bay Area") AND TITLE-ABS-KEY (Brazil))	0	0
	(TITLE-ABS-KEY (Guangdong-Macao) AND TITLE-ABS-KEY (Brazil))	0	0
	(TITLE-ABS-KEY ("Macao-Hengqin Zone") AND TITLE-ABS-KEY (Brazil))	0	0
Web of Science	(TS= ("Greater Bay Area")) AND TS=(Brazil)	0	0
	(TS= ("Guangdong-Macao")) AND TS=(Brazil)	0	0
	(TS= ("Macao-Hengqin Zone")) AND TS= (Brazil)	0	0
Scielo.org (Portuguese and Spanish)	(ti: ("Greater Bay Area"))	0	0
	(ti: ("Grande Baía"))	0	0
	(ti: (Macao-Hengqin Zone))	0	0
	ti: (Macau-Hengqin Zona))	0	0

Source: Developed by the authors.

The results of the SLR revealed a complete absence of studies involving the GBA and Brazil. In light of this lack of academic research specifically focused on the subject of this study, we expanded our search by employing Generative Artificial Intelligence (GAI) tools, owing to their ability to compile large volumes of data drawn from diverse sources of information (De La Torre-López; Ramírez; Romero, 2023). Table 3 presents the search scheme applied to GAI.

Table 3 – Search Scheme Applied to Artificial Intelligence Tools

AI tool	Search Environmental settings	Research question
Perplexity	Model: Sonar Plan: Basic/Free Focus: Academic Pro: enable No filter Date: November 14, 2025.	How have Brazilian companies been doing business in the Greater Bay Area in China?
QWEN	Model: Qwen3-Max Plan: Basic/Free Deep research: enable No filter Date: November 14, 2025.	
Gemini	Model: Gemini 2.5 Pro Plan: Pro Deep research: enable No filter Date: November 14, 2025.	

Source: Developed by the authors.¹

Searches conducted using GAI enabled the identification of new secondary data sources, which were incorporated into our triangulated approach: (i) documentary analysis of official policy documents, development plans from institutions such as Forum Macao and BNU, relevant government agencies (e.g., China-Brazil Business Council (CBBC), Brazilian Ministry of Development, Industry, Trade and Services (MDIC), Brazilian Trade and Investment Promotion Agency (ApexBrasil), Portugal-China Chamber of Commerce & Industry (PCCCI) and GBA policy portals like Qianhai Authority (Shenzhen), and data on infrastructure transformation; (ii) secondary literature and economic reports from reputable sources including Statista, Deloitte, and McKinsey; and (iii) the authors' empirical experience as academic researchers and market practitioners engaged in Lusophone–China trade facilitation and policy advisory.

The analysis applies inductive reasoning to identify patterns and strategic opportunities within the GBA, with particular emphasis on the MSAR as a Lusophone gateway. Documented policy references and institutional initiatives were collected and organized into a structured sequence of events to reveal local dynamics. Building on this structure, the interpretation was guided by three interrelated theoretical lenses - GPN, RIS, and SSC – aimed at uncovering opportunities for Brazilian SMEs.

Analysis and Discussion

This section is organised into four subsections. First, it outlines how global production networks intersect with the GBA. Second, it examines the enabling conditions required for Brazil to commercially engage with the GBA. Third, it discusses the regional innovation systems linked to CEPA and dual circulation strategy, highlighting the MSAR's role as a "double" pivot city within inter-continental trade routes. Finally, it presents seven arguments for strengthening SSC and developmental regionalism.

¹ None of the texts automatically generated by AI were used in the study.

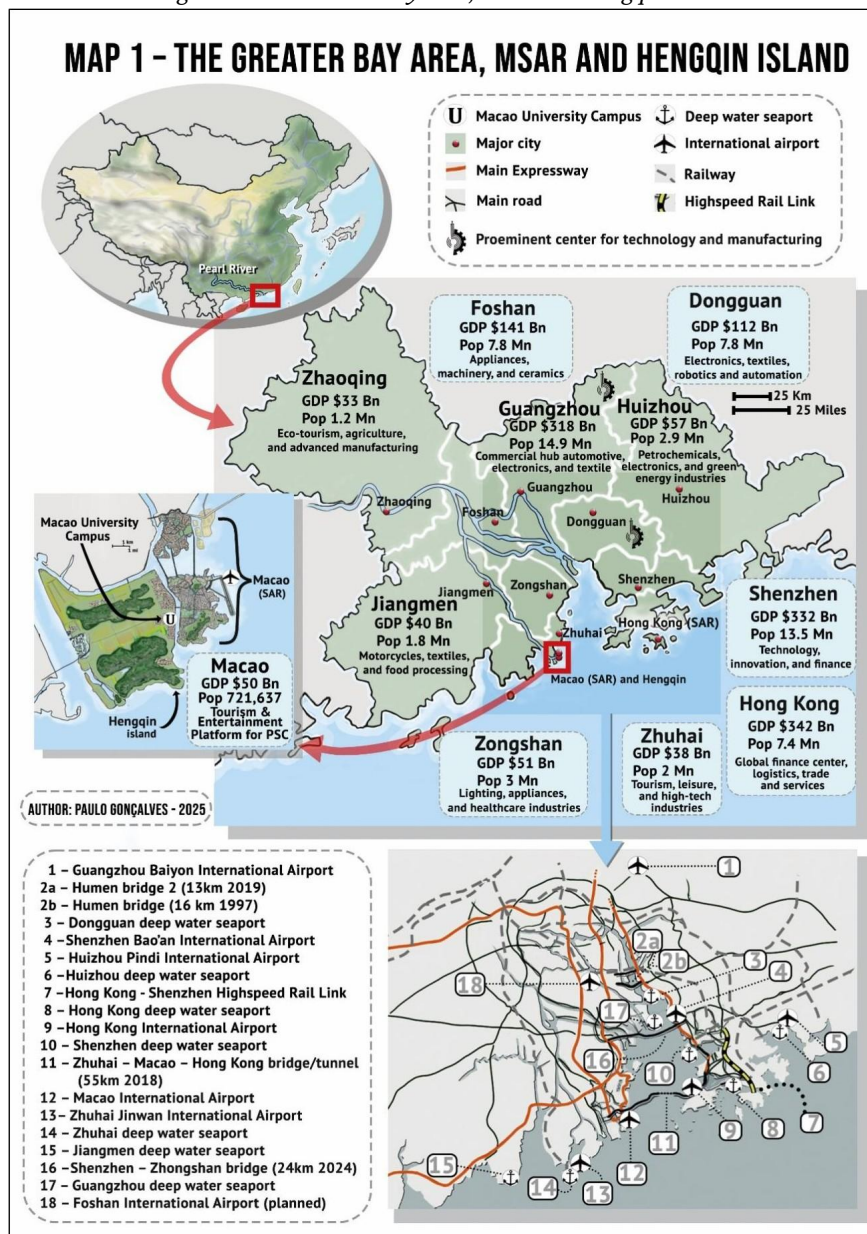
Global production networks and the GBA: A consumer base and a platform for innovation and trade networks

The GBA encompasses nine cities in Guangdong province and the two Special Administrative Regions of Hong Kong (HK) and Macao. This region is a major hub for markets, with cities like Shenzhen and Guangzhou being prominent centres for technology and manufacturing (HSBC, 2024). The GBA is an economically integrated bay area – a strategically coordinated geographical region located near a broad inlet of the sea or a major river. This coordination is achieved through various policies and initiatives, including investment strategies, economic and trade incentives, environmental sustainability efforts, urban development, and fiscal incentives. The primary goal is to enhance the region's combined economic competitive advantages. Generally speaking, the key features of an economically integrated bay area include: 1) Centrally Coordinated Policies; 2) Co-location of Business Clusters; 3) Special Economic Zones (SEZ); 4) Network of Material Infrastructures; 5) Integrated Connectivity Assets.

These elements work together to create a facilitation system that promotes purposeful and smart interactions, ultimately driving economic growth and competitiveness. Indeed, the GBA, it associates 11 urban entities (Map 1), located along the estuary of the Pearl River (PR), linking a network of tributaries and key infrastructure to the South China Sea (SCS). Undeniably, in terms of infrastructural development, there is an impressive network of high-speed railways and high-ways; 7 international airports (Zhuhai², Macao, HK, Shenzhen, Huizhou, Guangzhou, and Foshan (planned)); 7 deep water seaports (Jiangmen, Zhuhai, HK, Shenzhen, Huizhou, Guangzhou, and Dongguan), and one pilot-free trade zone that consists of three areas (Hengqin, Nansha, and Qianhai). The two SAR are linked by the HK-Zhuhai-Macao Bridge, and they also benefit from the existence of the Humen and Shenzhen-Zhongshan Bridges, and the Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong Express Rail Link (MN, 2025). The international airports of Macao, Shenzhen and HK have a land, air and river connection that operates by shuttle bus, helicopter or jetfoil.

² Zhuhai Jinwan Airport, located in Sanzao Town, about 50 km southwest of Zhuhai and 25 km from MSAR, currently (2025) operates only domestic flights despite having international facilities.

Figure 1 – The Greater Bay area, Msar and Hengqin island



Source: Paulo Gonçalves, 2025.

In addition, there are four main characteristics of the GBA in the Pearl River Area (PRA): (1) The PRA is wide and populated by small islands, and it includes the dense network of cities that span for nine prefectures of Guangdong Province, connecting the inland to the SCS; (2) Domestically, the PRA tributaries and the river basin range from the SCS almost to the city of Kunming and the city of Nanning. The Lubao Yong and Xinan Yong Rivers converge with the Liuxi River to form the main branch of the Pearl River; (3) Internationally, the PR is part of a system composed of tributaries sharing the same common delta. Measured from the farthest reach of the Xi River, the PR system is China's third-longest river, 2,400 km, after the Yangtze and the Yellow River, and second largest by volume, after the Yangtze. The 453,700 km² of the PR Basin drains water from the majority of Liangguang, extending all its reach to the Gulf of Tonkin; (4) The GBA has been designed as part of a national policy of regional integration and international connectivity.

The GBA contributes significantly to China's GDP. In 2023, the GBA's total GDP was approximately 14.4 trillion-yuan, accounting for about 12% of China's national GDP (Statista, 2024). The region's GDP per capita varies across its cities, with HK and Shenzhen having some of the highest per capita (Statista, 2024). Although its population

represents only about 6 percent of the national total, the PRD contributes approximately 12 percent of China's GDP and nearly 24.8 percent of national exports (Gdtoday, 2025; HKTDC Research, 2025). Viewed as a single economic entity, the GBA would rank as the world's 11th largest economy in 2025, surpassing Russia in economic output (Statisticstimes, 2025). Furthermore, Guangdong Province plays a pivotal role in Sino-Brazilian trade relations: in 2024, it was Brazil's leading subnational importer, reinforcing its position as a gateway for South American goods entering China (OEC, 2024).

GBA's strategic location and advanced integration into global supply chains as well as its role as a centre for innovation and technology development accentuate its importance in the global economy (HSBC, 2024). The developing objective is to advance the GBA to be an economic reference, in conjunction with a network of different types of SEZ, when compared with San Francisco, New York and Tokyo bay areas. As Leandro and Li (2020, p. 2) explain, "since the B&RI was put forward in 2013, and after the 2019 structural plan for the GBA was unveiled, SEZ are transforming themselves into "specially designed gateways" of a larger network of linkages between trade and economic agents". The GBA fosters a robust ecosystem for innovation, driven by its concentration of high-tech industries, research institutions, and a skilled workforce. Cities such as Shenzhen, often referred to as China's Silicon Valley, are at the forefront of technological advancements, particularly in fields such as AI, bio and green technology (HSBC, 2024). The region's innovation networks are further strengthened by collaborative initiatives between HEI, industry, and government (Ding et al., 2023).

GBA's innovation hubs and technology parks equip start-ups and established firms with resources to develop and commercialize new technologies (Statista, 2024). Strong IP protection and supportive regulatory frameworks further foster innovation (HSBC, 2024). Integrating MSAR and GMDCZH into these networks leverages Lusophone financial services and Hengqin's advanced infrastructure and policy incentives, creating a synergistic environment (MN, 2023). This dual-engine model enhances regional innovation capacity and positions the GBA as a key player in global trade, enabling cross-continental collaboration and market access (MB, 2024).

Enabling Conditions for Brazil's Effective Commercial Engagement with the GBA

Brazil's commercial interaction with China while substantial, exceeding \$200 billion in 2024 trade, is structurally asymmetric (Søndergaard; Barros-Plataiu; Park, 2022), characterised by Brazil primarily serving as a supplier of low-complexity agricultural commodities, mineral resources, and raw materials (Becard; Macedo, 2014). This dynamic highlights the need for enabling conditions that support a strategic shift from commodity dependence to direct corporate presence and integration into high-value GBA Global Value Chain (GVC) nodes (Araújo; Diegues, 2022).

Empirical evidence shows Brazilian operations in the GBA remain nascent and niche (CBBC, 2012). By late 2025, fewer than fifty Brazilian firms had a physical presence, mostly limited to trade offices or joint ventures (Thiébaud, 2021; Amigo; Quintanilha; Cariello, 2025). Furthermore, this presence is notably fragmented, lacking the cohesion or dedicated infrastructure of a unified "Brazilian Cluster" enjoyed by SMEs from other regional economies (such as Japan or the Republic of Korea). Academic literature focused on Brazil-China relations largely reinforces this structural reality (Frogeri; Li, 2024), centring discussions on the flow of Chinese investment into Brazil, particularly in energy, telecommunications (Becard; Macedo, 2014), and agribusiness (Oliveira, 2018), rather than the establishment of Brazilian corporate presence in Guangdong.

The lack of a consolidated Brazilian presence suggests that individual firms struggle to internalise the substantial costs associated with regulatory navigation, non-market risk management, and the intense regional competition - notably those from the European Union (EU) and the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) (Dung, 2022). Given that the complexity of the GBA operational environment often exceeds the mastery of typical SMEs, the solution requires a pivot from mere firm-level strategy to institutional support (Suzigan; Furtado, 2006).

Consequently, the establishment of dedicated state-level infrastructure, exemplified by the opening of the ApexBrasil (Brazilian Trade and Investment Promotion Agency) office in Shenzhen in July 2025, function as a necessary operational prerequisite.

Thus, the foundational enabling condition for effective Brazilian engagement with the GBA is the systematic shift in its value proposition, moving beyond its historical role as a bulk commodity exporter (Wei, 2012). Success is increasingly conditional on responding to key Chinese initiatives, notably the "Dual Circulation" strategy (Javed et al., 2023) and the rapidly tightening domestic Environmental, Social, and Governance (ESG) regulations (Liang et al., 2025). This necessity dictates that commercial activities must pivot toward premium food brands (e.g., Brazilian coffee brands like 3 Corações collaborating with GBA e-commerce giants like Meituan and PDD Holdings for retail distribution) and bioeconomy products.

High-value trade now requires exports to function as data-certified services, driven by traceability and digital integration within the GBA ecosystem (Lu et al., 2022). China's ESG rules are binding mandates shaping consumption and supply chains (Liu; Wang; Fang, 2023). Brazilian firms seeking premium access must adopt technology transfer and integration from the GBA (Waisbich; Haug, 2022; Queiroz; Vonortas; Canuto, 2025). For example, Amaggi is piloting blockchain with Ant Group to ensure granular traceability and secure certification-linked margins (Thiébaud, 2021). Thus, enabling conditions extend beyond quality production to embracing GBA technological standards within Brazilian supply chains. Furthermore, leveraging the GBA's role as a dynamic tech hub is critical for inter-sectoral linkage. Shenzhen's vibrant technology ecosystem is providing Brazilian AgTech startups (Souza, 2023) and scale-ups with essential access points.

The Institutional and Geographic Triad: Leveraging GBA Complementarity

Brazil's capacity for effective GBA integration is predicated upon its mastery of the region's profound geographic and institutional heterogeneity (Lu et al., 2022). Success is thus contingent upon adopting a non-monolithic GBA strategy that systematically exploits the complementary comparative advantages of the three primary sub-regions: Hong Kong, Shenzhen/Guangzhou, and Macao (Sharif; Chandra, 2022).

Brazilian operations show strategic specialization: Hong Kong hosts over 80% of their regional headquarters, leveraging its common law system, free capital flow, and bilingual talent as a key financial and legal hub (Justen; Moraes, 2025). Brazilian banks like Itaú Unibanco (GC, 2006) and BTG Pactual (Mynews, 2025) maintain Hong Kong branches to support cross-border trade finance, FX management, and M&A advisory for GBA-based Chinese investors in Brazil's mining and infrastructure sectors. This jurisdiction provides a vital legal-financial buffer against supply chain risks and regulatory uncertainty from US-China tensions and possible secondary sanctions (Chin, 2023). Conversely, Shenzhen and Guangzhou are utilised as functional hubs dedicated to logistics, manufacturing partnerships, and direct consumer market fulfilment. Firms such as the Brazilian cosmetics brand O Boticário rely on Shenzhen-based e-commerce fulfilment partners to serve the mainland Chinese market, while the retailer Lojas Americanas uses its Shenzhen office to manage quality control and product development advisory for Chinese imports (Forum China PLP, 2021).

MSAR and the adjacent GMDCHZ offers a specialised institutional arbitrage pathway. MSAR's established "1+4" policy system and cultural heritage, defined by shared Portuguese linguistic ties, provide a policy-protected niche for smaller service and high-tech firms (Forum China PLP, 2024). The policy segmentation inherent in the Macao Corridor allows Brazilian entities, such as the biotechnology firm Hilab and the artificial intelligence company Klike.ai LLC, which won the 2025 Innovation and Entrepreneurship Contest (PCCCI, 2025), to establish corporate operations in MSAR by 2026. Next, Table 4 illustrates the Brazilian strategic engagement mapping in the GBA.

Table 4 – Brazilian Strategic Engagement Mapping in the Greater Bay Area

GBA Sub-Region	Primary Enabling Function	Key Brazilian Sectoral Focus	Rationale for Utilisation
Hong Kong	Legal/Financial Fulcrum, Risk Mitigation, International Talent Pool	Trade Finance, Deep-tech Headquarters, M&A Advisory, Supply Chain Control	Essential institutional buffer against mainland regulatory complexity; free capital flow and common law framework.
Shenzhen/Guangzhou	Technological Partnership, E-commerce Fulfilment, Logistics Hub, Consumer Market Access	AgTech Solutions, Consumer Retail, High-Volume Logistics Management	Access to the "Silicon Valley" ecosystem for R&D co-operation and proximity to mainland supply chain partners.
Macao/Hengqin	Lusophone Corridor, Regulatory Sandbox, Policy Piloting Zone (SME focus)	Biotechnology, Specialised Fintech, Service Franchising	Leveraging cultural and linguistic ties to access dedicated policy incentives and minimise regulatory friction for scalable market entry.

Source: Developed by the authors.

Finally, an effective Brazilian commercial engagement with the GBA requires a systemic, coordinated approach predicated on interdependence across institutional, economic, and logistical dimensions. The identified enabling conditions are cumulative, resting on: (i) Sectoral differentiation toward certified, traceable, and sustainable goods integrated into digital platforms; (ii) Strategic geographic specialisation, systematically utilising the institutional complementarity of HK as a legal buffer, Shenzhen/Guangzhou as a technology and fulfilment nexus, and Macao as a policy arbitrage corridor; and (iii) Proactive management of non-market risks through mandated compliance infrastructure, focused integration of local GBA talent, and robust state institutional support via bodies like ApexBrasil, China-Brazil Business Council, Forum for Economic and Trade Cooperation Between China and Portuguese-speaking Countries (Forum Macao), and the MDIC.

Brazil's future growth trajectory is narrowly defined, confined to high-value niches such as the bioeconomy, carbon credits, and specific deep-tech applications. Continuous institutionalisation is paramount to sustain this growth. The prerequisite for sustained success is the governmental and corporate acceptance of the GBA operational environment as an integrated system, where access is conditional upon compliance and institutional arbitrage rather than simple market presence.

The regional innovation systems associated to CEPA and the dual circulation strategy: MSAR as a "double" pivot city across inter-continental trade ways

MSAR is developing fast-forward, under the political formula "One country, two systems", a framework that allows the region to be part of the whole and at the same time, to keep its differences, transforming them into competitive advantages. Bearing in mind the main objective of the central government – By 2050 to build China as a "great modern socialist country" – This political formula, has been supplemented with a strategic long term vision, to contribute to the national objective, and which the rationale can be summarized as "One Base, One Centre, and One Platform (1+1+1)" – One Centre for integrated tourism and leisure – The World Centre of Tourism and Leisure; One Platform for China-PSC cooperation – The China-PSC Commercial and Trade Service Platform; One Cultural Base – To exchange and cooperation base with Chinese culture as its mainstream and co-existence of different cultures an exchange and cooperation base for the promotion of multicultural coexistence, with a predominance of Chinese Culture (Table 5). This triple development foundation is associated to three innovative drivers: Integration, diversification and standing as a cooperation platform for dual circulation.

Table 5 – MSAR Economic Integrations

National	15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development (2026–2030)			
	Scientific and Technological Self-Reliance; Dual Circulation Strategy; Inclusive Prosperity; National Security; Ecological Civilization; and Cultural Advancement			
Regional (GBA)	Outline Development Plan for the Guangdong–HK–Macao GBA			
MSAR	1	1+4		1+3
One Country, Two Systems	One Base	Dual Circulation = CEPA + PSC		
		One Centre and Four Leading Industries		One platform and three centres
		Big Health	Modern Finance	A PSC food distribution centre
				A convention and exhibition centre
		High and New Technologies	MICE	A SME service centre

Source: Developed by the authors.

The China's dual circulation model seeks to boost resilience through domestic consumption, tech self-reliance, and innovation, while leveraging global markets (Wang; Ning; Bai, 2025). CEPA operationalizes this strategy regionally by liberalizing trade, investment, and technical cooperation between Mainland China and MSAR, positioning MSAR as a hub for cross-border innovation, financial services, and Lusophone trade. For Brazilian SMEs, this creates a policy-enabled gateway to China's vast consumer market via a culturally aligned, innovation-driven platform.

The first innovation driver is integration – MSAR contributes to national objectives, and it is fully integrated into the central government vision. However, MSAR retains its own systems, namely the legal, taxation and economic system, as well as its blended cultural way of life.

The GBA has been improving since its inception in 2017, and today is equipped with an array of infrastructures as well as the desire of the central government, to transform it, into the world's largest economic bay area. There three aspects contributing to this first driver: a) A number of singular characteristics of MSAR such as its international legal personality, the low taxation regime, separate customs territory, the number and quality of its HEI, the blended culture and the easy access and the commercial and trade cooperation service platform between China and PSC and in the context of the B&RI; b) The fact that in 2003, the China's Government established the CEPA, which facilitates the commercial and investment flows between Macao-Mainland China and the PSC; and c) The new GMDCZH³, which has been designed to boost the process of MSAR diversification and is divided into three periods 2024, 2029 and 2035 (GCS, 2023) – the ideal conditions for SMEs operations.

The second innovation driver is diversification – This process is being advanced according to the formula 1+4 (Table 5): “One centre” and “four leading industries”. More specifically, “One Centre” for integrated tourism and leisure, while facilitating the development of four nascent industries, namely: 1) The “Big Health” industry – attracting “tourism+” and delivering high quality health and well-being services. Furthermore, the concept of “Big Health” industry also encompasses pharmaceuticals and traditional medicine manufacturing with the support of the State Key Laboratory of Quality Research in Chinese Medicine and the Traditional Chinese Medicine Science and Technology Industrial Park of Cooperation between Guangdong and Macao); 2) Modern Financial Services – Banking, insurance, bond markets, and wealth management, with emphasis on establishing a Central Securities Depository. MSAR aims to expand into digital and green finance, including e-payments, e-commerce, digital currencies, central bank digital currency, financial market integration, commodities trading, and offshore cross-border business. In 2021, the Macao Securities and Funds Industry Association was established to promote modern finance; 3) High and New Technology – MSAR hosts 10 higher education institutions, including the University of Macau (ranked among the world's top 145 in THE Ranking, 2025), alongside four state key laboratories: Quality Research in Chinese Medicine; Analog and Mixed-Signal VLSI; Internet of Things for Smart

³ The “Hengqin Plan” (Overall Development Plan for the Guangdong–Macao Intensive Cooperation Zone in Hengqin) and the “Qianhai Plan” (Overall Development Plan for Qianhai Shenzhen–Hong Kong Modern Service Industry Cooperation Zone).

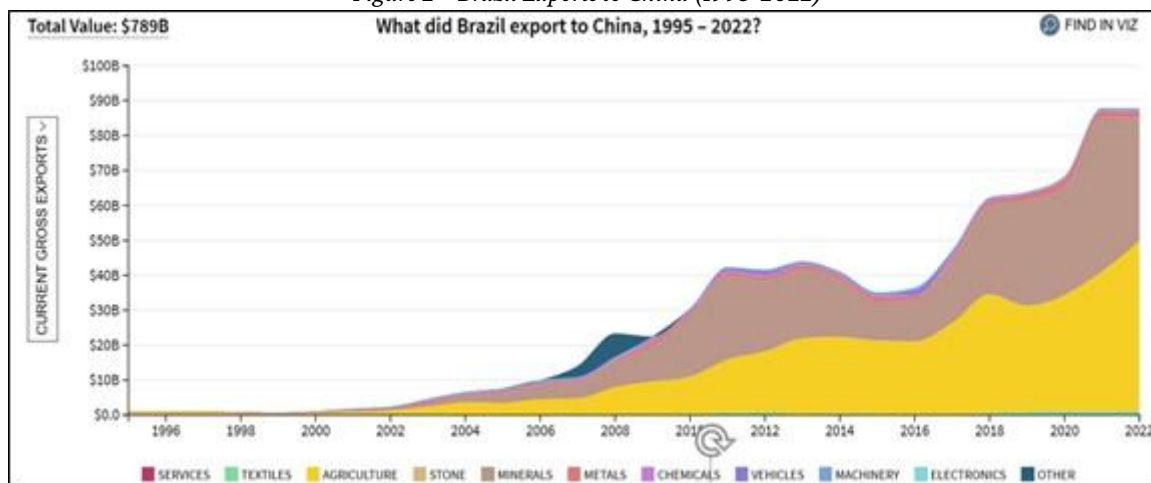
City. Supported by tax incentives, the Science and Technology Development Fund, and the Industry-University-Research Partnership Scheme, these initiatives aim to drive technological transformation; 4) Exhibitions and Conventions (MICE), Commerce and Trade, and Culture and Sports Industries – MSAR offers some of Asia’s best infrastructure for large-scale exhibitions and conventions.

In 2023, the International Association of Exhibition Events (IAEE) granted the Macao Trade and Investment Promotion Institute (IPIM) the IAEE International Excellence Award, for the progress made in the internationalization of MICE events. Furthermore, the MSAR actively consolidates its role as a platform for China–PSC cooperation through the China–PSC Economic and Trade Cooperation Platform (C-PLPEX), which serves as a strategic mechanism for fostering trade, investment, and cultural exchange. In addition to institutional arrangements, MSAR hosts a series of international events that reinforce its intermediary function, including the International Infrastructure Investment and Construction Forum (IIICF), the Global Tourism Economy Forum (GTEF), the Macao International Environmental Cooperation Forum & Exhibition (MIECF), the Macao International Trade and Investment Fair (MIF), and the Macao International Travel (Industry) Expo (MITE). In addition, there is a significant development of e-commerce, mobile payments, and cross-border e-commerce channels. MSAR’s cultural industries leverage its historic heritage to attract trans-border audiences through major events like the Macao Arts Festival, International Music Festival, Arts and Cultural Festival between China and PSC, “Art Macao” biennale, concerts, and the Script Road literary festival. The region also boasts experience hosting large-scale sports events, including the Grand Prix, Macao International Marathon, and WTT Champions Macao. Sports is contributing to generate synergies (Sports+) facilitating the integration between sports, finance, health, technology, and tourism.

The last innovation driver is the concept of platform – This last driver is organized as “One Platform and Three Centres (1+3)” – namely a PSC food distribution centre, a convention and exhibition centre for PSC economic cooperation, and a SME service centre for PSC. In the meantime, measures including the building of a China-PSCs financial service platform, a RMB clearing centre for PSC (which is particular important in the context of China-Trade relations – Table 5), a China-PSCs cultural exchange centre, youth innovation and entrepreneurship exchange centre, China-PSCs bilingual training base. In addition, to reinforce the idea of MSAR as a platform between China and the PSC, an initiative by China’s Government, and with the support of the government of the MSAR, established the Forum Macao in 2003. Since its inception, six Ministerial Conferences and an Extraordinary Ministerial Meeting have been convened. In 2004 the Permanent Secretariat of Forum Macao was established in MSAR to execute and implement the resolutions approved at the 3-years cycles of Ministerial Conferences. São Tomé and Príncipe joined in 2017, and Equatorial Guinea in 2022, making the number of parties to raise to ten.

The bilateral trade relationship is characterized by the growing exchange of commodities, with Brazil exporting agricultural products, minerals, and oil to China (Table 3), while importing manufactured goods, electronics, and machinery from China. This profile of exports has a positive impact on the GBA, enhancing economic integration and development (Harvard Atlas, 2025).

Figure 2 – Brazil Exports to China (1995-2022)



Source: Harvard Growth Lab's, 2022

The trade relationship between Brazil and China has flourished, with China becoming Brazil's main economic partner in less than two decades (Urdinez, 2023). This cooperation extends beyond trade to include direct investments and finance, further strengthening economic ties (Rosito; Carvalho, 2022).

The MSAR is a double pivot city as it functions as a domestic market connector and as a platform to the Lusophone market with deep linkages to the EU. Hengqin Island is undergoing a transformation with \$30 billion in infrastructure investments. These investments include AI-powered logistics parks, the establishment of a free trade zone, and the provision of tax holidays for foreign research and development centres. The GMDCZH has been described as “China’s Manhattan + Silicon Valley” due to its ambitious development plans and strategic positioning. For Brazilian firms, this double pivot city strategy offers both niche opportunities and mass-market access.

MSAR is no longer just a gaming-centric city – it has become a geopolitical linchpin in China’s “dual circulation” strategy (Lei, 2023). For Brazilian firms, MSAR offers a low-risk environment to refine products, a financial nexus to scale operations across Asia, and a cultural safe space (Simões; Veras, 2024). As BRICS increasingly trade in different currencies, and with the GBA’s GDP projected to reach \$4 trillion by 2030, GMDCZH is poised to become a significant “third place” in SSC (Cao; Shamsudin, 2024). This region is not just a conduit for goods but also for data, carbon credits, and cross-continental trust (Deloitte, 2023). The integration of MSAR and GMDCZH within the GBA exemplifies a strategic approach to regional development, leveraging unique geographical and economic advantages to foster growth and innovation (MN, 2023). This strategy benefits local economies and enhances international trade relations, particularly with PSC (BNP Paribas, 2023).

For all these reasons, the MSAR is indeed a “double pivot” city. It serves as an open door to Chinese domestic markets and acts as a platform for intercontinental trade routes. Furthermore, MSAR presents a multifaceted “4D” advantage that serves as a pivotal gateway for Brazilian enterprises seeking to penetrate the Chinese market. This framework comprises four key dimensions: 1) Diplomatic Density: The Forum Macao, recognized as China’s Lusophone trade arm, has significantly invested in Brazilian infrastructure since its inception. This financial support enhances diplomatic ties and fosters economic collaboration between Brazil and China (FM, 2023); 2) Digital-Physical Hybrids: Chambers of commerce in MSAR are facilitating innovative collaborations by establishing virtual showrooms. These platforms enable Brazilian craft brewers to present their products directly to distributors in Guangdong, thereby enhancing market access and visibility (Macao Ideas, 2024); 3) Dual Jurisdiction: The regulatory landscape in MSAR allows for flexible business operations. For instance, a fintech company based in Rio de Janeiro can incorporate in GMDCZH under Portuguese law while simultaneously accessing China's digital yuan sandbox. This dual jurisdiction

fosters an environment conducive to innovation and financial experimentation (Remotepad, 2024): 4) Diaspora Networks: The Brazilian community in MSAR plays a crucial role in mentoring SME through various initiatives. These networks provide valuable support and guidance, helping Brazilian businesses to navigate the complexities of the Chinese market (FM, 2021).

Seven arguments to strength South–South cooperation and developmental regionalism: Opportunities for Brazilian SME

Firstly, Chambers of Commerce act as catalyst entities supporting SME and promoting trade flows within Lusophone-related markets. While large corporations dominate trade, a silent revolution is brewing: SMEs are leveraging MSAR's unique positioning to carve niches in diverse sectors, from organic açai⁴ to AI-driven agritech. Traditionally focused on domestic advocacy, Chambers of Commerce are now reimagining themselves as cross-continental matchmakers – bridging the Amazon rainforest to the PRA through MSAR's trilingual business ecosystem. These chambers are deploying innovative strategies to democratize access to China's economy, transforming the MSAR from a gaming hub into a hyper-specialized trade accelerator. Furthermore, chambers of commerce cooperate with local entities such as AICEP (Agency for Investment and Foreign Trade of Portugal) and IPIM. Additionally, financial institutions like BNU provide invaluable assistance to companies in establishing their businesses in either MSAR or GMDCZH. By partnering with Macao and Hengqin Chambers of Commerce, Brazilian chambers can co-host trade delegations, matchmaking forums, and sector-specific roadshows. For example, Brazil's fintech sector could align with Hengqin's, while Amazonian bio-economy innovators connect with Macao's finance platform. These networks also reduce risks by providing market intelligence, legal advice, and investor access, turning fragmented efforts into integrated cross-border ecosystems.

While Guangdong province processes approximately 28% of the trade between Brazil and China, chambers of commerce in the MSAR are actively unlocking secondary trade hubs (China Daily, 2022). In this vein of reasoning, two standing examples illustrate this trend: 1) Foshan's Furniture Sector: Hardwood exporters are utilizing the MSAR as a strategic platform to bypass intermediaries in Shenzhen, allowing them to sell directly to over 3,000 furniture factories in Foshan. This direct access not only enhances profit margins for exporters but also streamlines the supply chain (Foshan Furniture Market, 2025); 2) Zhuhai's Healthtech Corridor: Medical device startups are forming partnerships in GMDCZH, combining Brazilian botanicals with advanced diagnostics. This collaboration exemplifies the potential for cross-border innovation and the integration of diverse resources to enhance healthcare solutions (Medical Startups, 2025).

Secondly, it is important to consider the relationship between technology, trade, and building long-term agility. Beyond immediate trade, MSAR and offer Brazilian companies a testing ground for digital integration. Hengqin's smart city frameworks and 5G connectivity allow firms to pilot enabled supply chains or e-commerce platforms tailored to Chinese consumers. Meanwhile, Macao's HEI and R&D centers provide collaboration opportunities in sectors like precision agriculture and health tech.

Thirdly, for Brazilian agribusinesses, tech startups, and renewable energy firms, this duality enables tailored entry strategies. The GBA's strategic location and innovative policies make it a platform for Brazilian SMEs to access China's vast consumer market and cutting-edge innovation networks (China Daily, 2021). This integration not only enhances economic cooperation but also fosters sustainable growth and competitive advantage in the global market (Deloitte, 2023). While soybean trade continues to strengthen trade relations, new opportunities are emerging. Indeed, Brazil's \$89 billion trade with China remains skewed toward commodities – 62% of exports are soy, iron ore, and crude oil. Companies now ship sustainably harvested Brazil nuts and andiroba oil to MSAR's luxury hotels. Startups employ AI,

⁴ Cambridge Dictionary (2025): Açai is a small, round, dark purple fruit from a Brazilian palm tree, often promoted as a superfruit for its perceived health benefits, alongside foods like ginseng and green tea.

partnering with GMDCZH's GBA metals exchange to bypass traditional commodity brokers. Family-owned businesses export flash-frozen picanha cuts via MSAR, reaching Guangzhou foodies within 36 hours.

Although agriculture and minerals still account for 79% of Brazil's exports to China, BRICS cooperation is shifting toward high-value sectors – energy, technology, finance, and infrastructure (Smith, 2023). Energy priorities include deepwater drilling and the Energy Innovation Hub (Jones, 2022); technology collaboration features MSAR–Brazil co-production of mRNA vaccines (Brown, 2021); and in finance, MSAR leverages its RMB clearing hub to offer yuan loans to exporters, hedging dollar volatility (Lee, 2020). MSAR's niche as an RMB clearing hub and GMDCZH's focus on AI, biotech, and green manufacturing offer diverse opportunities (MN, 2023). The infrastructure revolution spans from the Amazon to the Pearl River, with connectivity being the GBA's crown jewel (Wang, 2019).

By 2026–2028, the anticipated expansion of direct air routes between São Paulo and MSAR upgraded to accommodate perishable cargo – combined with the GBA high-speed rail network, is expected to substantially reduce transit times. For example, the Shenzhen–Hong Kong Express Rail Link enables intercity travel in approximately 22 minutes (Garcia, 2024). Key projects driving this integration include the Macao Light Rail Extension, linking to Hengqin's AI-controlled cargo terminal and cutting customs clearance for Brazilian goods from 48 hours to 90 minutes (Ding et al., 2023). Zhuhai Airport Expansion will triple capacity to support Brazil's growing chilled meat exports (Zhang, 2022). Meanwhile, 5D Smart Logistics in GMDCZH uses digital twins to predict supply chain bottlenecks before shipments depart (Liu, 2021). Macao's "Golden Visa" offers Brazilian firms a leaner entry compared to HK and Singapore, which grapple with soaring costs (Martinez, 2020). MSAR provides a 12.0% corporate tax rate, lower than Shenzhen's, with exemptions for R&D and green tech (Nguyen, 2019). The visa program fast-tracks residency for entrepreneurs investing in GMDCZH's tech parks (Rodriguez, 2021). Moreover, MSAR boasts a bilingual talent pool, with over 10,000 residents speaking Portuguese (Silva, 2020). A Brazilian meat company setting up its Asia HQ in MSAR can use Hengqin's Food Safety Lab to ensure exports meet China's USDA-equivalent standards (Fernandez, 2023), access MSAR's green finance bonds at lower rates to build solar-powered plants (Gomes, 2022), and tap GBA distribution by partnering with Nam Kwong Group to place products in 50,000+ mainland supermarkets (Huang, 2021).

Fourthly, with a 123-year legacy, Banco Nacional Ultramarino (BNU) a subsidiary of Caixa Geral de Depósitos S.A. – Portugal's largest state-owned bank, BNU blends Lusophone market expertise with robust banking infrastructure. Brazilian companies benefit from BNU's offshore RMB services, trade financing, and cross-border investment tools to navigate China's regulatory landscape (BNU, 2025). For example, a Brazilian coffee exporter might secure letters of credit via BNU, while a São Paulo-based VC fund could invest in Hengqin (GMDCZH) tech start-ups through Macao's networks. BNU's role in GMDCZH's "Financial Island" initiative fosters financial innovation and Guangdong-Macao cooperation, offering Brazilian firms a strategic edge (BNU, 2025; MN, 2023).

MSAR and GMDCZH are evolving from gateways to growth engines for Brazilian enterprises. By leveraging the GBA markets, institutional support from BNU, and cultural ties, Brazilian firms can move beyond traditional export roles (BNU, 2025). MSAR and GMDCZH location within the GBA offers access to advanced infrastructure and a vast consumer base (Cao; Shamsudin, 2024). Supportive policies and financial services from BNU enhance business ease (BNU, 2025). The next phase of Sino-Brazilian trade will be shaped by agility and strategic positioning (Deloitte, 2023). BNU, incorporated in MSAR, operates under local financial laws with 17 branches and a presence in GMDCZH and Shanghai. As one of two currency-issuing banks in MSAR, its role was reaffirmed in 2020 (BNU, 2025). With CGD's presence in São Paulo, BNU facilitates PSC-China trade, offering tailored financial solutions and regulatory expertise. This empowers Brazilian SME to engage with Chinese manufacturers.

Fifthly, China and Brazil – two continental giants of the Global South – are entering a transformative phase, with trade surpassing \$150 billion annually and expanding beyond commodities into tech, green energy, and digital innovation (Urdinez, 2023). At the center of this shift is MSAR, China's Portuguese-speaking SAR, now positioned as a

hyper-connected gateway linking Latin America's largest economy to the GBA, a megacity with GDP rivaling South Korea (HSBC, 2024). MSAR and its burgeoning neighbour GMDCZH are rewriting the rules of cross-continental trade, offering Brazilian firms a cultural, logistical, and financial “triple advantage” to unlock Asia's most dynamic markets (MN, 2023).

Sixthly, the MSAR is rapidly evolving into a hub for modern finance and technology, particularly benefiting SMEs. Establishing a commodities exchange in MSAR could offer a transparent, tech-driven platform to bridge this gap (Câmara; Leitão, 2020). A well-designed exchange would enhance transparency, reduce costs, and streamline trading, attracting both small producers and large buyers (Leong, 2024). Direct connections between Brazilian producers and Chinese buyers would eliminate intermediaries, ensuring fairer prices. Logistics integration – especially in GMDCZH – could incorporate smart contracts to optimize delivery and transshipment, improving efficiency and traceability (Liu, et al., 2024). GMDCZH offers opportunities for intermediate processing, attracting certification and lab services (Zhou et al., 2022). A sustainability-aligned commodities exchange could promote eco-friendly practices and fair trade, boosting Brazil's global reputation (Hunt, 2021). Financial institutions and tech firms are entering under a new financial act and regulatory sandbox fostering fintech innovation (Leong, 2024), drawing talent in blockchain, logistics, and sustainable agriculture (Câmara; Leitão, 2020). Major Chinese platforms – Alibaba, JD.com, Taobao – could partner with public firms to import Brazilian commodities (Zhou et al., 2022). With strong institutional backing and progressive regulation, MSAR and GMDCZH are poised as key trade hubs for Brazil and other PSCs, advancing sustainable global commodities markets (Hunt, 2021; Leong, 2024).

Seventhly, the MSAR's role as a cultural linchpin cannot be overstated. With Portuguese language being recognized as of use for official purposes, and a legal system blending Chinese civil law and Portuguese jurisprudence, Brazilian executives navigate contracts and IP protections with unparalleled ease (Simões; Veras, 2024). MSAR hosts 20+ annual Lusophone events and is investing in talent, innovation, and multilateralism to evolve from a commodity corridor into a cognitive bridge. GMDCZH's push to become a “Lusophone Silicon Valley” could redefine Brazil–China commerce (Gdtdtoday, 2022). Universities, cooperation zones, chambers, and entrepreneurs now engineer multicontinental value chains—linking Minas Gerais minerals to Zhuhai's 5G factories and Mato Grosso harvests to Shenzhen's biotech labs. Chinese-Brazilians mirror Macao's multiculturalism, driving diaspora-led ventures that mentor start-ups in both markets (Lei, 2023). The future lies in agile cooperatives and chamber-backed innovators treating MSAR as a launchpad for cognitive trade – where Brazilian *cachaça* algorithms optimize Guangdong's hotpot deliveries and Amazonian trees whisper smart contracts.

Conclusion

This study set out to identify the conditions that enable Brazil's commercial engagement with the Guangdong–Hong Kong–Macao GBA, guided by the central research question: What factors facilitate Brazilian SMEs' integration into the GBA to enhance access to China's consumer market? The analysis demonstrates that Brazil's ability to position itself within this dynamic regional cluster depends on a combination of infrastructural connectivity, institutional frameworks, and strategic partnerships that align with China's development priorities and Brazil's export potential.

The GBA is a leading global production hub, combining high-value manufacturing, integrated logistics, and advanced trade corridors. Its world-class infrastructure – cross-sea bridges, 5G networks, high-speed rail, and smart deep-seaports – enables seamless connectivity. Harmonized customs and digital trade platforms create an attractive environment for foreign firms. For Brazilian SMEs in agribusiness and energy, leveraging these networks opens access to China's growing demand for sustainable products. Advanced food safety labs and certification processes ensure compliance with China's strict standards, boosting credibility and unlocking new market segments.

The regional innovation systems within the GBA are deeply intertwined with the Mainland and CEPA, which provides preferential access for Lusophone enterprises. This arrangement, combined with China's dual circulation strategy – balancing domestic consumption with global engagement – positions the GBA as a double pivot: a hub for internal innovation and an outward-facing platform for international trade. The region's industrial policy prioritises “four industries and one platform”: advanced manufacturing, modern services, technological innovation, and green development, supported by Macao's role as a cultural and commercial bridge. Brazilian SMEs can benefit from these synergies by aligning their operations with sectors such as sustainable energy, food security, and technology-driven services. MSAR and GMDCZH offer valuable human capital for Brazilian SMEs, with a bilingual talent pool fluent in Portuguese for smoother operations. Combined with skilled labor, favorable tax policies, and entrepreneur residency programs, these regions provide strong opportunities for Brazilian firms seeking a foothold in China.

Finally, the frameworks of South–South cooperation and developmental regionalism underscore the GBA's role as an integrated logistics, trade, and financial hub that fosters inclusive partnerships. Cultural synergies – rooted in Macao's Lusophone heritage – are complemented by institutional mechanisms such as chambers of commerce, bilingual professional networks, banking institutions, and academic collaborations with HEI. Additional enablers include the RMB clearance centre, specialised arbitration facilities, and incentives related to corporate taxation and visa facilitation. Emerging opportunities in technology start-ups, renewable energy, and agrobusiness further strengthen the case for Brazilian engagement. By leveraging these institutional and cultural assets, the Brazilian SME can consolidate its presence in the GBA, advancing a model of cooperation that promotes innovation, sustainability, and mutual economic growth.

The combination of strategic location, advanced infrastructure, supportive business environment, and access to financial and human resources positions Brazilian SME to capitalize on the growing opportunities in the GBA, thereby sustaining and enhancing the commercial relationship between Brazil and China.

References

- AMIGO, C.; QUINTANILHA, M.; CARIELLO, T. **Análise SocioEconômica do Comércio Brasil-China: Emprego, renda, gênero, e raça nas empresas que comercializam com a China**. [S.l.]: China-Brazil Business Council (CBBC) and Ministry of Development, Industry, Trade and Services (MDIC), 2025. Available at: <https://www.cebc.org.br/download/15695/?tmstv=1757439616>.
- ARAÚJO, C. G. De; DIEGUES, A. C. Patterns of external insertion in global value chains: a comparative analysis between Brazil and China TT - Padrões de inserção externa nas cadeias globais de valor: uma análise comparativa entre Brasil e China. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2022. v. 42, n. 1, p. 172–191.
- ASHEIM, B. T.; GERTLER, M. S. The geography of innovation: Regional innovation systems. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. (Org.). **The Oxford Handbook of Innovation**. [S.l.]: Oxford University Press, 2005, p. 291–317.
- BANCO NACIONAL ULTRAMARINO (BNU). **Hengqin branch and financial services**. Available at: <https://www.bnu.com.mo/en/our-bank/global-connectivity/hengqin-branch>. Available at: 14 jan. 2025.
- BECARD, D. S. R.; MACEDO, B. V. D. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2014. v. 57, n. 1, p. 143–161.
- BECARD, D. S. R.; MACEDO, B. V. DE. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. University of Brasília, Brasília, DF, Brazil: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2014. v. 57, n. 1, p. 143–161.
- BNP PARIBAS. **Brazil: Current trade patterns with China threaten the promise of re-industrialization**. Available at: <https://economic-research.bnpparibas.com/html/en-US/Brazil-current-trade-patterns-China-threaten-promise-industrialization-4/5/2023,48437>. Accessed on: 24 jun. 2025.
- BROWN, A. MSAR partners with Brazil to co-produce mRNA vaccines. **Journal of Global Health**, 2021. v. 15, n. 3, p. 45–56.
- BULL, B.; BANIK, D. The rebirth of the Global South: Geopolitics, imageries and developmental realities. **Forum for Development Studies**, 2025. v. 52, n. 2, p. 195–214.

CÂMARA, P.; LEITÃO, J. The case for a Macau stock exchange: An opportunity in challenging times. **Macau Business**, 2020.

CAO, Y.; SHAMSUDIN, M. The Greater Bay Area: A key economic region within China's Belt and Road Initiative. **Journal of Regional Development**, 2024. v. 12, n. 3, p. 45–67.

CBBC. **Brazilian China: Companies in Presence and Experience**. [S.l.]: China-Brazil Business Council (CBCC), 2012. Available at: <https://www.cebc.org.br/download/336/>.

CGTN. **Six Years on: Key Numbers behind China's Greater Bay Area Success**. Available at: <https://news.cgtn.com/news/2025-02-19/Six-years-on-Key-numbers-behind-China-s-Greater-Bay-Area-success-1B76eODi6cw/p.html>. Accessed on: 12 nov. 2025.

CHIN, G. T. Geopolitics and Hong Kong as international financial centre: a dynamic IPE perspective. **Hong Kong as a Global Business and Financial Hub**. [S.l.]: Routledge, 2023.

CHINA DAILY. **Liu: GBA a springboard for greater opportunities**. Available at: <https://www.chinadailyhk.com/hk/article/249682>. Accessed on: 12 jan. 2025.

CHINA DAILY. **Trade: Guangdong, BRI partner countries see tremendous growth**. Available at: <https://www.chinadailyhk.com/hk/article/356675>. Accessed on: 24 jun. 2025.

COE, N. M.; YEUNG, H. W.-C. **Global Production Networks: Theorizing Economic Development in an Interconnected World**. [S.l.]: Oxford University Press, 2015.

DE LA TORRE-LÓPEZ, J.; RAMÍREZ, A.; ROMERO, J. R. Artificial intelligence to automate the systematic review of scientific literature. **Computing**, 2023. v. 105, p. 2171–2194.

DELOITTE. **The GBA in China's new development pattern**. Available at: <https://deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/ined/dtt-cn-gba-dtt-experts-form-a-group-hot-topics-coming.pdf>. Accessed on: 24 jun. 2025.

DING, W.; CHEN, Z.; WANG, R.; XUE, T.; YAO, H. **The Review and Prospect of the Development of Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area Port Cluster and Its River-Sea Intermodal Transport System**. Singapore: Springer Nature, 2023.

DUNG, H. T. **ASEAN and the 'Quad Plus': Opportunity in Turbulence**. [S.l.]: [s.n.], 2022.

FERNANDEZ, R. Hengqin's Food Safety Lab: Ensuring export standards. **Food Safety Journal**, 2023. v. 18, n. 2, p. 34–45.

FORUM CHINA PLP. Lojas Americanas of Brazil to open office in Shenzhen. **Forum for Economic and Trade Co-operation Between China and Portuguese-speaking Countries (Macao)**, 2021. Available at: https://www.forumchinaplp.org.mo/en/economic_trade/view/3610. Accessed on: 18 nov. 2025.

FORUM CHINA PLP. Medidas da China para a Promoção da Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2024-2027). **Forum for Economic and Trade Co-operation Between China and Portuguese-speaking Countries (Macao)**, 2024. Available at: <https://www.forumchinaplp.org.mo/en/meeting/view/7944>. Accessed on: 18 nov. 2025.

FORUM MACAO (FM). **Programme to give Brazilian SMEs help in penetrating China**. Available at: https://forumchinaplp.org.mo/en/economic_trade/view/3664. Accessed on: 17 jan. 2025.

FORUM MACAO (FM). **Forum for economic and trade cooperation between China and Portuguese-speaking countries**. Available at: <https://www.forumchinaplp.org.mo/en/home>. Accessed on: 24 jun. 2025.

FORUM MACAO (FM). **Estatuto Operacional do Secretariado Permanente do Fórum de Macau**. Available at: <https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/about/estatuto-operacional>. Accessed on: 12 nov. 2025.

FOSHAN FURNITURE MARKET. **Foshan Furniture Market: China One-stop Furniture Procurement Company**. Available at: <https://www.foshanfurnituremarket.com/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

FROGERI, R. F.; LI, Yichao. Three decades of Brazil–China relations: mapping scholarly discourse and future research directions. **Janus.net, e-journal of International Relations**, 2024. v. 15, n. 2, p. 145–174.

GARCIA, M. Direct flights between São Paulo and Macau. **Aviation Weekly**, 2024. v. 20, n. 4, p. 56–67.

GDTODAY. **Compared with Silicon Valley, I feel more supported in Hengqin**. Available at: https://www.newsgd.com/node_99363c4f3b/c34521d47f.shtml. Accessed on: 24 jun. 2025.

GDTODAY. **Economic power of the Pearl River Delta**. Available at: https://www.newsgd.com/node_99363c4f3b/33f1097580.shtml. Accessed on: 17 jan. 2025.

GLOBAL CUSTODIAN (GC). Banco Itau Opens Office In Hong Kong To Facilitate Asian Investment In Brazil. **Global Custodian**, 18 set. 2006. Available at: <https://www.globalcustodian.com/banco-itaui-opens-office-in-hong-kong-to-facilitate-asian-investment-in-brazil/>. Accessed on: 18 nov. 2025.

GOMES, P. Green finance bonds in Macau. **Sustainable Finance Review**, 2022. v. 10, n. 2, p. 23–34.

GOVERNMENT INFORMATION BUREAU (GCS). **CE welcomes release by the Central Government of Hengqin development plan**. Available at: <https://www.gov.mo/en/news/318747/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

GRAY, K.; GILLS, B. K. South–South cooperation and the rise of the global South. Department of International Relations, School of Global Studies, University of Sussex, United Kingdom: **Third World Quarterly**, 2016. v. 37, n. 4, p. 557–574.

HARVARD ATLAS. **Brazil-China trade data**.

HKTDC RESEARCH. **Greater Bay Area Economic Overview**.

HSBC. **The Greater Bay Area – at the forefront of Chinese development**. Available at: <https://www.gbm.hsbc.com/en-gb/insights/market-and-regulatory-insights/the-greater-bay-area-at-the-forefront-of-chinese-development>. Accessed on: 24 jun. 2025.

HUANG, Y. GBA distribution networks and partnerships. **Business Logistics**, 2021. v. 14, n. 3, p. 67–78.

HUNT, C. **Commodity price impacts on the emerging economy of Brazil**. California State University, Fullerton.

JAVED, S. A; BO, Y.; TAO, L.; DONG, W. The ‘Dual Circulation’ development model of China: Background and insights. **Rajagiri Management Journal**, 17 jan. 2023. v. 17, n. 1, p. 2–20.

JONES, D. Deepwater drilling and energy innovation. **Energy Journal**, 2022. v. 19, n. 1, p. 12–23.

JUSTEN, C. F.; MORAES, E. A. De. Hong Kong. In: MACAGNAN, C. B. (Org.). **Corporate Governance in Capital Markets: Navigating Governance Systems of Publicly Traded Firms**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025, p. 257–280.

LEANDRO, F.; LI, Y. **Transformative SEZ: China’s changing the paradigm along the Belt and Road and in the Greater Bay Area**. Transnational Dispute Management.

LEE, S. RMB clearing hub status of Macau. **Financial Times**, 2020. v. 25, n. 2, p. 45–56.

LEI, W. N. **Macao and Hengqin as gateways for lusophone technology companies**. Available at: <https://macaonews.org/news/business/bnu-plans-open-hengqin-branch/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

LEONG, C. H. **Investing in Macao - New opportunities and challenges under the new Macao financial regulations**. [S.l.]: Springer, 2024.

LIANG, L; DING, T.; TAN, R.; SONG, M.. ESG Policies and Regulatory Environment in China. In: LIANG, L. *et al.* (Org.). **The ESG Systems in Chinese Enterprises: Theory and Practice**. Singapore: Springer Nature, 2025, p. 63–95.

LIU, M.; GUAN, J.; LAM, C.; LAU, Y.; HONG, F. Macao’s Potential to Participate in Aircraft Financial Leasing Between China and Portuguese-Speaking Countries. **Journal of China Tourism Research**, 2024. v. 00, n. 00, p. 1–28.

LIU, Q. 5D Smart Logistics in Hengqin. **Logistics Management**, 2021. v. 17, n. 3, p. 89–100.

LIU, Z.; WANG, S.; FANG, C. Spatiotemporal evolution and influencing mechanism of ecosystem service value in the Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area. **Journal of Geographical Sciences**, 1 jun. 2023. v. 33, n. 6, p. 1226–1244.

LU, Y.; YANG, J.; PENG, M.; LI, T.; WEN, D.; HUANG, X. Monitoring ecosystem services in the Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area based on multi-temporal deep learning. **Science of The Total Environment**, v. 822, p. 153662, 2022.

MACAO IDEAS. 商匯館澳門製造、澳門品牌、澳門設計 [Macao-made, Macao-branded, Macao-designed]. Available at: <https://macaoideas.ipim.gov.mo/>. Accessed on: 14 jan. 2025.

MACAO NEWS (MN). **BNU Hengqin branch and financial island initiative**. Available at: <https://macaonews.org/news/business/bnu-plans-open-hengqin-branch/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

MACAU BUSINESS (MB). **Special report - Innovating on 'dual circulation'**. Available at: <https://www.macaubusiness.com/special-report-innovating-on-dual-circulation/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

MARTINEZ, J. Macau's "Golden Visa" Edge. **International Business Review**, 2020. v. 22, n. 4, p. 34–45.

MCKINSEY & COMPANY. **Global trade flows and geopolitical changes**. McKinsey Global Institute. Available at: https://www.mckinsey.com/mgi/our-research/geopolitics-and-the-geometry-of-global-trade-2025-update#. Accessed on: 19 nov. 2025.

MEDICAL STARTUPS. **Top 52 medical and healthcare startups in China**. Available at: <https://medicalstartups.org/country/China/>. Accessed on: 14 jan. 2025.

MYNEWS. Investment bank BTG Pactual mulls expansion to Asia as China and Brazil strengthen ties. **South China Morning Post**, 2 jun. 2025. Available at: <https://www.scmp.com/tech/tech-trends/article/3312743/investment-bank-btg-pactual-eyes-hong-kong-expansion-china-and-brazil-strengthen-ties>. Accessed on: 18 nov. 2025.

NGUYEN, T. Corporate tax rates in Macau and Shenzhen. **Tax Journal**, 2019. v. 13, n. 2, p. 56–67.

OECD. Brazil Trade Data. **Observatory of Economic Complexity (OEC)**, 2024. Available at: <http://oec.world/en/profile/country/bra>.

OLIVEIRA, G. D. L. T. Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. University of California at Berkeley, Berkeley, CA, United States: **Globalizations**, 2018. v. 15, n. 1, p. 114–133.

PCCCI. Concurso de Inovação e Empreendedorismo (Macau) para as Empresas de Tecnologia do Brasil e de Portugal. **Portugal-China Chamber of Commerce & Industry**, 2025. Available at: <https://ccilc.pt/imprensa/realizou-se-o-concurso-de-inovacao-e-empreendedorismo-macau-para-as-empresas-de-tecnologia-do-brasil-e-de-portugal-2025/>. Accessed on: 18 nov. 2025.

QUEIROZ, S.; VONORTAS, N.; CANUTO, O. Global changes and effectiveness of innovation policy in Brazil. **The Journal of Technology Transfer**, 11 ago. 2025. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10961-025-10264-0>. Accessed on: 18 nov. 2025.

REMOTEPAD. **Doing business in Macau in 2024**. Available at: <https://remotepad.net/countries/macau/>. Accessed on: 14 jan. 2025.

RODRIGUEZ, L. Fast-tracking residency for entrepreneurs. **Entrepreneurship Today**, 2021. v. 16, n. 1, p. 23–34.

ROSITO, T.; CARVALHO, V. M. **Brazil–China trade relations**. King's College London.

SHARIF, N.; CHANDRA, K. A comparative analysis of innovation policies in Hong Kong and Shenzhen within the Greater Bay Area initiative. **Science and Public Policy**, 2022. v. 49, n. 1, p. 54–71.

SHAW, T. M. Developmental regionalism in Africa: Comparative perspectives. **The Journal of the Middle East and Africa**, 2010. v. 1, n. 1, p. 9–28.

SILVA, M. Bilingual talent pool in Macau. **Language and Society**, 2020. v. 11, n. 3, p. 45–56.

SIMÕES, J.; VERAS, D. **Brazilian foreign policy and the quest to promote Portuguese: Building bridges through Macau**. Available at: <https://janusonline.autonoma.pt/en/edicao/brazilian-foreign-policy-and-the-quest-to-promote-portuguese-building-bridges-through-macau/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

SMITH, J. BRICS collaboration in high-value sectors. **Trade and Development Review**, 2023. v. 21, n. 1, p. 12–23.

SØNDERGAARD, N.; BARROS-PLATIAU, A. F.; PARK, H. When only China wants to play: Institutional turmoil and Chinese investment in Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2022. v. 65, n. 2, p. e020.

SOUZA, P. G. De. The effect of entrepreneurial impulsivity and resilience in firm innovativeness: the case of Agtech startups in southern Brazil. 2023.

STATISTA. **Brazil's rare trade surplus with China**. Available at: <https://www.statista.com/chart/29718/brazil-china-bilateral-trade/>. Accessed on: 24 jun. 2025.

STATISTA. **Greater Bay Area in China - statistics & facts**. Available at: <https://www.statista.com/topics/5333/greater-bay-area-in-china/>. Accessed on: 10 jan. 2025.

STATISTICSTIMES. **World GDP ranking 2025**. Available at: <https://statisticstimes.com/economy/projected-world-gdp-ranking.php>. Accessed on: 24 jun. 2025.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, 2006. v. 26, n. 2, p. 163–185.

THIÉBAUT, R. **As Oportunidades e os Desafios para Empresas Brasileiras no Maior Mercado de E-Commerce do Mundo**. [S.l.]: China-Brazil Business Council (CBBC), 2021. Available at: <https://www.cebc.org.br/download/13898/>.

URDINEZ, F. **Brazil’s economic ties with China flourish despite political shifts**. United States Institute of Peace.

WAISBICH, L. T.; HAUG, S. **Partnerships for policy transfer: How Brazil and China engage in triangular cooperation with the United Nations**. [S.l.]: IDOS Discussion Paper, 2022. Available at: <https://www.econstor.eu/handle/10419/267724>. Accessed on: 18 nov. 2025.

WANG, H. Infrastructure revolution from Amazon to Pearl River. **Urban Development**, 2019. v. 14, n. 2, p. 34–45.

WANG, Y.; NING, Y.; BAI, S. Economic, employment, and carbon emissions trade-offs under China’s dual circulation strategy. **Environment, Development and Sustainability**, 2025. Accessed on: 12 nov. 2025.

WEI, D. Bilateral investment treaties: An empirical analysis of the practices of Brazil and China. **European Journal of Law and Economics**, 2012. v. 33, n. 3, p. 663–690.

WILSON CENTER (WC). **Brazilian companies in China: Opportunities and challenges**. China-Brazil Business Council Report.

WORLD PORTS ORGANIZATION (WPO). **New Santana-Port to Guangdong Maritime Route Cuts Brazil-China Transit by 14 Days**. Available at: <https://www.worldports.org/new-santana-port-to-guangdong-maritime-route-cuts-brazil-china-transit-by-14-days/>. Accessed on: 12 nov. 2025.

XIE, X.; LIU, X.; MCNAY, I. One country with two systems: The characteristics and development of higher education in the Guangdong–Hong Kong–Macao Greater Bay Area. **Humanities and Social Sciences Communications**, 2023. v. 10, n. 1. Accessed on: 14 jan. 2025.

ZHANG, X. Zhuhai Airport Expansion. **Aviation Management**, 2022. v. 18, n. 3, p. 67–78.

ZHOU, L.; LI, B.; LI, S.; LEI, N.; CHEONG, K. Background of the Guangdong–Macao In-Depth Cooperation Zone in Hengqin. **Urban and Regional Cooperation and Development. SpringerBriefs in Geography**. [S.l.]: Springer, 2022.

Authors’ Contributor Roles	
Francisco Jose Bernardino da Silva Leandro	Conceptualization; Methodology; Project Administration; Visualization; Formal Analysis; Funding Acquisition; Investigation; Supervision; Writing (Review & Editing);
Carlos Cid Álvares	Conceptualization; Methodology; Validation; Data Curation; Formal Analysis; Investigation; Writing (Original Draft Preparation);
Pedro Calé Theotônio	Methodology; Validation; Formal Analysis; Resources; Investigation; Writing (Original Draft Preparation);

Information provided by the authors according to the [Taxonomy of author contributions \(CRediT\)](#)

A Frente Parlamentar da Agropecuária na política externa brasileira (2019-2022)

The Parliamentary Agricultural Front in the Brazilian foreign policy (2019-2022)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.149081>

Clarissa Franzoi Dri

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

clarissa.dri@ufsc.br  

Pedro Soares Leal

Instituto de Estudos Políticos de Fontainebleau, Fontainebleau, França

pedrosleal14@gmail.com  

Resumo

Esse artigo analisa como a Frente Parlamentar da Agropecuária atuou na política externa brasileira entre 2019 e 2022. O objetivo da pesquisa é analisar situações paradigmáticas em que atores parlamentares tomaram iniciativas em política externa seguindo os interesses do agronegócio. O texto discute três casos que revelam novos instrumentos utilizados pelos parlamentares na política externa: o acordo Mercosul-UE, as relações Brasil-China e a guerra Rússia-Ucrânia. Metodologicamente, foi conduzido um levantamento do posicionamento oficial da FPA, por meio de publicações institucionais, redes sociais, imprensa e revista da bancada. Os discursos parlamentares, requerimentos e intervenções nas comissões de relações exteriores foram mapeados a partir da lista de signatários da FPA e da busca por palavras-chave em documentos públicos da Câmara, do Senado e do Itamaraty. Teoricamente, o estudo baseia-se na literatura sobre as relações Legislativo-Executivo. Verifica-se que, nos temas agropecuários, o Congresso não delegou nem abdicou, mas atuou de modo contínuo e consistente durante todo o período, buscando influenciar a postura externa do Brasil no sentido do pragmatismo e da defesa de interesses econômicos.

Palavras-chave: Frente Parlamentar da Agropecuária, política externa brasileira, agronegócio.

Abstract

This paper analyses how the Parliamentary Agricultural Front acted in Brazilian foreign policy between 2019 and 2022. The goal is to address key situations in which parliamentary actors promoted initiatives in foreign policy according to agribusiness interests. We discuss three cases that reveal new instruments employed by parliamentarians in foreign policy: the EU-Mercosur agreement, relations Brazil-China and the Russia-Ukraine war. The research was based on a survey of the official position of the FPA, through institutional publications, social media, press, and the group's magazine. Parliamentary speeches, requests, and interventions in external relations committees were mapped based on the list of FPA signatories and keyword searches in public documents from the Chamber of Deputies, the Senate, and the Ministry of Foreign Affairs. Theoretically, this study is based on Executive-Legislative relations literature. We argue that, in issues related to agribusiness, Congress has not delegated nor abdicated, but participated consistently and continuously throughout the whole mandate, seeking to influence Brazil's external positions into pragmatism and promotion of economic interests.

Keywords: Parliamentary Agricultural Front, Brazilian foreign policy, agribusiness.

Recebido: 31 Julho 2025
Aceito: 19 Dezembro 2025



Os autores agradecem a Daniel Castelan e Tiago Daher Borges pelos valiosos comentários e contribuições a essa pesquisa.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse

Introdução

Jair Bolsonaro chegou à presidência do Brasil em 2019 apoiado sobretudo por setores militares, evangélicos e ruralistas. As razões, os atores centrais, os objetivos e as reticências desses apoios ainda são objeto de estudo da ciência política, considerando a necessidade de compreensão dos mecanismos que tem possibilitado, contemporaneamente, a eleição de grupos políticos da extrema-direita pelo mundo. Esse estudo concentra-se na relação do agronegócio brasileiro, organizado no âmbito do parlamento, com a política externa conduzida pelo governo. Sendo o agronegócio um pilar importante na eleição de Bolsonaro, poder-se-ia esperar cooperação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) com as diretrizes da política externa de seu governo, na esteira da hipótese da delegação da condução da política externa do parlamento ao Executivo. Foi assim mesmo? Esse artigo busca entender como a FPA atuou na política externa brasileira entre 2019 e 2022. Por meio de quais canais, e com quais objetivos, os atores parlamentares do agronegócio colocaram seus interesses nas relações exteriores?

Nesse artigo, o agronegócio é concebido como um conceito intersetorial, integrando o setor primário e secundário com todas as operações envolvidas na produção, processamento e distribuição. É também compreendido enquanto um campo político-econômico estratégico. Desde os anos 1990, consolidou-se em coletivos políticos que influenciam políticas públicas e decisões legislativas, promovendo a complementaridade entre setores e mobilizando dados para justificar sua relevância econômica (Pompeia, 2020). O objetivo da presente pesquisa é, assim, analisar três casos em que atores parlamentares organizados buscaram ações em política externa segundo os interesses do agronegócio, entre 2019 e 2022.

A política externa sob o governo Bolsonaro foi caracterizada como americanismo ideológico, em contraposição aos americanismos pragmáticos tradicionais que historicamente influenciaram a política externa brasileira (Medeiros; Villas-boas; Andrade, 2019). Saraiva e Silva (2019) também destacam o viés ideológico das diretrizes da política externa, implementadas mesmo com efeitos práticos deletérios sobre interesses comerciais ou econômicos brasileiros. Outros autores destacam a instrumentalização dos debates internacionais sobre direitos humanos para fidelizar a parcela evangélica do eleitorado bolsonarista (Monte; Hernandez, 2021). Nessa linha, Lima e Albuquerque (2019) acrescentam que Bolsonaro difere de administrações anteriores, nas quais a diplomacia destacava-se pela moderação e conciliação, ao promover a política externa através da geração de caos como mobilizador das bases de apoio interno.

Poucos estudos exploram os atores ruralistas nesse período da política externa. Dentre eles, destaca-se a pesquisa de Fernanda Gonçalves e Eduardo Madureira (2023), que busca identificar os atores e interesses internacionais do setor, estudando a articulação deles em temas ambientais e nos embates do Brasil com a Palestina, União Europeia e China. A pesquisa utiliza a categoria de concertação política para explicar a atuação em rede das diferentes entidades do agronegócio e conclui por um efeito moderador do setor na política externa desse governo.

O presente artigo visa aprofundar o estudo em apenas um dos órgãos da concertação, a FPA, detalhando seus operadores e estratégias. Ou seja, o foco aqui é a organização do setor no âmbito do Congresso Nacional e a atuação internacional dos parlamentares ruralistas, visando averiguar se as ações externas da FPA correspondem aos papéis do Legislativo nas relações exteriores apontados pela literatura. A hipótese é a de que, nos temas agropecuários, o Congresso não delegou, não abdicou nem interveio pontualmente na política externa, mas atuou de modo contínuo e consistente durante todo o período, influenciando a postura externa do Brasil no sentido do pragmatismo e da defesa de interesses econômicos. Argumenta-se que a FPA levou o Legislativo a uma atuação entre latência estratégica e ativação simbólica nos temas agropecuários entre 2019 e 2022 (Santos, 2025a). Com base nesse modelo teórico, as seções subsequentes procuram analisar quais foram os meios e os recursos utilizados pelos parlamentares para tanto.

Metodologicamente, realizou-se, como ponto de partida, um levantamento do posicionamento oficial da FPA, considerando suas publicações em redes sociais, reportagens na imprensa, informações disponíveis em sua página eletrônica e, principalmente, o conteúdo da revista institucional da bancada. Essa etapa inicial teve como objetivo

identificar os temas de interesse do grupo no campo da política externa durante o período de 2019 a 2022. Em seguida, utilizou-se a lista de parlamentares signatários da FPA para mapear seus discursos em plenário, bem como requerimentos e intervenções nas comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado. O mapeamento partiu, inicialmente, das manifestações já apresentadas na revista oficial da FPA e, posteriormente, da busca por palavras-chave “acordo União Europeia e Mercosul”, “guerra russo-ucraniana” e “China” em documentos públicos da Câmara, do Senado, do Ministério das Relações Exteriores e sua Fundação Alexandre de Gusmão.

Após levantamento e análise desses discursos, foram realizadas pesquisas em artigos acadêmicos e reportagens jornalísticas relacionadas aos mesmos temas e atores-chave, com o objetivo de ampliar o contexto e aprofundar a interpretação dos achados para além das declarações públicas dos parlamentares. Assim, a pesquisa se fundamentou tanto nas referências mencionadas pelos próprios membros da bancada quanto no contexto mais amplo da política externa brasileira no período analisado. As buscas por artigos acadêmicos foram conduzidas nas bases SciELO e Google Scholar, utilizando as palavras-chave: “Frente Parlamentar da Agropecuária”, “Política Externa Brasileira”, “Agronegócio”, “Bolsonaro” e “Bancada Ruralista”. O objetivo foi identificar estudos já realizados sobre o tema e reunir bibliografia pertinente tanto à atuação da FPA quanto à política externa do governo Jair Bolsonaro. Em um segundo momento, foi realizada nova busca a partir das referências constantes dos documentos e estudos encontrados.

A metodologia adotada se baseia predominantemente em manifestações públicas, como discursos parlamentares e reportagens jornalísticas, não abrangendo declarações feitas em espaços não públicos ou em entrevistas. Buscou-se mitigar o risco de viés de seleção por meio de análises descritivo-quantitativas, realizadas a partir de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, posteriormente articuladas ao referencial teórico. Ademais, o posicionamento da FPA foi analisado à luz do contexto da política externa da época, com base em fatos e eventos e nos textos acadêmicos disponíveis, permitindo uma checagem da narrativa documental e parlamentar. Também importa esclarecer que a pesquisa não buscou mensurar a influência do parlamento em política externa. O presente artigo busca apenas discutir se há interesse desse grupo de parlamentares nos temas externos e como ele pode se manifestar, somando-se à literatura já existente nesse tópico. Esse interesse fica comprovado com os casos analisados. Foge ao escopo metodológico do texto medir a influência causal do Congresso em política externa.

O texto está organizado em três partes, além dessa introdução e da conclusão. A primeira seção revisa os estudos sobre a influência do parlamento brasileiro na política externa, a fim de situar a presente pesquisa na literatura já produzida sobre o tema e detalhar o modelo teórico escolhido. A segunda seção explora a história, a formação e o *modus operandi* da Frente Parlamentar da Agropecuária enquanto braço político-institucional representante do agronegócio brasileiro. Por fim, a última parte descreve o aumento da participação da FPA, durante o governo Bolsonaro, no âmbito das comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado, tanto em número de membros quanto em liderança e número de requerimentos apresentados. Essa parte também sistematiza as ações tomadas pelos membros da FPA, dentro ou fora do ambiente institucional do Congresso, para colocar seus interesses nos temas do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, das relações Brasil-China e do posicionamento brasileiro sobre a Guerra da Ucrânia.

Influência do Poder Legislativo na política externa brasileira: estado da arte

Os primeiros estudos sobre as relações Executivo-Legislativo no Brasil após o novo arranjo constitucional de 1988 buscavam entender, por um lado, as mudanças tendentes a fortalecer o Congresso na nova democracia e a manutenção das competências legislativas do Executivo herdadas do período ditatorial (Figueiredo; Limongi, 1995). Esse quadro levou à caracterização do arranjo institucional brasileiro como um sistema presidencialista de coalizão, centrado no Poder Executivo, que comanda o processo legislativo concentrando poderes de agenda e veto (Figueiredo; Limongi, 1998). “O

governo federal é capaz de aprovar leis [com respaldo da coalizão partidária] e não encontra no Congresso Nacional um obstáculo às suas pretensões” (Figueiredo; Limongi, 2007, p. 187).

No caso da política externa, as análises indicavam que os poderes constitucionais do Executivo nas relações exteriores, o insulamento burocrático do Itamaraty, a diplomacia presidencial em crescimento desde o governo Geisel (1974-79) e o foco dos parlamentares em assuntos domésticos com mais apelo eleitoral aprofundariam esse padrão, de modo que o Congresso teria uma capacidade ainda menor de levar adiante sua própria agenda em temas internacionais (Danese, 1999; Faria, 2008; Cason; Power, 2009).

Posteriormente, novos estudos com foco exclusivo nas ações do Legislativo em política externa concluíram que os parlamentares têm interesse nesse âmbito, mas normalmente, devido aos arranjos institucionais citados acima, abdicam temporariamente ou delegam essa condução ao Poder Executivo. No entanto, em situações de divergência ou conflito, o Congresso pode usar instrumentos de controle político para colocar suas posições, como já aconteceu em temas da política comercial internacional (Neves, 2003; Oliveira, 2004), o que demonstra que o poder Legislativo não se comporta como mero espectador da política externa, mesmo quando não participa diretamente do processo decisório (Neves, 2003). Maria Regina Soares de Lima e Fabiano Santos (2001), considerando a pluralidade de atores interessados na política comercial a partir do processo de globalização, destacam a importância de que a delegação, por parte do Congresso, não se transforme em abdicação decisória na pauta externa, sob pena de comprometimento da estrutura democrática estabelecida na Constituição de 1988. A abdicação pode resultar em uma condução de política externa distante do ponto ideal do legislador mediano, instabilidade das decisões devido ao jogo das pressões intraburocráticas e favorecimento de grupos específicos sem controle horizontal ou vertical (Lima; Santos, 2001, p. 132).

Essa abordagem é coerente com a abordagem da política externa como política pública (Milani; Pinheiro, 2013). O processo de abertura política dos anos 1980 possibilitou a reorganização da sociedade civil e ampliou as possibilidades de acompanhamento da agenda internacional, enquanto o liberalismo econômico da década de 1990 tornou incontornável o caráter distributivo da política externa (Lima, 2000). Ambos os fenômenos combinados multiplicaram os atores interessados nas negociações externas do Brasil, inclusive parlamentares, e as sujeitaram aos mais diversos tipos de pressão, como acontece com as demais políticas públicas.

No sentido do exercício do controle democrático pelo Congresso, as pesquisas subsequentes detalharam como são utilizados os instrumentos constitucionais e infraconstitucionais que estão à disposição dos parlamentares para intervir antes ou depois, na produção, execução e acompanhamento da política externa brasileira. Elas evidenciam a ação parlamentar cotidiana nesse tema por meio de sinalização de preferências ao Poder Executivo, envio de projetos de lei, realização de audiências públicas e, durante a tramitação dos tratados internacionais enviados para aprovação congressual, solicitação de informações ao Itamaraty, consultas à Comissão de Constituição e Justiça da casa, formulação de sugestões e reservas e voto estratégico, para além de ações emergenciais nos momentos de maior conflito com o Executivo (Diniz; Ribeiro, 2008; De Souza; Bahia, 2011; Anastasia; Mendonça; Almeida, 2012).

No entanto, embora a política externa gere interesse parlamentar e seja objeto do trabalho rotineiro do Congresso, as prerrogativas legais do Executivo, sobretudo em matéria de acordos internacionais, limitam a capacidade efetiva de influência dos parlamentares (Diniz; Ribeiro, 2010). Numericamente, são poucas ocasiões em que se verifica confronto entre ambos os poderes nesses temas, inclusive no seio das comissões, o que confirmaria a delegação da condução da política externa ao Executivo (Silva; Spohr, 2016). Na tipologia de McCubbins e Schwartz (1984), o congresso brasileiro atuaria, assim, por alarme de incêndio, agindo a partir de interesses temáticos específicos afetados pelas relações exteriores, e não por patrulha policial, que pressupõe fiscalização centralizada e constante da política externa.

Mais recentemente, Vinícius Santos sugere uma reinterpretação dessas ações emergenciais considerando sua constância no tempo (2025a). Se a participação do Legislativo em política externa “tende a emergir de modo seletivo diante

de eventos críticos, como crises internacionais, escândalos diplomáticos, pressões eleitorais ou mudanças de governo”, ela pode ser vista não como anomalia ou desvio episódico, mas como “expressão de uma lógica estratégica de atuação” (Santos, 2025b, p. 10). Nesse sentido, o autor propõe um modelo teórico composto por três dimensões interdependentes: latência estratégica, ativação simbólica e controle procedimental (Santos, 2025a).

A latência estratégica refere-se à capacidade do Parlamento de sustentar vigilância, prontidão e sensibilidade institucional mesmo em períodos de baixa visibilidade pública. Essa condição se apoia em prerrogativas constitucionais, dispositivos regimentais e repertórios discursivos que preservam o potencial de escrutínio e possibilitam ações futuras, ainda que invisíveis no presente. A ativação simbólica, por sua vez, descreve o momento em que essa vigilância latente transborda para o espaço público, elevando a saliência de determinados temas mediante iniciativas como sabatinas, requerimentos, audiências ou declarações parlamentares. Ainda que não resultem em mudanças materiais diretas, esses gestos reorganizam o campo de expectativas, impõem custos reputacionais ao Executivo e sinalizam a disposição do Legislativo em intervir. Por fim, o controle procedimental compreende os mecanismos (formais ou informais) que impõem fricções ao processo decisório, como manobras regimentais, obstruções, vetos orçamentários ou convocações que, mesmo sem reverter decisões, limitam a autonomia executiva e criam espaços de negociação ou contestação (Santos, 2025b).

Nessa direção, o presente estudo busca verificar se a atuação da bancada ruralista durante o governo Bolsonaro pode se enquadrar nessa tipologia. A partir do modelo proposto por Santos (2025a), esse artigo propõe-se a investigar a combinação de latência estratégica e ativação simbólica nas ações da FPA entre 2019 e 2022. Espera-se que os resultados possam indicar se a atuação de uma frente parlamentar pode trazer novos elementos para o debate sobre delegação ou abdicação da política externa pelo Congresso. Essa atuação corresponde às competências constitucionais do parlamento ou à sua função de controle da política externa? O ativismo institucional derivado das frentes (Pereira, 2020) seria capaz de contribuir para novas interpretações sobre a atuação do congresso brasileiro em política externa?

Tradicionalmente, os partidos políticos e as comissões parlamentares são os órgãos de organização do trabalho legislativo no Brasil. Os deputados são agrupados por representações partidárias, que podem indicar líderes e membros das comissões (art. 9º do Regimento Interno da Câmara). Essas são responsáveis por apreciar assuntos e projetos submetidos ao seu exame e acompanhar planos e programas governamentais (art. 22 do Regimento da Câmara). No entanto, a partir de 2005, a mesa diretora passou a registrar também as frentes parlamentares, entendidas como associações de parlamentares de diferentes partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. A próxima seção aborda as origens e os objetivos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para posterior análise de sua atuação em política externa.

O latifúndio enquanto ideologia no parlamento brasileiro

A FPA pode ser compreendida como um grupo de interesse suprapartidário de representação do agronegócio com ampla capacidade de articulação política a partir de estratégias discursivas, apoio econômico relevante, grande influência decisória e enraizamento no sistema político brasileiro. Em seu formato atual, foi registrada em 2005, seguindo as condições de formalização do Congresso Nacional que determinam a assinatura de pelo menos 1/3 do total dos membros. A atuação da bancada ruralista, entretanto, remete à década de 1980 com a União Democrática Ruralista e a Frente Ampla Ruralista. Esse grupo de parlamentares teve papel significativo na Assembleia Nacional Constituinte, mobilizando-se na busca de uma legislação que assegurasse, principalmente, os direitos de propriedade (FPA, 2024). Sua formação deveu-se à necessidade de legitimação social, em contraposição ao crescimento de movimentos populares do campo que ganhavam espaço na discussão sobre a reforma agrária (Bruno, 1996). Até 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995, foi fundada oficialmente com ata assinada por deputados e senadores

Muitas das suas características iniciais de atuação mantiveram-se ao longo das décadas. Por exemplo, o caráter ideológico da representação, de viés conservador, “marcado pela violência, pela intolerância, pela negação dos direitos e

pela defesa da propriedade da terra como direito absoluto” (Bruno, 2017, p. 159). Isso se traduz no uso de uma lógica discursiva de construção da identidade enquanto oposição aos seus adversários, os quais são desqualificados e caracterizados pejorativamente, ou seja, define-se “nós, a elite, eles os desqualificados; nós, os defensores da livre-iniciativa, eles, a ‘esquerdinha de boutique’ que tem pretensões de estatizar o campo” (Bruno, 1996, p. 77). Ademais, o grupo agrícola frequentemente faz oposição às políticas de caráter progressista em questões ligadas à população negra, indígenas e minorias. Na Constituinte de 1988, a maioria dos parlamentares ruralistas votou contra ou se absteve nas votações relativas aos direitos e garantias dos trabalhadores e servidores e foi contra a participação popular no processo legislativo, enquanto alguns se posicionaram a favor das Forças Armadas, a favor da pena de morte e até contra o ensino público (Bruno, 2017).

Esse comportamento é coerente com a posição histórica dos detentores dos meios de produção agrícola no Brasil. O processo de concentração de terras e, conseqüentemente, de renda, foi apontado por Celso Furtado (1997) como fator determinante para o subdesenvolvimento brasileiro. A estrutura econômica desigual tem início na colonização, com a instituição da empresa agromercantil de estrutura produtiva capitalista voltada à exportação e concentração de renda e terras (Prado Jr., 1970). Esse sistema econômico seguiu após a independência, o que possibilita a reprodução, durante seus ciclos econômicos, do poder dos proprietários de latifúndios, que influenciam ininterruptamente, em maior ou menor grau, a condução do Estado brasileiro, impedindo o avanço de políticas de reforma agrária e defendendo seus interesses econômicos. Desse modo, a FPA é compreendida neste artigo enquanto ator institucional materializado da perpetuação desta configuração de poder histórica e como representante contemporânea dos interesses da empresa agroexportadora.

A FPA não se caracteriza como grupo de interesse, de pressão ou de lobby constantemente, mas alterna entre esses três estágios conforme suas ações. Há, porém, uma predominância da sua atuação enquanto um grupo de interesse, que “é mais amplo que o de grupo de pressão ou de lobby. Ou seja, os grupos de interesse, ao desencadear uma ação, se transformam em grupos de pressão. E o lobby é a operacionalidade da ação” (Vigna, 2001, p. 14). Sua existência remete à deficiência de agregação de interesses do sistema partidário brasileiro, incapaz de gerar políticas públicas associadas, restando-lhes a função de disputa eleitoral e gestão do Estado, enquanto bancadas suprapartidárias conglomeram os interesses de grupos definidos (Vigna, 2001). A agregação de interesses se faz possível devido à estratégia eleitoral multipartidária e centrada nos candidatos dentro do sistema partidário fragmentado e indisciplinado do Brasil, o que permite à bancada ruralista tornar-se incontornável nas negociações no Congresso (Milmanda, 2022).

Essa estratégia é materializada a partir do financiamento de candidatos por empresas do agronegócio, disperso em diversos partidos e centrado em membros da FPA. Esse apoio estende-se também durante a atuação parlamentar através do think tank Instituto Pensar Agro (IPA), que organiza reuniões, redige projetos de lei de interesse do setor, elabora estratégias de aprovação desses projetos, divulga o trabalho legislativo dos candidatos em favor da agricultura e filtra as demandas do setor para auxílio do exercício legislativo. O Observatório de Olho nos Ruralistas (Castilho, 2022) levantou que o IPA é financiado por 48 entidades de classe do setor agropecuário, que somam 1078 empresas e cerca de 69 mil associações individuais, o que permite à instituição acesso privilegiado ao legislativo, como ponte do setor privado para concretização dos seus interesses no Estado.

A concentração fundiária é apontada por Barcelos e Berriel (2009) como meio para o exercício de poder e controle do Estado a partir de sua instrumentalização aos interesses do capital para produção do espaço agrário brasileiro. Desse modo, a FPA serve à legitimação institucional da ideologia patronal pela produção de um regime de representação do agro brasileiro e formação de um bloco de poder institucional, que se confunde com o próprio Estado em um binômio Estado/Bancada. Os autores observam também o que chamam de ampliação escalar do poder patronal por meio da atuação de parlamentares ruralistas, o que consiste na canalização de interesses setoriais diversos nos níveis locais e regionais para o nível federal, resultando em sistemas de comando nucleados em torno do grupo ruralista. Essa estratégia permite à FPA

uma articulação nos níveis locais a partir de uma rede de simpatizantes de diversas territorialidades, permitindo -a um maior enraizamento e controle da política brasileira.

Por outra parte, Caio Pompeia (2020) utiliza o conceito de “concertação política do agronegócio” para definir a atuação da FPA, tendo em vista a racionalização em busca do consenso entre agentes privados, de um lado, e estatais, de outro, incluindo o Instituto Pensar Agro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Nas eleições de 2018, a FPA ofereceu apoio ao então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro. Após sua vitória, a FPA beneficiou-se com a indicação de membros para cargos estratégicos nos Ministérios, com Tereza Cristina assumindo a pasta da Agricultura, Onyx Lorenzoni na Casa Civil e o ex-presidente da bancada, Marcos Montes, na Secretaria Executiva do MAPA (DIAP, 2018), além de simpatizantes de suas pautas, como Ernesto Araújo e Ricardo Salles, que se torna Ministro do Meio Ambiente (Siebeneichler, 2021). Durante os quatro anos de governo, o agronegócio apresentou crescimento consistente, aumentando em média 7,89% ao ano (CEPEA, 2024). Esse resultado acompanhou o bom desempenho em suas exportações, que em 2022 cresceram 32% em relação a 2021, com aumento de 8,1% do volume embarcado.

A FPA esteve, portanto, “no centro do novo governo” (DIAP, 2018, p. 99), o que foi sintetizado pela declaração de Bolsonaro, ao afirmar sua lealdade à bancada pela indicação de Salles para o MMA: “Esse governo é de vocês” (Duarte, 2019). Mas de que modo esse capital político estendeu-se às relações exteriores? A próxima sessão visa explorar como aconteceu a atuação da FPA na chamada “Diplomacia do Agronegócio”, por meio da análise de seu comportamento nas comissões parlamentares e em três eventos internacionais que se tornaram fundamentais para os ruralistas.

Ações do setor ruralista na política externa do governo Bolsonaro

Para compreender o interesse da FPA na política externa, essa seção analisa seu engajamento nas comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado (3.1) e as iniciativas conduzidas, sobretudo no âmbito dessas comissões, no acordo Mercosul-UE, na crise das relações Brasil-China e na guerra russo-ucraniana (3.2). Dentre essas iniciativas, destacam-se a realização de audiências públicas, reuniões com embaixadores estrangeiros, abertura de um escritório ruralista em Bruxelas, declarações públicas contra o Itamaraty, rejeição à indicação de embaixadores brasileiros apresentados pelo MRE e a própria queda do ministro das relações exteriores.

Espaço institucional: o agronegócio nas comissões de relações exteriores do Congresso Nacional (2019-2022)

Ribeiro (2016), ao explorar a influência do agronegócio na política externa brasileira durante o governo Lula entre 2003 e 2010, conduziu um levantamento de participação e atuação dos membros da FPA na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O estudo verificou o aumento da presença da FPA na comissão, apesar de muito pequeno, e seu baixo interesse de integrar os assuntos internacionais por esta via, preferindo a ação por meio de grupos de pressão. De fato, a FPA teve menos de 10 membros na CREDN durante os governos Lula 1 e 2, de um total de quase 60 membros na Comissão (Ribeiro, 2016, p. 14). Ciceri (2019) dá continuidade ao levantamento, demonstrando a tendência de crescimento da participação da FPA nessa comissão nos governos Dilma e Temer. A presente pesquisa atualiza esses dados para o governo Bolsonaro, considerando ambas as casas do Congresso (tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Participação da FPA na Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2011-2022)

	Membros da FPA na comissão	Total de membros da comissão	Percentual de membros da FPA na comissão	Percentual de membros da FPA na casa legislativa
2011	23	62	37%	37%
2015	14	65	22%	44%
2017	22	64	34%	44%
2019-2020	39	76	51%	49%
2021	37	74	50%	49%
2022	35	70	50%	49%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2024).

Tabela 2 – Participação da FPA na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2012-2022)

	Membros da FPA na comissão	Total de membros da comissão	Percentual de membros da FPA na comissão	Percentual de membros da FPA na casa legislativa
2012	4	37	11%	14%
2015	14	38	37%	33%
2017	11	31	35%	33%
2019-2020	15	36	42%	48%
2021	14	37	38%	48%
2022	10	34	29%	48%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2024).

Observa-se uma representação significativa da FPA em ambas as comissões, e um aumento relativo dessa representação no primeiro ano do governo Bolsonaro comparativamente aos governos anteriores. A CREDN apresenta a constância de ter a metade de sua composição por membros da FPA durante toda a 56a Legislatura. A CRE, por outro lado, demonstra uma variação de 30% a 40% de ocupação por membros da FPA durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

Além disso, é relevante salientar a ocupação contínua dos cargos de presidência da CRE no Senado por membros da FPA entre 2019 e 2022, com a única exceção de aproximadamente dois meses, período em que a senadora suplente Margareth Buzetti (PP-MT) assumiu interinamente (Borges, 2022). Na CREDN, observa-se uma situação semelhante, com exceção da presidência de Pedro Vilela (PSDB-AL) em 2022. Nos governos Lula, Dilma e Temer, nenhum membro da FPA havia assumido a presidência da comissão. Percebe-se, assim, que nos últimos anos a FPA esteve presente tanto no espaço parlamentar de debate na política externa brasileira, como no decisório, quando ocupou a presidência das comissões, o que facilita a definição da agenda segundo seus interesses. Por outro lado, o número de requerimentos apresentados pela FPA em cada comissão demonstra seu alto grau participativo nos trabalhos, propondo audiências públicas e discussões temáticas¹ (tabelas 3 e 4), o que modifica os dados de Ribeiro (2016).

Tabela 3 – Requerimentos da FPA na Comissão de Relações Exteriores e

¹ Por exemplo: REQ 19/20219 CREDN de autoria do deputado Hildo Rocha requer realização de audiência pública para debate sobre o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia sob justificativa de interesse do setor agropecuário. Aceito em 03 de abril de 2019 e audiência realizada em 30 de abril de 2019. REQ 21/2021 CRE de autoria da senadora Kátia Abreu para participação no seminário "Agronegócio Sustentável no Brasil" em Lisboa, Portugal, aprovado. REQ 485/2021 CRE de autoria da senadora Soraya Thronicke para desempenho de missão exterior para participação no seminário, também deferido. REQ 08/2022 CRE de autoria da senadora Kátia Abreu para realização de audiência pública em conjunto com a CMA e CRA para debate sobre a importação de fertilizantes. Requerimento foi aprovado e audiência pública realizada em 27 de abril de 2022.

Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2019-2022)

	Requerimentos de membros da FPA	Total de requerimentos na comissão	Percentual de requerimentos de membros da FPA
2019	66	148	45%
2020	3	5	60%
2021	40	85	47%
2022	9	39	23%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2024).

Tabela 4 – Requerimentos da FPA na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2019-2022)

	Requerimentos de membros da FPA	Total de requerimentos na comissão	Percentual de requerimentos de membros da FPA
2019	54	82	66%
2020	11	27	41%
2021	21	25	84%
2022	10	19	53%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2024).

Apesar da reduzida atividade parlamentar em 2020, devido ao impacto da pandemia da COVID-19, os requerimentos apresentados pelos membros da FPA ao longo dos quatro anos analisados representaram, em média, metade de todos os requerimentos apresentados. No Senado, destaca-se um pico de 84% na taxa de requerimentos durante o ano de presidência de Kátia Abreu, quando foram promovidos debates e audiências públicas sobre o agronegócio. No âmbito da Câmara, excluindo o ano de 2020, as presidências da bancada resultaram em uma participação em torno de 45%. É notável, porém, a baixa participação da FPA, em comparação com anos anteriores, durante a presidência de Pedro Vilela, que alcançou 23%, representando 9 dos 39 requerimentos no total. Este dado destaca a diferença entre a FPA integrar e presidir as comissões, nesse último caso consolidando sua presença em espaços de poder capazes de abrir caminho para suas pautas de interesse.

Os dados das comissões demonstram, portanto, um comportamento mais ativo da FPA no governo Bolsonaro do que em anos anteriores. Essa participação maciça permitiu à FPA, em muitos casos, alcançar maioria em votações e definir as agendas de debate, evidenciando seu interesse na direção e controle das temáticas discutidas. Esse perfil corresponde à latência estratégica conforme proposta por Santos (2005a), no sentido da vigilância dos parlamentares da FPA com relação ao direcionamento da política externa. A FPA utilizou-se de dispositivos regimentais para incidir na composição e na presidência das comissões de relações exteriores e na apresentação de requerimentos para iniciativas internacionais. A seguir, serão analisados três temas em que as ferramentas disponíveis nas comissões foram complementadas com outras formas de busca por influência na condução da política externa: o acordo Mercosul-UE, as relações Brasil-China e o posicionamento brasileiro em relação ao conflito Rússia-Ucrânia.

Instrumentos políticos: pressão dos parlamentares ruralistas na política externa

Além do aumento do número de parlamentares e requerimentos da FPA nas comissões de relações exteriores no Congresso, a FPA empregou estratégias informais visando colocar suas posições na política externa. Essa seção analisa manifestações públicas e documentos da FPA em três temas: o acordo Mercosul-UE, as relações Brasil-China e o posicionamento brasileiro em relação ao conflito Rússia-Ucrânia, nessa ordem. A fim de reconstituir as opiniões dos parlamentares, foram realizadas buscas na grande imprensa online, nos relatórios e atas das comissões de relações exteriores da Câmara e Senado e nos relatórios da FPA. A pesquisa empregou termos ligados aos temas propostos, como “acordo União Europeia e Mercosul”, “China” e “guerra Rússia e Ucrânia”, e nomes dos atores-chave ligados à política

externa do governo Bolsonaro, a exemplo do ministro Ernesto Araújo, e à FPA, como a senadora Kátia Abreu e o deputado Alceu Moreira.

No momento da assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, em 2019, as queimadas na Amazônia e o discurso antiambientalista do presidente brasileiro ganharam notoriedade internacional (BRAZIL, 2020). Scantimburgo (2018) chama atenção para o “Efeito Bolsonaro” no aumento do desmatamento, devido à expectativa, ainda no período eleitoral, de flexibilização das políticas de preservação ambiental e do desmonte das agências de controle e fiscalização. ONGs, como Greenpeace, criticaram o acordo por ser muito brando e pouco incisivo nos temas ambientais com a América Latina, enquanto chefes de estado, como o presidente francês Emmanuel Macron e a chanceler alemã Angela Merkel, demonstraram preocupação com o avanço do acordo devido ao desmatamento na Amazônia (Keating, 2019; Merkel, 2020; Malamud, 2022). Dentro deste contexto, a ratificação do acordo foi frustrada devido à adoção, pela União Europeia, de uma nova cláusula para acordos comerciais, ligada à preservação do meio ambiente e aos direitos trabalhistas.

Frente a esses desafios, já havia ocorrido uma mobilização, tanto do setor privado quanto de parlamentares interessados na conclusão do acordo, para melhorar a imagem do país na pauta ambiental. Nestes esforços, a participação da senadora ruralista Kátia Abreu foi central, tendo em vista seu empenho de longa data em relação ao acordo, que resultou na inauguração do escritório da CNA junto à União Europeia em Bruxelas em junho de 2013, a fim de reforçar os interesses comerciais do setor na região e participar ativamente das negociações do acordo². Nesta oportunidade, afirmou que

a conclusão de um acordo de livre comércio com a União Europeia, imprescindível para o agronegócio brasileiro, proporcionará um mecanismo bilateral de facilitação de comércio e cooperação, que vai criar diálogos ainda mais próximos entre o Brasil e a Europa (Kátia..., 2013, s.p.).

Em 2021, a mesma senadora apresentou o PL 2159/2021 do Licenciamento Ambiental, e nesse mesmo ano presidiu a CRE. Em sua posse, afirmou que

o grande foco nosso é retornar às negociações da União Europeia-Mercosul, é tentar fazer esse grande bloco, que vai significar um dos maiores blocos do mundo juntando todos os países da Europa e 4 do Mercosul, [...] teve uma interrupção por conta de problemas políticos, mas nós vamos retomar. E eu convoco todos meus colegas do Senado Federal, o Parlamento Europeu é muito importante, ele pode vetar tudo ou abrir tudo. Nós pretendemos ir até a União Europeia falar como parlamento para que as negociações possam ser retomadas (Brasil, 2021a, s.p.).

Na presidência da CRE, a senadora apresentou requerimento para realização de um ciclo de audiências públicas sobre o tema “Acordo de Associação Mercosul–União Europeia: desafios, ratificação e implementação”. Em 2019, já haviam sido realizadas três audiências públicas, todas resultado de requerimentos de membros da FPA. Na audiência na CREDN em 30 de abril de 2019, os deputados ruralistas manifestaram preocupação quanto à efetivação do acordo frente às eleições argentinas e saída do Reino Unido da UE, e sobre os benefícios e dificuldades que o setor agropecuário teria com o acordo, enquanto o deputado Alexandre Padilha (PT-SP) se manifestou quanto aos riscos para indústria farmacêutica. Durante a sessão, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), presidente da mesa, ao se referir à abertura comercial, exclamou:

nós precisamos participar do mercado enorme que nós temos aí, que é o mercado europeu. Nós temos que abrir o nosso País para a importação e exportação de produtos e serviços da Europa, para que também haja maior oportunidade de melhorar a nossa produtividade” (Brasil, 2019, p. 11).

Posteriormente, o deputado perguntou sobre os setores do agro que ganharam com a assinatura do acordo e questiona quanto às dificuldades de alguns produtores:

²Embora a análise do artigo seja limitada temporalmente ao mandato presidencial de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, considerou-se relevante fazer menção ao escritório em Bruxelas de 2013, pois trata-se de um antecedente direto das atuações posteriores.

aqui está um representante do setor do agro que se preocupa muito com essa questão e até me trouxe a informação do custo da produção no Brasil, que ainda não chegou à produtividade que tem a Espanha e a China, a qual detém a maior produtividade nesse setor. E a preocupação dele é justamente aquilo que nós buscamos aqui: abrir o mercado. E é lógico que a abertura de mercado traz esses problemas em alguns segmentos (Brasil, 2019, p. 12).

Na audiência de 20 de agosto de 2019, após a assinatura do acordo comercial, os deputados também questionaram sobre as consequências do acordo, demonstrando apoio e receio quanto à sua real efetivação, além de tecer críticas ao Mercosul e à concorrência latino-americana, devido aos altos custos de produção no Brasil. Nesta oportunidade, o presidente da FPA, Alceu Moreira (MDB-RS), chamou atenção para a necessidade de proteção dos produtores nacionais, mas também destacou a entrada de tecnologia e investimentos para produção brasileira como consequência do acordo, manifestando-se favorável à sua concretização (FPA, 2021). Essa posição dúbia quanto ao acordo, de que ele seria benéfico para o agronegócio, porém traria preocupação para alguns produtores específicos, faz-se presente frequentemente nas manifestações dos ruralistas nas Comissões, em especial do ramo dos vinhos e lácteos.

Para Madureira (2023, p. 31), “a transmissão dos interesses objetivos de uma classe em si e a sua defesa por esta elite de classe não se daria automaticamente, existindo sempre algum grau de desajuste e conflito na representação”. Por este motivo, os ruralistas agem por meio de mediações de grupos de interesse distintos em uma concertação política, para atingir “uma posição de classe relativamente coesa, expressa pelas principais entidades de representação e figuras públicas ruralistas”, ou seja, por meio de articulações (Madureira, 2023, p. 83). Pompeia (2020) aprofunda o argumento pelo *modus operandi* dos ruralistas, por meio da utilização da categoria “agro” como unificador dos grupos distintos dentro da classe produtiva agrária e agroindustrial, o que permite uma posição de negociação e manifestação política privilegiada. Os ruralistas também priorizam temas amplos nas articulações, a fim de mobilizar os interesses divergentes frente a objetivos comuns, estabelecem hierarquias e resolvem conflitos nos bastidores, demonstrando união da FPA na esfera pública. O presidente e/ou representante do grupo expõe a posição oficial em concerto com os grupos de interesse específicos. Desse modo, as manifestações dos parlamentares nas comissões refletem a ampla gama de interesses específicos do agronegócio em relação ao acordo Mercosul-UE.

Outro tema de destaque na política externa do período foi o conflito entre a FPA e o Ministério das Relações Exteriores, diante do posicionamento negativo do ministro Ernesto Araújo para com a China, intensificado com o início da pandemia da Covid-19. A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. O país foi o destino de 27,9% das exportações brasileiras no ano de 2019, o que representou 63,6 bilhões de dólares. Os principais produtos comprados pelo país asiático são as commodities brasileiras, principalmente petróleo, ferro e soja. A última, por exemplo, tem 78,4% do seu total exportado direcionado para a China, o que equivale a 20,5 bilhões de dólares para o agronegócio brasileiro (OEC, 2024). A participação majoritária dos chineses no principal produto de exportação brasileiro, somada à importação de outros produtos e à capacidade de investimentos, torna as relações bilaterais Brasil/China um tema de importância ímpar não apenas para a economia brasileira, mas principalmente para os representantes do setor agro.

A atuação dos ruralistas na pressão do governo em relação à China apresenta dois momentos distintos (Madureira, 2023). O primeiro, mais vocal e público, em 2019, na oposição às declarações do chanceler, visando impedir que o Brasil entrasse em confronto comercial com os asiáticos, com atuação ativa da ministra Tereza Cristina no exterior e esforços como a viagem de Bolsonaro a Pequim. O segundo momento apontado pelo autor refere-se à pandemia, com menos declarações públicas devido à adesão formal do setor ao governo e aos bons resultados nas exportações, porém com articulações dentro do Congresso e da FPA com o objetivo de demissão do ministro Ernesto Araújo.

Desde a campanha presidencial, o então candidato Jair Bolsonaro já carregava uma pauta anti-China, respaldada por argumentos ideológicos de combate ao comunismo e defesa de pautas conservadoras alinhadas com a administração de Donald Trump nos Estados Unidos, que travava uma guerra comercial com o país asiático (Spring, 2018). Para Ferreira

et al. (2022), o apoio do setor agropecuário na campanha eleitoral de Bolsonaro foi impulsionado pelas pautas domésticas, como as propostas no âmbito da segurança e fundiária, não da sua posição nas questões de relações exteriores. Após a eleição, a nomeação de Ernesto Araújo para o cargo de ministro só acirrou as tensões com a China. Logo no início das atividades como chanceler, Ernesto Araújo teceu críticas ao principal parceiro comercial brasileiro e à política exterior de aproximação dos países a despeito de um alinhamento automático com os Estados Unidos praticado anteriormente (Araújo, 2019). O chanceler correlacionou a estagnação da economia brasileira com a parceria econômica chinesa. Ernesto Araújo afirmou que:

nós queremos vender, por exemplo, soja, minério de ferro, mas nós não vamos vender a nossa alma. Isso é um princípio muito claro, que nós temos muito presente. Muita gente quer que nós vendamos a nossa alma (e muita gente não acha que nós temos uma alma para vender) e querem reduzir nossa política externa a simplesmente uma questão comercial. Isso não vai acontecer” (Araújo, 2019, s.p.).

Esta fala do recém-empossado chanceler gerou preocupação no setor agropecuário e nos parlamentares da FPA, que se mobilizaram para realizar uma reunião emergencial com o ministro. Sobre o ocorrido, o presidente da Frente, Alceu Moreira (MDB-RS) declarou que:

precisamos conversar com o ministro Araújo, para sabermos se o que ele disse é força de expressão e, ao mesmo tempo, deixarmos claro que as relações internacionais são sensíveis. É preciso ter mais cuidado no tratamento desse tema. [...], as relações internacionais são fruto de uma luta de muito tempo, para conquistarmos mercados. Os prejuízos podem ser incalculáveis (Oliveira, 2019, s.p.).

O alinhamento do governo com Israel e a proposta de mudança da embaixada para Jerusalém foram outro ponto de preocupação dos ruralistas, com o potencial prejuízo que teriam nas exportações para países árabes (Madureira, 2023). A medida não foi efetivada após pressão da base ruralista. Diante desses conflitos, a ministra da agricultura e ex-presidenta da FPA, Tereza Cristina, passou a cumprir papel de “diplomacia paralela” a fim de manter o diálogo e preservar as relações comerciais brasileiras. A ministra realizou agenda de viagens à Ásia em maio de 2019, na qual ela foi acompanhada pelo vice-presidente Hamilton Mourão e por um grupo de empresários da agropecuária e deputados (Marchao, 2019).

As tensões entre Brasil e China, entretanto, alcançaram seu auge no início da pandemia do coronavírus, em março de 2020. Neste contexto, o enfrentamento com a China por parte do chanceler e da base ideológica do governo, inclusive o próprio presidente e seu filho deputado Eduardo Bolsonaro, intensificou-se devido à compreensão por esta ala do governo de que Pequim seria culpada pela disseminação da doença. Diante deste cenário, a Embaixada da China no Brasil (2020) publicou a “Carta Aberta à Sociedade Brasileira”, na qual declarou:

Recentemente, constatamos que surgem algumas declarações totalmente infundadas contra a China nas redes sociais, e alguns indivíduos e grupos ignoraram fatos científicos básicos, fabricaram e disseminaram boatos maléficos, incitaram xenofobia e racismo e até espalharam ódio. Suas narrativas absurdas e manejo sujo ultrapassaram os limites éticos humanos e causaram influências extremamente nocivas. Tal prática não apenas difamou a China, mas também feriu o ambiente amistoso entre os dois países, além de poder manchar a boa imagem do Brasil no coração do povo chinês. Repudiamos e opomo-nos veementemente a esses atos imorais e desprezíveis. Acreditamos que quaisquer tentativas de difamar a China e minar a fraternidade China-Brasil, seja quem for o seu autor, seja como for a sua forma, serão fracassadas.

Seguindo a declaração da China, a FPA (2020) emitiu uma nota oficial em defesa da relação Brasil/China e reiterando repúdio às declarações anti-China:

A Frente Parlamentar da Agropecuária, composta por quase 300 parlamentares do Congresso Nacional, deseja manter no mais alto nível as relações bilaterais entre Brasil e China, lembrando que declarações isoladas não representam o sentimento da nação ou de qualquer setor. A China é parceira de longos anos do Brasil com quem temos excelente relação comercial e de amizade. Fica aqui também o nosso mais

profundo desejo de união para combatermos o novo Coronavírus juntos, sem maiores prejuízos à vida humana e às relações internacionais globais.

O deputado Alceu Moreira (FPA, 2021) reforçou que:

não será tolerado nenhum prejuízo a esta relação bilateral e que estaremos prontos para fazer oposição a qualquer ameaça ao bom relacionamento entre o Brasil e a China, sobretudo numa perspectiva de reaquecimento econômico.

Em dezembro de 2020, o Senado rejeitou a indicação do diplomata Fabio Mendes Marzano para a delegação permanente em Genebra, considerado alinhado a Ernesto Araújo (Ernesto..., 2020). Sobre o episódio, Kátia Abreu (Brasil, 2020, s.p.) declarou:

ficou bastante claro para todo Brasil que o senado federal tem um papel muito importante na política externa brasileira. [...]. Nós queremos participar dos acordos bilaterais para que nosso comércio possa ser ampliado, para que o Brasil não participe apenas com 2% do comércio mundial, mas que a gente possa sonhar em chegar em 5%, a 7%, e que o agronegócio possa chegar a 12%. [...]. Agradeço a solidariedade. É nossa posição proteger o Brasil nas relações internacionais.

Neste contexto, a situação de Ernesto Araújo se tornou mais crítica após a afirmação do diretor do Itamaraty de que a má relação do governo com os chineses estava prejudicando a fabricação da vacina, pelo atraso na importação dos insumos vindos da China (Lima; Cardim, 2021). Diante disso, em março de 2021, o ministro foi convocado pelo Senado para prestar esclarecimentos. Na sessão, diversos parlamentares clamaram pela demissão de Ernesto Araújo, enquanto a base governista estava ausente na sessão em sua defesa, o que foi visto como abandono do chanceler. A senadora Kátia Abreu, que cumpria neste momento o posto de presidente do CRE, questionou o ministro sobre as condições diplomáticas do Itamaraty em realizar as negociações após os ataques do governo contra a China e destacou que o ministro representa uma dificuldade para trazer as vacinas do exterior (Brasil, 2021b). Em 29 de março, 5 dias depois da audiência, Ernesto Araújo pediu demissão.

Apesar das tensões frequentes entre as duas nações durante o comando do Itamaraty sob Ernesto Araújo, não houve escalada de tensões diplomáticas ao ponto da imposição de sanções ou reprimendas por parte do governo chinês. Logo, Ferreira et al. (2022) argumentam que o agronegócio, notadamente o setor produtor de soja, exerceu um papel de estabilizador das relações comerciais brasileiras, sendo um setor relevante para a moderação da relação sino-brasileira diante de tensões diplomáticas promovidas pelo governo e Itamaraty.

Também no caso da guerra russo-ucraniana, a FPA buscou influenciar a posição do Brasil. A implosão do conflito e a sucessão de sanções econômicas/comerciais impostas pelo ocidente, notadamente Estados Unidos e União Europeia, elevaram a preocupação sobre o fornecimento de fertilizantes para a produção agrícola brasileira. A Rússia é o maior produtor de fertilizantes do mundo, sendo responsável por 13,1% do total de exportações do produto, enquanto o Brasil é o maior importador, destino de 15,7% do total, sendo a Rússia a principal fornecedora, com 23,6% das compras brasileiras (OEC, 2024). Esse quadro demonstra a dependência brasileira do produto para sua produção agrícola, uma vez que o insumo é essencial, por exemplo, para as safras de soja e milho, o que torna o país vulnerável às consequências na cadeia de valor do produto.

A FPA mobilizou-se nas comissões do Senado para realização de quatro audiências públicas sobre o tema ao longo de 2022. Na primeira, realizada no dia 05 de abril, foi ouvido o embaixador russo no Brasil, Alexey Labetskiy, para esclarecer a crise internacional russo-ucraniana e as consequências do conflito. Nesta oportunidade o senador Zequinha Marinho (PL-PA), vice-presidente da FPA, realizou questionamentos sobre o fornecimento de fertilizantes para o mercado brasileiro (Brasil, 2022a). No dia seguinte, os senadores questionaram o chanceler Carlos França sobre o prejuízo na logística para importação de insumos, o trabalho do Itamaraty junto ao MAPA para buscar novos fornecedores, a negociação para evitar

sanções internacionais para importação de países como Irã e a diplomacia dos fertilizantes. O senador Zequinha Marinho (BRASIL, 2022b) novamente manifestou-se:

Me junto ao senador Chico Rodriguez com relação à preocupação na questão dos fertilizantes que são essenciais ao agro brasileiro. Aqui na casa, como vice- presidente da FPA, estamos trabalhando diuturnamente para que se evite o pior.

A senadora Kátia Abreu ressaltou a importância da autonomia nacional dos fertilizantes, ao declarar que “meio ambiente é muito importante, mas sem comida não se vive” (Brasil, 2022b). Também foi realizada audiência sobre a “ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil, por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília” no mesmo dia. Por fim, ao final do mês de abril, foi realizada sessão com finalidade de debater a redução da dependência de fertilizantes pelo Brasil com presença de representantes da EMBRAPA, APROSOJA, ABIQUIM, ANDA, SINPRIFERT e CNA (Brasil, 2022c).

Na Câmara, ocorreram duas audiências públicas sobre o tema em 2022: a primeira com a participação do ministro Carlos França em 18 de maio, e na segunda, dia 31 de maio, foi promovido um debate sobre os impactos do conflito Rússia e Ucrânia com acadêmicos, embaixadores e especialistas no tema. Na primeira ocasião, com uma presença mais marcante de deputados da oposição no debate sobre fertilizantes, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), comentou sobre a venda da unidade de fertilizantes da Petrobras para empresa russa em fevereiro, retirando-se desse setor, enquanto o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) (BRASIL, 2022d) questionou o ministro:

O senhor disse que nós estamos desenvolvendo uma diplomacia dos fertilizantes. Ora, esse conflito está levando ao empobrecimento do mundo, está levando a uma crise de alimentos no mundo inteiro, está levando a uma situação, inclusive, de ameaças de novos conflitos, com a possibilidade de adesão à OTAN da Suécia e da Noruega. Então, a minha pergunta é a seguinte: o Brasil não deveria realizar uma diplomacia mais ativa, buscando exatamente não a diplomacia dos fertilizantes, mas a diplomacia da paz? Não é possível o Brasil se reduzir à questão de fertilizantes, enquanto, sendo o principal país da América Latina, assiste passivamente a esse conflito sem interceder de forma ativa pela paz!

A CREDN também exerceu diplomacia parlamentar, com o encontro do presidente da comissão, deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), junto ao deputado ruralista Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), com o embaixador do Irã no Brasil, Houssein Garibi. No encontro foram debatidas as trocas comerciais de fertilizantes e produtos agrícolas entre os dois países sem a aplicação de sanções (CREDN, 2022). A FPA também buscou negociações para restabelecer o comércio de cloreto de potássio com embaixador de Belarus, Sergey Lukashevich (FPA, 2023), propôs projetos de lei para aceleração de produção de fertilizantes (FPA, 2023) e sugeriu a inclusão do transporte de insumos em corredores humanitários para o ministro Carlos França (FPA, 2023).

Paralelamente, ou em consequência das iniciativas do congresso, o MRE colaborou junto ao Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), que buscava a diminuição da dependência do produtor rural brasileiro às importações de fertilizantes e aumento da produção nacional (MAPA, 2022). Ademais, o MRE instaurou a “diplomacia dos fertilizantes” com o objetivo de “assegurar a manutenção das cadeias de suprimentos de fertilizantes abertas e acessíveis, em ambiente de negócios que preservem a continuidade dos fluxos de comércio não somente como meio de manter o abastecimento de fertilizantes, mas também como instrumento de caráter humanitário para garantir a segurança alimentar, sobretudo em países em desenvolvimento.” (MRE, 2023). A política possuía quatro eixos principais de ação: 1) Identificação de fornecedores alternativos; 2) Manutenção de trocas comerciais com Rússia e Belarus; 3) Evitação de aplicação de sanções ou barreiras comerciais para os fertilizantes com a Rússia, Belarus e Irã, identificado como mercado potencial; e 4) Construção de consensos nos foros multilaterais para manutenção das cadeias de valor da agricultura (MRE, 2023).

A análise do comportamento dos membros da FPA demonstra grande interesse nos temas de política externa que têm potencial de afetar o setor agrícola, e um paulatino aumento de espaço e peso dentro das negociações estudadas ao longo do governo Bolsonaro. Os parlamentares ruralistas foram capazes de utilizar os instrumentos institucionais e políticos do Congresso para centralizar as diretrizes de política externa e instruir o MRE na atuação internacional nesses três casos.

Essas iniciativas denotam o transbordamento da latência para o espaço público, no sentido de uma ativação simbólica do Congresso que sinaliza ao Executivo uma disposição maior de intervir (Santos, 2025a). As medidas ativas foram principalmente declarações parlamentares, audiências públicas, sabatina do ministro de Relações Exteriores, acordos com Ministério da Agricultura e contato direto com organismos internacionais ou representações diplomáticas, como a União Europeia, Irã e Belarus. Nesses últimos casos, os parlamentares quase substituíram o papel do MRE, levando potencialmente a uma reacomodação de papéis entre MRE e FPA.

Conclusão

O presente artigo analisou a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária na política externa do governo Bolsonaro. O trabalho iniciou revisando a literatura brasileira sobre as relações Legislativo-Executivo em política externa e apresentando o marco teórico. Em seguida, foram discutidas as origens e a formação da FPA no Congresso, demonstrando o apoio e a proximidade política da FPA com o presidente. A última seção indicou a presença relevante e liderança da FPA no parlamento, inclusive nas comissões de relações exteriores do Senado e da Câmara. Por fim, a análise da diplomacia do agronegócio nos casos escolhidos – acordo Mercosul-UE, relações Brasil-China e guerra russo-ucraniana – evidenciou os canais para presença da FPA na política externa.

Essa pesquisa confirmou o interesse do Legislativo nas negociações internacionais e o uso de instrumentos formais e informais de controle político nos casos de divergência sobre a condução da política externa. Para além dos mais tradicionais, audiências públicas e projetos de lei, esses casos revelaram a sinalização de preferências ao Executivo por meio de carta aberta à sociedade, contato com ministérios diversos do MRE, abertura de escritório da frente parlamentar no exterior, contato direto de parlamentares com embaixadores estrangeiros e rejeição de indicação de embaixadores brasileiros. A solicitação de informações ao Itamaraty aconteceu por meio de convocação do ministro para que prestasse esclarecimentos, com posterior queda de Ernesto Araújo. Assim, a política externa de Bolsonaro parece ter oferecido novas demandas, ou novas oportunidades de ação ao Congresso, que aprofundou e refinou suas estratégias de intervenção política na seara internacional, ao menos nos temas agrícolas.

Essas iniciativas configuram o que Santos (2005a) chama de *proactive calibration*: uma forma de *agency* internacional que combina ações visíveis com monitoramento nos bastidores, a partir de eventos internacionais e interesses domésticos.

Em arenas de alta discricionariedade e assimetria informacional, como a política externa, esse modelo permite capturar a atuação legislativa em sua densidade simbólica, procedimental e performativa, mesmo (ou sobretudo) quando ela não se manifesta sob formas tradicionais de participação decisória (Santos, 2005b).

Esse resultado questiona as interpretações segundo as quais o Legislativo abdica ou delega a condução da política externa ao Executivo. A hipótese de divergência entre o Congresso e o governo como fonte da ação parlamentar também não se confirma, considerando que a FPA consistia em uma base importante de apoio do Executivo. Ademais, importa observar que a FPA esteve mobilizada para os temas internacionais durante todo o governo, desde o primeiro ano, não apenas em momentos pontuais de conflito. Não se trata de um caso clássico de divergência em que a oposição se mobiliza contra alguma medida governamental específica. Houve acompanhamento (latência) ou enquadramento (ativação) da

política externa pela FPA durante todo o mandato. Os conflitos parecem ter acontecido entre os grupos da base governamental, sendo o MRE inicialmente mais alinhado com as pautas evangélicas, embora sem ser chefiado diretamente por líderes religiosos. Futuras pesquisas poderão averiguar se houve uma espécie de realocação da política externa agrícola do MRE à FPA, o que vai muito além da suspensão da delegação da política externa ao Executivo pelo parlamento. Uma nova agenda de pesquisa pode também englobar o estudo de outras frentes suprapartidárias, análise contrafactual de momentos sem a FPA na presidência das comissões e entrevistas qualitativas com atores-chave, indo além dos documentos oficiais e declarações públicas.

Ademais, não se pode negligenciar a posição da FPA dentro da concertação do agronegócio (Gonçalves; Madureira, 2023, p. 9), que inclui também a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Instituto Pensar Agro. Esse último é um think tank que oferece subsídios para a atuação da FPA, enquanto muitos dos próprios parlamentares são lideranças ruralistas vinculadas à Confederação. Nesse sentido, a FPA pode ser pensada como ator parlamentar, mas também em seu contexto social e econômico mais amplo. Assim, as estratégias internacionais do grupo estão fortemente apoiadas por recursos econômicos extra-Legislativo. Essa situação é comparável com outros grupos parlamentares, em termos de apoio e financiamento? Parlamentares vinculados aos temas de meio ambiente, educação ou direitos humanos, por exemplo, não parecem dispor dos mesmos recursos. Se alguns temas dispõem de mais instrumentos para latência e ativação do que outros, o controle que pode ser exercido pelo Legislativo sobre as pautas internacionais é realmente democrático? Ou trata-se de um retorno à condução oligárquica da política externa? É fato que o parlamento participa da política externa, mas qual parte do parlamento consegue participar, representando quais interesses e com qual financiamento? Futuras pesquisas podem esclarecer esses pontos, enriquecendo o debate sobre as condições de influência efetiva do Congresso em política externa no sul global.

Referências

ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Christopher; ALMEIDA, Helga. Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 2, p. 617–657, 2012.

ARAÚJO, Ernesto. Aula magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, no Instituto Rio Branco, em Brasília. **FUNAG**, Brasília, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/aula-magna-do-ministro-ernesto-araujo-no-instituto-rio-branco>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ARAÚJO, Ernesto. Discurso de posse. **FUNAG**, Brasília, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BARCELOS, Eduardo; BERRIEL, Maycon. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA**, 19., São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Unicamp, 2009. p. 1-32. Disponível em: <https://silo.tips/download/praticas-institucionais-e-grupos-de-interesse-a-geograficidade-da-bancada-rurali>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL, Senado Federal. Audiência Pública Interativa com o Embaixador da Federação Russa. **TV Senado**. 05 abril 2022a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=10572&codcol=54>. Acesso em: 21 abr. 2024. BRASIL, Senado Federal. Audiência Pública Interativa com o Ministro das Relações Exteriores, **TV Senado**, Brasília, 05 abril 2022b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/10641>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. **3a Sessão Legislativa Ordinária 56a Legislatura**, Brasília, 24 mar. 2021b. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/24483#Quarto_19. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. 6a Reunião, Extraordinária - CRE. **TV Senado**, Brasília, 27 abril 2022c. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/10677>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. Sabatinas de indicados para chefes de missão diplomática - 14/12/2020, **TV Senado**, Brasília, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqEeOH9ZX4w>. Acesso em: 18 abr. 2024

BRASIL, Senado Federal. Eleita presidente da CRE, Kátia Abreu diz que foco será acordo Mercosul-União Europeia. **Senado Notícias**, Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/02/eleita-presidente-da-cre-katia-abreu-diz-que-foco-sera-acordo-mercossul-uniao-europeia>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **1a Sessão Legislativa Ordinária Da 56a Legislatura**, Brasília, 20 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Reuni%C3%A3o%20Ordin%C3%A1ria&dtReuniao=20/03/2019&hrInicio=01/01/1900%2010:50:15&hrFim=01/01/1900%2015:17%20CD&nuSessao=54424&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:50&sgFaseSessao=&Data=20/03/2019&txApelido=&txFaseSessao=> Acesso em: 02 fev. 2025

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Reunião de Comparecimento de Ministro(a)**, Brasília, 18 maio 2022d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Ministro&dtReuniao=18/05/2022&hrInicio=01/01/1900%2009:50:52&hrFim=01/01/1900%2014:10:50&origemDiscu>. Acesso em: 02 fev. 2022

BRAZIL's Amazon rainforest suffers worst fires in a decade. **The Guardian**, Brasília, 01 out. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/oct/01/brazil-amazon-rainforest-worst-fires-in-decade>. Acesso em: 03 abr. 2024

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 155-165.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2, 2009.

CASTILHO, Alceu Luís. **Os Financiadores da Boiada: como as Multinacionais sustentam a Bancada Ruralista e Patrocinam o Desmonte Socioambiental**. De Olho nos Ruralistas, 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Esalq/USP, 2024. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CICERI, Larissa Ananda. **O Processo de Especialização da Economia Brasileira no Setor Agropecuário e a Bancada Ruralista como Ator de Política Externa (2006-2019)**. 2019. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

DE SOUZA, M.; BAHIA, B. R. Discussão e aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL. **Carta Internacional**, v. 6, n.1, p. 67–82, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2019-2023**. Brasília: DIAP. 2018 Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-donovo-congresso>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Claudio. Acordos internacionais e controle parlamentar no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 75-92, 2010.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Claudio. The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy: an Empirical Contribution to the Debate. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, n. 2, p. 10-38, 2008.

DUARTE, Isadora. Bolsonaro à bancada ruralista: 'Esse governo é de vocês'. **Estadão**. 04 jul. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces/?srsltid=AfmBOopCxKLZPLDdnYJ1ORvjhWlgqH-vZms3tsyJnMEGfv6_e5I7PVhb. Acesso em: 24 fev. 2024.

EMBAIXADA da China no Brasil. **Carta Aberta à Sociedade Brasileira da Embaixada da China**. 3 mar. 2020. Disponível em: http://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202003/t20200331_5061455.htm. Acesso em: 18 abr. 2024

ERNESTO Araújo sofre dura derrota no Senado. **Carta Capital**, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/ernesto-araujo-sofre-dura-derrota-no-senado/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.

FERREIRA, Mariana Davi et al. A Cadeia Produtiva da Soja e a Política Externa Brasileira para a China. **Revista Conjuntura Global**, v. 11, n. 2, p. 96-118, 2022.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 175-200, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira. In: RANULFO, C. (org.). **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 147-198.

FPA. NOTA OFICIAL: Relação Brasil e China. **Agência FPA**. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2020/03/19/nota-oficial-relacao-brasil-e-china/>. Acesso em: 18 abr. 2024

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **História da FPA**. 2024. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 02 jul. 2024

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **REVISTA FPA 2019- 2020**. 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/revista-fpa-2020-a-forca-do-brasil-como-potencia-agro/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **REVISTA FPA 2021- 2022**. 2023. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/revista-2021-2022/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1997.

GONÇALVES, Fernanda; MADUREIRA, Eduardo. Política Externa e Agronegócio no Brasil: atores, interesses e influência no Governo Bolsonaro. **Carta Internacional**, v. 18, n. 3, e. 1372, Belo Horizonte, p. 1-23, 2023.

KÁTIA Abreu fez abertura de Escritório da CNA junto à União Europeia. **T1 Notícias**, Tocantins. 2013. Disponível em: <https://t1noticias.com.br/politica/katia-abreu-fez-abertura-de-escritorio-da-cna-junto-a-uniao-europeia/49809/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

KEATING, Dave. Macron's Mercosur Veto: Are Amazon Fires Being Used As A Smokescreen for Protectionism?. **Forbes**, Bruxelas, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davekeating/2019/08/23/macrons-mercursos-veto-are-amazon-fires-being-used-as-a-smokescreen-for-protectionism/>. Acesso em: 03 abr. 2024

LIMA, Bruna; CADIM, Maria Eduarda. Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro. **Correio Braziliense**, Brasília, 06 maio 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 18 abr. 2024

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim Opa**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 15-21, 2019.

LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano. O congresso e a política de comércio exterior. **Lua Nova**, n. 52, p. 121-149, 2001.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. As Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 44, p. 81-106, 1998.

MADUREIRA, Eduardo. **A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro**. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MALAMUD, Andrés. **Assessing the political dialogue and cooperation pillar of the EU-Mercosur Association Agreement: towards a bi-regional strategic partnership?** Bruxelas: European Parliament Coordinator: Policy Department for External Relations, Directorate General for External Policies of the Union, 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA\(2022\)653652](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA(2022)653652). Acesso em: 03 abr. 2024.

MARCHAO, Talita. Tereza Cristina faz "diplomacia paralela" para evitar crises com parceiros. **UOL**, 19 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/05/17/tereza-cristina-diplomacia-china-paises-arabes.htm>. Acesso em: 18 abr. 2024

MCCUBBINS, Mathew; SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. **American Journal of Political Science**, v. 28, n. 1, p. 65-179, 1984.

MEDEIROS, Klei; VILAS-BOAS, Vinícius; ANDRADE, Enrico. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Março/2019, **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/79475-2/>. Acesso em: 25 mai. 2024.
MERKEL: Amazon deforestation threatens EU-Mercosur deal. **DW**, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/merkel-amazon-deforestation-threatens-eu-mercosurdeal/a-54651194>. Acesso em: 03 abr. 2024

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Revista Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.
MILMANDA, Belén. Harvesting Influence: agrarian elites and democracy in Brazil. **Politics & Society**, v. 51, n. 1, p. 1-27, 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Resenha de Política Exterior do Brasil. n.o 127**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/resenhas-de-politica-externa-do-brasil/resenhan127segundosemestre2020.pdf> Acesso em: 02 fev. 2025.

MONTE, Déborah; HERNANDEZ, Matheus. Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency. **Revista Videre**, v. 13, n.28, p. 89-123, 2021.

NEVES, João Augusto. O papel do Legislativo nas negociações do Mercosul e da ALCA. **Contexto Internacional**, v. 25, p. 103-138, 2003.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – **OEC**. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 21 abr. 2024
OLIVEIRA, Eliane. Ruralistas querem reunião de emergência com chanceler de Bolsonaro. **O GLOBO**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ruralistas-querem-reuniao-de-emergencia-com-chanceler-debolssonaro-23517780>. Acesso em: 18 abr. 2024

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Atores políticos e Parlamento brasileiro no Mercosul. **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, n. 1, p. 231-252, 2004.

PEREIRA, Matheus. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 31, p. 301-338, 2020.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, jan. 2020.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/membros>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Propostas Legislativas**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, Renata. Congresso e Agronegócio na Política Externa Brasileira: Dois Pesos, Duas Medidas? In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 10º ed., 2016, Belo Horizonte. Disponível em:

<https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/Artigo-2016-Renata-Albuquerque-Ribeiro-Anais-X-Encontro-ABCP.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SANTOS, Vinicius. Before the Alarm Sounds: How Parliaments Manage Silence, Salience, and Control in Foreign Affairs. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 2, e012, 2025a.

SANTOS, Vinicius. Por que não eu? Em busca de uma análise de política externa legislativa no Brasil. **Mural Internacional**, v. 16, p. e92705, 2025b.

SARAIVA, Miriam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, 2019.

SCANTIMBURGO, André. O Desmonte da Agenda Ambiental no Governo Bolsonaro. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 103-117, 2018.

SENADO FEDERAL. **Composição da CRE**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/composicao>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SENADO FEDERAL. **CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/composicao>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SIEBENEICHLER, Amanda. **A influência do Agronegócio na Política Externa Ambiental Brasileira**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA, André Luiz da; SPOHR, Alexandre. A relação entre executivo e legislativo na formulação de política externa no Brasil. **Relações Internacionais**, v. 50, p. 123-140, 2016.

SPRING, Jake. Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. **UOL**, Brasília. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024

VIGNA, Edélcio. A bancada ruralista: um grupo de interesse. **Argumento**. Brasília: Inesc, n. 8, p. 1-51, 2001.

Funções de colaboração exercidas

Clarissa Francoi Dri

Conceituação; Metodologia; Validação; Análise formal; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Pedro Soares Leal

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Investigação; Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Patriarcado e epistemologias de gênero nas Relações Internacionais: uma crítica ao mainstream a partir do Sul Global

Patriarchy and Gender Epistemologies in International Relations: A Critique of the Mainstream from the Global South

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.151633>

Vinícius Henrique Mallmann

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

viniciush.mallmann@hotmail.com  

Thaís Vieira

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil

thaisvieirari@gmail.com  

Resumo

O artigo investiga como o patriarcado estrutura a produção de conhecimento e as práticas das Relações Internacionais, propondo uma crítica ao pensamento dominante da disciplina a partir de uma perspectiva feminista e decolonial. A pesquisa, de natureza teórico-bibliográfica, analisa como hierarquias de gênero e raça moldam tanto os fundamentos epistemológicos do campo quanto sua reprodução institucional, com especial atenção ao contexto brasileiro e latino-americano. Argumenta-se que o apagamento dessas dimensões não resulta de omissões pontuais, mas constitui parte de uma lógica de poder que define quem pode produzir teoria e quais saberes são reconhecidos como válidos. A partir de abordagens críticas do Sul Global, o estudo demonstra que a masculinidade hegemônica e a colonialidade do saber funcionam como pilares invisíveis da disciplina, sustentando narrativas de universalidade e neutralidade científica. Conclui-se defendendo a necessidade de uma despatriarcalização das Relações Internacionais, que promova a pluralidade epistemológica, a justiça cognitiva e a valorização de perspectivas situadas e plurais na compreensão da política internacional, especialmente no campo brasileiro.

Palavras-chave: Patriarcado; Epistemologias de Gênero; Relações Internacionais.

Abstract

This article examines how patriarchy structures both knowledge production and the practices of International Relations, advancing a critique of the discipline's mainstream from a feminist and decolonial perspective. Based on a theoretical and bibliographical approach, the analysis explores how gendered and racial hierarchies shape the epistemological foundations of the field as well as its institutional reproduction, with particular attention to the Brazilian and Latin American contexts. It argues that the marginalization of these dimensions is not the result of isolated omissions, but rather a manifestation of a broader logic of power that determines who can produce theory and which forms of knowledge are considered legitimate. Drawing on critical approaches from the Global South, the study demonstrates that hegemonic masculinity and the coloniality of knowledge operate as invisible pillars of the discipline, sustaining narratives of universality and scientific neutrality. The article concludes by advocating for the de-patriarchalization of International Relations, promoting epistemological plurality, cognitive justice, and the recognition of situated and plural perspectives within the study of world politics, particularly in the Brazilian academic field.

Keywords: Patriarchy; Gender Epistemologies; International Relations.

Recebido: 10 Novembro 2025

Aceito: 17 Janeiro 2026

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O campo dos estudos de gênero nas Relações Internacionais (RI) consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das vertentes mais profícuas e transformadoras da disciplina. Desde a publicação de *Bananas, Beaches and Bases* (Enloe, 2014), as contribuições feministas demonstraram que o poder, a guerra, a diplomacia e a economia global não são neutras em relação ao gênero, mas profundamente estruturados por práticas e imaginários masculinizados. Ao revelar as dimensões de gênero ocultas nas teorias clássicas e nas práticas cotidianas das RI, as autoras feministas reconfiguraram a forma de compreender o sistema internacional, deslocando o foco do Estado e da segurança para as experiências humanas, as desigualdades e as formas de dominação que atravessam as fronteiras. Em diálogo com Enloe, Shepherd (2017) reforça que as Relações Internacionais permanecem ancoradas em epistemologias patriarcais, que produzem e reproduzem a exclusão de corpos, vozes e saberes não conformes ao ideal de masculinidade branca, ocidental e heteronormativa.

O problema que este artigo enfrenta está situado justamente nesse ponto: o patriarcado não é apenas um traço cultural ou simbólico, mas um princípio estruturante do conhecimento e da prática internacional. As teorias *mainstream* de RI (do realismo ao liberalismo) foram edificadas sobre pressupostos de racionalidade, competição e hierarquia que naturalizam a masculinidade como medida universal da ação política e da agência internacional. Essa racionalidade patriarcal se manifesta de maneira ainda mais complexa no Sul Global, onde as assimetrias de poder entre centro e periferia se entrelaçam às hierarquias de gênero e raça, configurando um duplo processo de subalternização epistêmica: o das mulheres e o dos saberes não europeus. No contexto brasileiro, tal estrutura se reflete na marginalização das epistemologias feministas e decoloniais, bem como na escassa inserção de debates interseccionais nos programas acadêmicos e nas publicações da área.

Neste sentido, propomos um diálogo destes conceitos com a obra de Francis Fukuyama (2008), um autor importante ligado ao *mainstream* da disciplina. Após declarar "o fim da história" a partir de uma retórica racista combinada a um domínio imperialista da história e das relações internacionais (Fukuyama, 1992), Fukuyama publicou, em 2008, o ensaio "*Women and the Evolution of World Politics*" (Mulheres e a evolução da Política Internacional, tradução nossa), que dedica suas páginas a argumentar sobre o grande problema de um mundo comandado por mulheres, considerando que a condução da política internacional se transformaria em um espaço enfadonho dominado por fracos. Como argumento sobre a importância dos homens na política mundial, o autor se baseia em estudos conduzidos, entre outros, pelo famoso primatologista Frans de Waal, que tratam das relações entre chimpanzés. Fukuyama (2008) não é econômico ao estabelecer os três pontos que sustentam seu argumento, e o faz pensando através de uma analogia entre os comportamentos dos chimpanzés e os comportamentos humanos. O primeiro ponto levantado pelo autor é a justificativa da violência entre iguais, ou seja, entre indivíduos da mesma espécie. No entendimento do autor, as únicas espécies que têm naturalizado as violências entre si são seres humanos e chimpanzés, e o fazem com intuito de neutralizar seus pares para chegarem ao poder. Nesse ponto, o autor traz a naturalização da violência entre seres humanos como uma herança biológica e não como um processo violento, criminoso e socialmente estruturado que realmente significa.

O segundo ponto que faz com que Fukuyama (2008) se aproxime das relações entre chimpanzés para declarar a desimportância das mulheres na política mundial são as construções de coalizões. O autor sustenta que humanos e chimpanzés são criaturas demasiadamente sociais, que têm como objetivo a construção de coalizões, a dominação e a manutenção das hierarquias no sistema em que vivem. Contudo, como vemos em Joan Scott (1986), sexo e gênero são dois elementos diferentes da vida humana, enquanto sexo faz parte de uma suposta neutralidade, visto que pode ser visto e materializado; gênero faz parte das relações sociais construídas pelos seres humanos, o que o torna uma estrutura relacional ao invés de um atributo individual. E, por último, o autor sustenta a importância da violência e da construção de coalizões como um atributo especificamente masculino; isso porque as chimpanzés fêmeas demonstram apegos emocionais não compartilhados entre os machos.

Em tom irônico e um tanto sarcástico, Fukuyama (2008) contesta os estudos feministas relativos ao feminismo e à política que consideram que uma política mundial conduzida por mulheres seria menos agressiva, competitiva e violenta, salientando e justificando um processo biológico que conduziria as ações masculinas. Como consequência, o autor é categórico ao afirmar que comportamentos ditos patriarcais pelas feministas, como violência e exercício do poder e dos “status”, não são construções sociais, mas sim enraizados na biologia. Ou seja, a justificativa da guerra, da violência e daquilo que delas decorrem - e aqui incluímos o estupro como arma de guerra - podem, segundo o autor, serem justificados através da biologia masculina; tal qual, câncer, obesidade e depressão. O autor denomina sua visão como “a volta da biologia” (Fukuyama, 2008).

Não muito diferente de outros autores de Relações Internacionais, especialmente os que estão centrados em um debate *mainstream* da disciplina, Fukuyama (2008) relativiza pesquisas feministas e celebra a volta do pensamento darwinista para a compreensão das ciências sociais. Não surpreende, portanto, as tentativas de descredibilização dos escritos feministas para as Relações Internacionais, nem de Fukuyama e nem dos demais críticos, mas joga luz a algo há muito discutido por feministas negras e terceiro-mundistas como Chandra Mohanty (1984): a heteronormatividade da construção da política internacional e a evidência de lugares de privilégios construídos para autores homens e brancos. Essas questões refletem, por conseguinte, na forma com que a disciplina é repassada no percurso do ensino nas Universidades, especialmente em países do Sul Global como Brasil, que possuem acesso limitado às discussões estabelecidas nas grandes revistas acadêmicas organizadas pelo norte global.

Visamos, a partir da crítica a esta obra de Fukuyama (2008), evidenciar como as questões de gênero e de raça permeiam o estudo da disciplina de Relações Internacionais e como esse estudo é atravessado por uma vertente patriarcal que, via de regra, rege o ordenamento (global) da disciplina e a maneira como ela é pensada e estruturada no ensino das Universidades, também brasileiras. Para tanto, elaboramos uma crítica feminista ao que chamamos de “patriarcado das Relações Internacionais” com o intuito de demonstrar que há, ainda, grandes desafios para ensinar Relações Internacionais, principalmente no Sul Global, onde o Brasil está inserido, e que esses desafios podem ser superados, também, com um olhar crítico e com a inclusão de raça e gênero no debate estruturante da disciplina das Relações Internacionais.

O objetivo central deste estudo é, portanto, demonstrar que o apagamento das dimensões de gênero e raça nas Relações Internacionais brasileiras não pode ser interpretado apenas como uma lacuna empírica ou um problema de representatividade, mas como efeito de uma epistemologia colonial e masculinista que organiza o campo. Especificamente, busca-se: (i) problematizar as bases patriarcais que sustentam o *mainstream* das RI; (ii) analisar como tais estruturas são reproduzidas nas práticas acadêmicas e institucionais brasileiras; e (iii) propor caminhos de despatriarcalização do campo a partir das epistemologias feministas do Sul Global. A relevância deste trabalho reside em evidenciar que questionar o patriarcado nas RI não é apenas uma questão de inclusão, mas de revisão profunda dos fundamentos epistemológicos da disciplina.

É nesse contexto que a crítica dirigida à obra de Francis Fukuyama (2008) ganha relevância analítica. Sua argumentação, que busca justificar biologicamente a desigualdade de gênero e naturalizar o poder masculino na política mundial, é emblemática da permanência de um pensamento que confunde diferença com hierarquia. Ao recorrer à primatologia para sustentar a suposta superioridade dos homens na condução da política internacional, Fukuyama não apenas reforça o viés androcêntrico do *mainstream* das RI, mas também reproduz uma epistemologia colonial que submete a produção de conhecimento a uma lógica evolucionista, racista e excludente. Dessa forma, a análise de sua obra torna-se um ponto de partida privilegiado para desvelar o modo como a masculinidade hegemônica estrutura tanto o pensamento quanto a prática internacional, revelando as continuidades entre o patriarcado e o imperialismo nas relações globais.

Metodologicamente, trata-se de um estudo crítico, de caráter teórico e bibliográfico, fundamentado na análise de textos clássicos e contemporâneos do feminismo internacional e pós-colonial. O artigo adota uma abordagem interseccional, conforme proposta por autoras como bell hooks (2019), Chandra Mohanty (2003) e Gayatri Spivak (1999), articulando gênero, raça, classe e localização geopolítica como categorias indissociáveis na compreensão das dinâmicas de poder global. A análise privilegia o diálogo entre autoras feministas do Norte e do Sul Global, buscando construir um olhar situado sobre as hierarquias epistêmicas que sustentam a disciplina e indicar possibilidades de ruptura e reconstrução teórica a partir de uma perspectiva decolonial.

Neste sentido, dividimos o texto, para além desta introdução e das considerações finais, em duas seções. Na primeira, é feita uma crítica feminista ao trabalho de Fukuyama (2008) com o objetivo de demonstrar que seu pensamento, para dizer o mínimo, é retrógrado e defasado, mas que ainda continua nutrindo o imaginário de grande parte do coletivo *mainstream*. Em seguida, é apresentado um breve resumo de como as questões de gênero não são debatidas ou trabalhadas de maneira adequada nas principais revistas da área no país, o que reflete, por conseguinte, na capacidade de mobilização do campo teórico e, também, na capacidade de moldar ou modificar o ensino das Relações Internacionais nas universidades brasileiras.

Refletindo sobre o imperialismo do patriarcado nas Relações Internacionais

A década de 1980 marcou um ponto de inflexão para o campo das Relações Internacionais, quando as primeiras análises feministas começaram a desafiar a estrutura epistemológica da disciplina. Autoras como Cynthia Enloe (2014) e J. Ann Tickner (1992; 2001) inauguraram uma ruptura paradigmática ao denunciar o caráter profundamente masculinizado da teoria e da prática das RI. Enloe (2014) deslocou o olhar da política internacional tradicional – centrada em Estados, elites diplomáticas e instituições – para as experiências cotidianas de mulheres em contextos de guerra, diplomacia, militarização e economia global. Tickner (1992), por sua vez, questionou o universalismo abstrato das teorias clássicas, mostrando que conceitos centrais como poder, segurança e racionalidade são construções profundamente generificadas e informadas por valores masculinos. A partir dessas contribuições, o campo feminista nas RI passou a expor as hierarquias epistemológicas que naturalizam o masculino como medida universal do político e o feminino como alteridade. Como discute bell hooks (2019), o patriarcado é um construto de poder pautado nas premissas do imperialismo capaz de produzir uma crença social de que o próprio patriarcado é a única forma social possível em que deve se ancorar a sociedade. Neste sentido, homens que são socialmente lidos como racializados, e por esse motivo sofrem inúmeras violências sociais, se unem na opressão patriarcal como uma forma aceitável de subjugação e dominação das mulheres. O patriarcado, neste sentido, é o ponto de interseção em que homens de diferentes raças se encontram e compartilham dos mesmos interesses e pensamentos.

No que tange à disciplina de Relações Internacionais, o que Carole Pateman (2023) chama de “contrato sexual” joga luz à pouca visibilidade do feminismo no âmbito da disciplina e sua consequente pouca aceitação mediante a opinião de autores do que é considerado o *mainstream* do campo de estudos. No contrato sexual, a autora debate que há uma evidente criação de direitos políticos dos homens sobre as mulheres, ancorados num processo que diferencia homens e mulheres através do sexo e mantém a sujeição da mulher em relação ao homem. O que interpretamos aqui é justamente a necessidade de sujeição do pensamento feminista àquilo que os considerados cânones da disciplina determinam como a verdadeira essência das relações internacionais. No caso de Fukuyama (2008), há uma defesa de que o masculino e o feminino são pautados num processo biológico de diferenciação que se ancora no estudo de primatas para apontar seus principais pontos. Ignora, portanto, não só os estudos das ciências biológicas que há décadas debatem o tema, mas de todas as ciências sociais e humanas (inclusive dentro das RIs) que produziram conhecimento sobre questões relativas à sexualidade, ao comportamento e às construções sociais do que se entende como “feminino” ou “masculino”.

É justamente dentro dessa tradição crítica que a obra de Francis Fukuyama (2008), *Women and the Evolution of World Politics*, se inscreve como um caso paradigmático do modo como o mainstream resiste à incorporação das epistemologias de gênero. Ao propor que as diferenças entre homens e mulheres derivam de uma “biologia da dominação”, Fukuyama retoma uma forma de determinismo que ecoa tanto o darwinismo social quanto o positivismo clássico que moldou as origens das Relações Internacionais. Para o autor, a política mundial é um espaço naturalmente masculino, no qual a competição, a violência e o poder são expressões legítimas de uma herança biológica compartilhada entre humanos e chimpanzés. Essa argumentação não apenas reduz o comportamento político à biologia, mas também reintroduz, sob o disfarce da cientificidade, uma visão hierárquica e excludente que naturaliza o patriarcado como ordem social e internacional.

O biologicismo de Fukuyama encontra respaldo nas tradições realistas das RI, especialmente na concepção hobbesiana de natureza humana que orienta o pensamento de autores como Hans Morgenthau (1948) e Kenneth Waltz (1979). Assim como o realismo clássico, Fukuyama parte da premissa de que o conflito é inevitável e de que o poder é a principal moeda da política internacional. Contudo, ao sexualizar essa lógica, o autor reforça o caráter androcêntrico do realismo, identificando a agressividade masculina como motor da história e relegando as mulheres ao espaço da passividade e da cooperação. O resultado é uma epistemologia que se pretende universal, mas que, na verdade, traduz uma perspectiva situada (masculina, branca e ocidental) que se impõe como norma científica. Esse é o ponto em que o biologicismo se converte em imperialismo epistemológico: a biologia torna-se o fundamento da exclusão e da hierarquização entre sujeitos e saberes.

A crítica feminista a esse tipo de pensamento foi magistralmente desenvolvida por autoras que revelaram o papel da linguagem, da metáfora e da racionalidade técnica na reprodução do poder masculino dentro da disciplina. Carol Cohn (1987), em seu estudo sobre o discurso dos “intelectuais da defesa”, demonstrou como a linguagem da segurança nuclear (repleta de metáforas sexualizadas, como “*hard*” e “*soft power*”, “*penetration*” e “*impregnation*”) serve para legitimar práticas militarizadas e excluir sensibilidades consideradas femininas ou emocionais. Da mesma forma, Laura Sjoberg (2013) propôs uma reinterpretação do conflito global a partir de uma teoria feminista da guerra, argumentando que as relações internacionais não podem ser compreendidas sem considerar as construções de gênero e sexualidade que moldam tanto a violência quanto a política global. Essas autoras mostram que a masculinidade, longe de ser apenas uma característica individual, constitui uma epistemologia, um modo de ver, interpretar e organizar o mundo.

É, portanto, sob um viés de gênero (e também de raça) que a crítica ao trabalho de Fukuyama (2008) precisa ser estabelecida. Há, na defesa argumentativa de autoras como Ann Tickner (2001), um desafio contra o entendimento das Relações Internacionais pautadas nas categorias estatais tradicionais e nos debates que suscitam questões voltadas apenas para o equilíbrio de poder ou o interesse dos atores. Para a autora, a política internacional não pode ficar apenas restrita às relações entre Estados, especialmente quando se lança luz sobre os espaços que ocupam as mulheres nas periferias globais. Assim, o questionamento do feminismo no que se refere ao poder, especificamente, o poder masculino, torna-se fundamental para a compreensão do campo de estudo de gênero nas Relações Internacionais.

Ao discutir a questão do poder nas relações internacionais, é interessante pontuar a percepção de poder trazida por bell hooks (2019b). Em seus estudos, a autora discute a formação e a definição de poder utilizada pela branquitude, inclusive no feminismo branco, quando discutido a respeito do tipo de construção de poder estabelecido pela branquitude feminista como uma mimese do poder patriarcal, já que o tipo de “poder” estabelecido hoje é o poder masculinista. Na visão da autora, só seria possível a construção de um mundo igualitário (também para as relações internacionais) a partir da resignificação do que é poder.

hooks (2019b) apresenta uma crítica às formas de poder apresentadas por homens e como a não mudança dessa perspectiva atravessa diretamente as mulheres não-brancas. Durante muito tempo, as discussões em torno da igualdade

entre homens e mulheres eram relacionadas à conquista do poder pelas mulheres brancas na estrutura social existente. Ocorre que, para hooks (2019b), essa conquista de poder numa estrutura social organizada em torno do patriarcado não se compromete com a mudança social necessária para inclusão de mulheres não-brancas. Ou seja, há não só uma questão de gênero, mas uma questão de raça que deve ser considerada ao debatermos poder (também nas relações internacionais).

A autora organiza seus escritos em torno da crítica da opressão existente no sistema social a partir do argumento de que esse sistema só beneficia homens (independentemente da raça) e mulheres brancas, enquanto mulheres negras permanecem à margem social, uma vez que não são consideradas pelo movimento feminista branco, nem pelo movimento negro organizado por homens negros (hooks, 2009b). No argumento de Francis Fukuyama (2008), a forma de exercer poder entre homens e mulheres é automaticamente diferenciada a partir das diferenças biológicas existentes, por isso, homens são mais propensos a respostas mais agressivas no âmbito da política internacional do que as mulheres. O autor, obviamente, não organiza um recorte de raça, classe e gênero para estruturar seu argumento que é pautado exclusivamente pela biologia.

Contudo, hooks (2019b), que mergulha seus estudos no entendimento das construções sociais que perpassam o patriarcado e o racismo, chama atenção para o fato de que, numa estrutura social que permanece idêntica, a busca por poder faz com que o resultado do exercício do poder seja o mesmo, independentemente de homens e mulheres pensarem de forma diferente. Isso porque a busca pelo poder que envolve o movimento feminista branco contribui para a manutenção de outros sistemas de opressão, como o sistema de opressão de raças e de classes. É por isso que, como dissemos anteriormente, é necessário ressignificar o entendimento de “poder”.

Há uma frase utilizada pela autora que elucida de maneira muito simples e didática a forma com que poder é exercido e que pode ser transposta para a realidade das Relações Internacionais de modo a organizar o entendimento do poder não como algo bélico ou econômico, mas a partir de uma noção de privilégios de raça, classe e gênero: "o poder faz o direito" (hooks, p. 135, 2019b). Poder, como afirma a autora, numa estrutura social patriarcal, relaciona-se ao controle e à dominação de outrem, e a presunção do poder é capaz de autorizar, ou conceder o direito, sobre a manutenção do sistema de opressão.

Como o poder concebe de forma automática o direito, não é interessante para homens, que fazem parte da estrutura de poder, dispensarem esse sistema de opressão, reconhecendo seus privilégios e abandonando as hierarquias de poder que estão postas. Há, neste caso, novamente uma ligação com o trabalho de Fukuyama (2008), o qual insiste que, como gênero não é socialmente construído, mas uma questão enraizada na genética, as mudanças na política internacional são limitadas quando há uma desconstrução do gênero entre homens que fazem parte das estruturas de poder do sistema internacional.

Como argumentado por feministas como Jacqui True (2018), a variável gênero não pode ser vista como periférica na constituição do Estado, além de que a compreensão da centralidade de gênero é fundamental para a promoção de mudanças dentro do sistema interestatal e do próprio sistema. O debate dos "Estados Genderizados"¹ desenvolvido pela autora tem como premissa principal a soberania como um estruturante da ordem internacional. Em contraposição ao que argumenta Fukuyama (2008) sobre a natureza da dominação presente no âmbito biológico, True (2018) argumenta que a soberania é um princípio estruturante assim como o patriarcado também se configura enquanto uma relação estrutural definida pela hierarquia de gênero. Ou seja, tanto a soberania, argumento tão prevalente na discussão do *mainstream* das Relações Internacionais, quanto o patriarcado são organizados a partir de relações estruturais; sendo que no contexto dos pressupostos feministas, a construção e a manutenção da soberania estatal são o tempo todo informadas pela variável gênero.

¹ Tradução nossa, do original "gendered states" (TRUE, 2018, p. 33).

Pensar o conceito de Estado Genderizado, como propõe True (2018), vai além da argumentação irônica que Fukuyama (2008) organiza em seu debate. Para True (2018), há uma constituição do Estado soberano a partir da forma com que as relações sociais de gênero são construídas em seu interior. Assim, a forma estrutural das hierarquias que privilegiam particularidades masculinistas como competitividade, racionalidade, autonomia, violência, entre outros, será manifestada na política internacional e na forma com que as relações internacionais são conduzidas.

Retomando as premissas de Pateman (2023), os Estados europeus contemporâneos advêm de Estados absolutistas patriarcais, cuja forma de constituição se deu a partir do contrato sexual fraterno, que estabelecia direitos iguais para homens, mas não para mulheres. Os homens, neste sentido, foram indivíduos reconhecidos como "parte" da esfera pública, enquanto as mulheres foram relegadas à esfera familiar. True (2018), por sua vez, interpreta que o sistema estatal e a sociedade internacional só puderam existir porque as divisões já normatizadas do gênero contribuíram para que fossem reproduzidas as identidades masculinistas neste sistema até então emergente, refletindo e reproduzindo, principalmente, valores que eram alinhados às capacidades de guerra. Neste sentido, as construções de soberania e do poder do Estado como defendidas por Fukuyama (2008) só são possíveis dadas as condições de desigualdades de gênero nas quais estava alicerçada a constituição do Estado.

Quando True (2018) defende a premissa de um Estado cuja construção de sua base está fundamentada nas hierarquias de gênero, ela não está fundamentando que a relação social de gênero seja a relação dominante. Na verdade, a autora reconhece o caráter milenar do patriarcado, contudo, compreende que o patriarcado está intrinsecamente relacionado a outros tipos de dominação, que podem ser baseados em raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, classe, idade, entre outros. Assim, quando se combatem o patriarcado e as hierarquias de gênero no sistema, há que se ter em mente que estas formas de opressão estão todas alinhadas e transversalizadas, e que combater o poder do gênero é necessariamente mudar a forma com que as estruturas de poder se manifestam nas estruturas sociais.

Ao afirmar que os comportamentos masculinistas para fins de competitividade, dominação, criação de hierarquias ou realização de fantasias agressivas não podem ser eliminados, apenas redirecionados, Fukuyama (2008) permanece em seus escritos nutrindo o contrato sexual esclarecido por Carole Pateman (2023) e fomentando a masculinidade e as hierarquias de gênero na disciplina de Relações Internacionais. Assim sendo, a obra de Fukuyama (2008), ao reivindicar o retorno da biologia como fundamento da política internacional, ignora deliberadamente as contribuições acumuladas por décadas de reflexão feminista e interseccional. Sua defesa da violência e da hierarquia como elementos "naturais" da masculinidade é um exemplo de resistência ao giro crítico que marcou as ciências sociais desde os anos 1980. A persistência desse tipo de argumento no seio do *mainstream* demonstra que o patriarcado acadêmico não se mantém apenas por meio da exclusão de autoras e temas, mas também pela reafirmação de um modo de produzir conhecimento que desqualifica perspectivas críticas como "não científicas". Em outras palavras, Fukuyama (2008) não representa um desvio, mas a continuidade de um projeto de poder epistêmico que legitima o masculino como portador da racionalidade e da autoridade, e o feminino como esfera do emocional, do particular e do "outro".

Ao revisitar esse debate, torna-se evidente que a masculinidade não é apenas uma categoria de identidade, mas um regime epistemológico que sustenta a própria ontologia das Relações Internacionais. As fronteiras entre razão e emoção, público e privado, força e vulnerabilidade (que são centrais à tradição moderna) são fronteiras de gênero. Assim, ao defender que a guerra e a dominação são inerentes ao masculino, Fukuyama (2008) reproduz o mesmo imaginário que estruturou a formação das teorias realistas e positivistas, reafirmando o Estado como extensão simbólica do corpo masculino. O que a crítica feminista e decolonial revela, em contrapartida, é que essa ontologia é contingente e histórica, e que a sua naturalização funciona como mecanismo de manutenção do poder global e do monopólio epistêmico do Norte.

Estudos de Gênero no campo das Relações Internacionais do Brasil

No caso brasileiro, onde o pensamento de Fukuyama (1992) foi amplamente difundido, aceito e contemplado, os (não!) estudos de gênero refletem diretamente na produção da comunidade científica que ainda representa um número pequeno mediante as comparações das produções científicas trazidas pelo *mainstream*. O debate sobre gênero e raça nas Relações Internacionais brasileiras revela, de forma paradigmática, como o patriarcado opera na produção e na circulação do conhecimento científico. Embora as últimas décadas tenham testemunhado avanços na incorporação de perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais no campo, a estrutura acadêmica nacional ainda reflete as hierarquias históricas do *mainstream* global.

Baccarini et al. (2019) realizaram um estudo sobre questões de gênero entre os membros da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) tanto em universidades públicas, quanto em universidades privadas no Brasil. O objetivo foi analisar a composição de gênero nestes departamentos, tendo em consideração questões referentes ao assédio e à discriminação de gênero que são fatores impeditivos para que estudantes sigam a carreira acadêmica. Considerando a crítica feminista que coloca em xeque a concepção das instituições científicas como neutras em termos de gênero, as autoras reforçam a crítica sobre a desigualdade existente no Brasil relativas ao trabalho nas universidades, uma vez que alguns dados apontam que a maioria dos acadêmicos no Brasil ainda são homens.

No desenrolar da pesquisa, Baccarini et al. (2019) demonstram a desigualdade, em primeiro lugar, na recepção da pesquisa. As autoras demonstram que dos 1118 membros da ABRI, foram devolvidas 376 respostas, que configura um percentual de 33,57% de devolutivas. Contudo, embora o número de respostas da pesquisa configure uma porcentagem suficiente, chama atenção o fato de que a colaboração partiu principalmente das mulheres, em detrimento da pouca colaboração masculina. Abaixo, o quadro extraído da pesquisa para evidenciar o contraste:

Tabela 1 – Taxas de resposta da pesquisa por gênero

	Female	Male	Other	Total
ABRI associates	511	607		1118
Survey respondents	256	118	2	376
Compliance rate	50.10%	19.44%		33.63%

Fonte: Baccarini et al (2019, p. 373)

Os dados apresentados por Baccarini et al. (2019) revelam um padrão que vai além da representação numérica: trata-se de uma diferença qualitativa na forma como homens e mulheres participam da produção do conhecimento. A disparidade entre gêneros se manifesta no volume de publicações, na autoria de livros e capítulos e especialmente na presença em revistas de prestígio classificadas pela CAPES. A partir dos dados recolhidos, as autoras desenvolveram duas hipóteses relativas à baixa adesão masculina: (1) apatia masculina frente às questões de gênero; (2) a má interpretação do convite para participação da pesquisa. Sobre a produção bibliográfica entre homens e mulheres docentes de Relações Internacionais no Brasil, há um abismo na produção, sendo que 23% das mulheres entrevistadas apresentaram na sua produção acadêmica a autoria ou coautoria de dois ou mais livros, enquanto 32,2% dos homens foram autores ou coautores de dois ou mais livros. Na produção bibliográfica que diz respeito à edição ou coedição de livros, 26% das mulheres responderam já terem editado ou coeditado pelo menos um livro, enquanto as respostas masculinas ficaram na casa dos 30% (Baccarini et al., 2019).

Ainda sobre a produção bibliográfica, 52% das mulheres responderam já terem publicado dois ou mais capítulos em livros, enquanto 56% dos homens responderam terem publicado dois ou mais capítulos em livros. A produção bibliográfica referente a artigos publicados em periódicos indexados pelo sistema Qualis-Capes demonstrou que 66% das

mulheres possuíam três ou mais artigos publicados, enquanto 79% dos homens responderam ter três ou mais artigos publicados em periódicos indexados pela Qualis-Capes (Baccarini et al, 2019).

Assim, quando pensamos na produção bibliográfica de gênero nas revistas científicas especializadas em relações internacionais no Brasil², há uma desagradável surpresa ao perceber que, por meio de buscas rápidas, utilizando palavras-chave como gênero, sexualidade, mulheres ou feminismo e raça, percebemos a baixa produção publicada em revistas especializadas cujas palavras-chave contenham os termos supracitados. Contudo, ao não acreditar na disparidade de publicações que envolvam as variáveis gênero e raça em relação a outros assuntos nas revistas especializadas de Relações Internacionais, optamos por ler os resumos e compreender se, mesmo sem constar nas palavras-chave, os artigos que apareciam na busca estavam relacionados à temática pautada. As revistas continuaram a nos surpreender, pois a busca rápida não sinalizava grandes volumes de publicações sobre os assuntos em debate.

Quadro 1 – Artigos publicados versus Revistas consultadas

Revista Consultada	Ano de Fundação da Revista	Número de Artigos que podem ser filtrados pelas palavras gênero, mulheres e sexualidade na ferramenta de busca da revista.	Número de Artigos podem ser filtrados pela palavra raça em sua ferramenta de busca.
Revista Carta Internacional	1993	4	8
Revista Contexto Internacional	1985	6	5
Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)	1958	2	0
Revista Estudos Internacionais	2013 ³	3	0
Revista Conjuntura Austral	2010	20	3
Revista Conjuntura Internacional	2004 ⁴	5	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados colhidos dos sites oficiais de cada revista até novembro de 2025.

Após a breve pesquisa apresentada acima, a grande questão suscitada é: onde publicam as mulheres brasileiras que escrevem sobre gênero, raça e relações internacionais? Uma hipótese deixada pelos autores é: não é tão simples a publicação da temática gênero, raça, sexualidade e mulheres nas revistas especializadas de Relações Internacionais no Brasil. Como consequência, as autoras e autores que debatem sobre o assunto optam por publicar em revistas especializadas em gênero e raça, distanciando-se assim dos estigmas produzidos na academia de Relações Internacionais

² Selecionamos as principais revistas especializadas de Relações Internacionais do Brasil, de acordo com o Qualis-Capes. Optamos por revistas que dialoguem primordialmente com Relações Internacionais, e não com Ciência Política, História, Sociologia, ou outras áreas afins.

³ O site da revista não traz o ano de criação, mas a primeira publicação consta do ano de 2013.

⁴ O site da revista não traz o ano de criação, mas a primeira publicação consta do ano de 2004.

brasileiras, a qual ainda defende uma produção pautada em discursos de que gênero e raça não são, muitas vezes, temáticas pertinentes ao campo de estudo das RI.

Neste sentido, para Soares e Rosa (2023), o campo de ensino e pesquisa das relações internacionais é um campo marcado por apagamentos e exclusões, um processo antidemocrático de construção de conhecimento que não permite a pluralidade de pensamentos e tem interlocutores homens e brancos como seu núcleo de pensadores fundamentais. Embora com a crescente demanda de mulheres por mais espaço de discussão feminista na disciplina, que incluem aspectos de raça, gênero, etnia, nação, entre outros (suscitado principalmente por feministas do Sul Global Sul Global Sul Global), as discussões tidas como elementares para a disciplina ainda enfocam perspectivas dotadas de uma falsa neutralidade para abordar assuntos que não pautam os indivíduos e os coletivos sociais como parte do sistema internacional. No Brasil, não há grande diferenciação, estando o país alinhado ao pensamento do norte global.

As discussões sobre gênero devem estar situadas no âmbito do debate do poder, por citado anteriormente, "o poder faz o direito" (hooks, 2019b, p. 135), e a predominância do masculino nas instâncias de poder tanto na economia, quanto na política global demonstram o espaço da vida privada refletindo no âmbito internacional. Como apontado por Jesus (2023), os diversos arranjos e princípios que organizam a vida global são generificados; a dominação masculina é encontrada na masculinidade patriótica, nos espaços em que ocorrem a política nacional, na dominação de interesses e ideologias por figuras masculinas, nos movimentos nacionalistas e no caráter sexualizado sobre o qual se ancora o militarismo. Há um infinito número de espaços que se pode apontar a presença do patriarcado, e nos quais ecoam as heterossexualidades agressivas. Nos processos que envolvem a globalização, a linguagem é mantida neutra, uma vez que a premissa da neutralidade garante que o "indivíduo" debatido na teoria neoliberal seja dotado de atributos e interesses do masculino (Jesus, 2023), mas que sob a falsa premissa da neutralidade esconda as reais dimensões de gênero presentes em suas ações.

Há uma construção hegemônica da masculinidade que, para ser compreendida, é necessário que seja reconhecida como um padrão de práticas - distanciando-se das crenças de que a masculinidade é constituída por expectativas de papéis ou mesmo identidades preconcebidas. O que afirma Jesus (2023) é que as práticas da masculinidade foram a parte mais importante do processo que possibilitou que a dominação masculina permanecesse ativa e se reinventando. Ou seja: a mesma prática que possibilitou Fukuyama (2008) a escrever um artigo descredibilizando a política internacional conduzida por mulheres. Assim, o processo hegemônico da masculinidade se sustentou por anos (e ainda se sustenta!) através da força, mas em suas versões contemporâneas encontra espaço de disseminação na cultura, nas instituições e nas práticas de persuasão. Contudo, como esclarece o autor, nem toda masculinidade pode ser considerada hegemônica, uma vez que o que determina a hegemonia de uma masculinidade é o quanto ela é capaz de subordinar não apenas as mulheres, mas outros homens - em especial os que não se encontram adentrados numa realidade de privilégios (Jesus, 2023). Em outras palavras, nas Relações Internacionais a hegemonia da masculinidade pode ser comprovada através da disseminação do pensamento masculinista branco de pesquisadores do norte global.

Essa assimetria epistêmica não é exclusiva do Brasil, mas faz parte de um padrão latino-americano mais amplo. Pesquisas recentes sobre o ensino e a produção em Relações Internacionais na Argentina, no México e na Colômbia (Riggirozzi; Tussie, 2018; Oyarzún, 2020) apontam dinâmicas semelhantes de invisibilização das epistemologias feministas e do Sul Global. Em todos esses contextos, há uma forte dependência das matrizes teóricas euro-norte-americanas, o que impede a consolidação de abordagens localizadas e críticas. Assim, o apagamento de gênero e raça nas RI latino-americanas não é um fenômeno marginal, mas uma expressão da colonialidade do saber, conforme formulada por Aníbal Quijano (2000): a persistência de um padrão de poder global que combina hierarquias econômicas, políticas e epistêmicas, subordinando os saberes não ocidentais às epistemologias dominantes do Norte. A produção teórica

feminista latino-americana, ainda que crescente, é frequentemente tratada como “complementar” ou “alternativa” e raramente ocupa o estatuto de teoria fundante ou universal.

Essa marginalização é agravada por um duplo movimento. Por um lado, a academia brasileira de Relações Internacionais tende a reproduzir o cânone anglófono, incorporando os debates do Norte sem tensionar de forma expressiva suas bases patriarcais e coloniais. Por outro, a produção feminista e racializada que emerge do Sul é muitas vezes deslocada para fora do campo disciplinar (publicada em revistas de gênero, sociologia ou antropologia), o que reforça a ideia de que as questões de gênero e raça seriam periféricas às RI. Essa dinâmica produz um verdadeiro “apartheid epistêmico”, no qual os temas considerados centrais (como segurança, economia política e diplomacia) permanecem sob o domínio de autores homens e brancos, enquanto as discussões feministas são relegadas à categoria de “agenda emergente”. O resultado é a manutenção de um campo que se pretende universal, mas que continua a reproduzir as hierarquias de gênero e de poder herdadas da estrutura colonial.

Ao mesmo tempo, o cenário brasileiro revela sinais de resistência e reconfiguração. A emergência de grupos de pesquisa dedicados às perspectivas feministas e decoloniais indica uma lenta, mas crescente institucionalização dessas abordagens. Além disso, obras coletivas recentes, como *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais* (Sousa, Barasuol e Zanella, 2023), consolidam um espaço de diálogo entre pesquisadoras que articulam gênero, raça e Sul Global como dimensões analíticas inseparáveis. Essas iniciativas contribuem para o que Santos (2010) chamaria de “tradução intercultural”: um esforço de comunicação entre saberes heterogêneos que rompe com a lógica hierárquica da monocultura epistêmica e reivindica o direito à diversidade cognitiva.

A construção de um campo de Relações Internacionais verdadeiramente plural e crítico, contudo, depende de uma transformação mais profunda: é preciso que as universidades e os periódicos especializados reconheçam o valor epistêmico dos saberes feministas e decoloniais não como “complementares”, mas como constitutivos da disciplina. Isso implica rever as práticas de avaliação, os currículos e os próprios critérios de cientificidade. A crítica feminista demonstra que a objetividade, frequentemente apresentada como valor neutro, é uma forma de poder que privilegia determinadas vozes e silencia outras. Desnaturalizar essa objetividade é o primeiro passo para despatriarcalizar o campo, reorientando o conhecimento internacional para uma lógica de justiça epistêmica.

Dessa forma, o caso brasileiro, lido à luz da América Latina, evidencia que a luta contra o patriarcado nas Relações Internacionais é também uma luta pela democratização do saber. Incorporar as vozes do Sul Global e das mulheres racializadas não é apenas uma questão de representatividade, mas de redefinir o que conta como teoria, quem é reconhecido como produtor de conhecimento e quais epistemologias são consideradas legítimas para compreender o mundo. Ao tensionar as fronteiras entre o que é visto como “ciência” e o que é visto como “militância”, o feminismo latino-americano abre espaço para repensar as próprias fundações da disciplina e para construir, a partir do Sul, novas formas de imaginar e praticar as Relações Internacionais.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou evidenciar que o patriarcado, mais do que um fenômeno social ou cultural, constitui um princípio organizador das Relações Internacionais enquanto disciplina e prática política. O estudo demonstrou que a masculinidade hegemônica (ancorada em valores como racionalidade, competição, dominação e universalismo) não apenas informa as teorias clássicas das RI, mas também estrutura o modo como o conhecimento é produzido, legitimado e transmitido. Ao desnaturalizar essa masculinidade epistêmica, torna-se possível compreender que a exclusão de gênero e raça nas RI não é resultado de lacunas pontuais, mas expressão de uma ordem global de poder que se reproduz no campo científico. Essa é, portanto, uma crítica não apenas política, mas epistemológica:

o patriarcado define as fronteiras do saber, determina quem pode falar e molda as condições de possibilidade da própria teoria.

A crítica à obra de Francis Fukuyama (2008) revelou como o biologicismo e o determinismo ainda operam como dispositivos de legitimação da desigualdade de gênero nas ciências sociais e, particularmente, nas Relações Internacionais. Ao associar a política à natureza masculina e à violência como atributo biológico, Fukuyama reatualiza, sob uma roupagem científica, os mesmos pressupostos do realismo clássico: a crença de que o poder e o conflito são inevitáveis e que a masculinidade é o fundamento da ordem internacional. A persistência desse tipo de argumento evidencia a força do patriarcado enquanto regime epistêmico e a necessidade de uma crítica feminista que vá além da inclusão de novos sujeitos, uma crítica que confronte as bases ontológicas e epistemológicas da disciplina.

Ao articular as epistemologias do Sul e o feminismo pós-colonial, argumentou-se que a luta contra o patriarcado nas RI é indissociável da luta contra a colonialidade do saber (Quijano, 2000). A despatriarcalização e a descolonização do campo exigem reconhecer que o conhecimento internacional dominante é produto de uma geopolítica epistêmica que privilegia o Norte Global e exclui os saberes situados do Sul. Nesse sentido, as epistemologias feministas latino-americanas constituem não apenas uma alternativa teórica, mas uma ruptura paradigmática: propõem um modo outro de conhecer e de fazer política, baseado na interdependência, na pluralidade e na justiça cognitiva. Essa virada epistemológica implica compreender que as Relações Internacionais não são apenas um campo de estudo sobre o mundo, mas também um instrumento de sua reprodução simbólica e material.

No caso brasileiro, a análise empírica mostrou que o apagamento de gênero e raça na produção acadêmica reflete e reforça o patriarcado institucional das universidades e dos periódicos científicos. A baixa presença de autoras mulheres, a resistência à incorporação de perspectivas feministas e a dependência teórica do Norte revelam a permanência de uma estrutura hierárquica que combina androcentrismo e colonialidade. Superar essas barreiras requer mais do que corrigir desigualdades de representação: é necessário transformar os próprios critérios de validação científica, abrindo espaço para outras linguagens, metodologias e modos de produzir conhecimento. Isso significa reconhecer que a neutralidade é um mito e que toda produção de saber é situada e atravessada por relações de poder.

Diante disso, este artigo propõe uma agenda de pesquisa e ação acadêmica voltada à construção de uma disciplina de Relações Internacionais plural, crítica e comprometida com a justiça epistêmica. Tal agenda passa, em primeiro lugar, pela despatriarcalização curricular, a saber: a inclusão sistemática de autoras feministas, negras, indígenas e do Sul Global nos programas de graduação e pós-graduação, não como leitura suplementar, mas como base teórica. Em segundo lugar, pela reforma dos critérios de avaliação e publicação, de modo que revistas e agências de fomento reconheçam a legitimidade das abordagens críticas e interseccionais. Em terceiro lugar, pela criação de redes de pesquisa feministas e decoloniais transnacionais, que promovam a circulação de saberes fora do eixo hegemônico e fortaleçam as alianças epistemológicas entre Sul-Sul.

Por fim, é fundamental compreender que a despatriarcalização das Relações Internacionais não é apenas um projeto acadêmico, mas um projeto ético e político. Significa reorientar o olhar sobre o mundo, reconhecer as múltiplas formas de existência e de conhecimento que o compõem e construir um campo disciplinar verdadeiramente democrático, um campo em que o poder deixe de ser monopólio da masculinidade e passe a ser entendido como capacidade de cooperação, cuidado e transformação coletiva. Somente ao articular gênero, raça e Sul Global como eixos estruturantes do pensamento internacional será possível imaginar uma ciência e uma política internacional que estejam à altura da complexidade, da diversidade e da dignidade do mundo contemporâneo.

Referências

- BACCARINI, Mariana P.O. MINILLO, Xaman K. ALVES, Ella E. C. Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. **Contexto Internacional**, Vol. 41, n. 2, May/Aug, 2019.
- COHN, Carol. Sex and death in the rational world of defense intellectuals. **Signs**, v. 12, n. 4, p. 687-718, 1987.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUKUYAMA, Francis. Women and the Evolution of World Politics. **Foreign Affairs**, Vol. 77, Nº 5 (Sep - Oct), 2008, 22-40
- HOOKS, bell. **E Eu Não Sou uma Mulher?: Mulheres Negras e Feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.
- HOOKS, bell. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019b.
- JESUS, Diego S. V. Um Mundo de Homens? Masculinidades e Relações Internacionais. In: SOUSA, Natália M. F.. BARASUOL, Fernanda B. ZANELLA, Cristine K (Orgs). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ebook, 2023.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, v. 12/13, n. 3/1, p. 333-358, 1984.
- MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durham: Duke University Press, 2003.
- MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1948.
- OYARZÚN SERRANO, Lorena. Relaciones internacionales y América Latina: avances y desafíos en la disciplina. **OASIS**, n. 32, p. 105-124, jun. 2020. DOI: 10.18601/16577558.n32.08.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a edição, 2023.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (Org.). **The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America**. Dordrecht; London; New York: Springer, 2012. DOI: 10.1007/978-94-007-2694-9.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCOTT, Joan W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.
- SHEPHERD, Laura J. **Gender, UN Peacebuilding and the Politics of Space: Locating Legitimacy**. New York; Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. New York: Columbia University Press, 2013.
- SOARES, Letícia A. ROSA, Marina A. "Je Suis Ici, ainda que não queiram": a inviabilização da mulher negra como docente de Relações Internacionais no Brasil. In: SOUSA, Natália M. F.. BARASUOL, Fernanda B. ZANELLA, Cristine K (Orgs).. **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ebook, 2023.
- SOUSA, Natália M. F.. BARASUOL, Fernanda B. ZANELLA, Cristine K (Orgs). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ebook, 2023.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Orgs.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.
- TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.
- TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TRUE, Jacqui. Bringing Back Gendered States: Feminist Second Image Theorizing of International Relations. In: PARASHAR, Swati. TICNER, J. Ann. TRUE, Jacqui (eds.) **Revisiting Gendered States: Feminist Imaginings of the State in International Relations**. Oxford University Press, 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

Funções de colaboração exercidas	
Vinícius Henrique Mallmann	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Thaís Vieira	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Resenha do livro “Uma teoria do poder global”

Book Review “A Theory of Global Power”

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.153436>

Mateus Webber

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil

mateus.webber@hotmail.com  

Yuri Bravo Coutinho

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil

yuri.bravo1998@gmail.com  

Resumo

No livro “Teoria do Poder Global”, José Luís Fiori revisita sua obra acadêmica, escrita e oral, articulando seu conhecimento como sociólogo, economista e cientista político para sistematizar sua interpretação das transformações do poder nas relações internacionais. Realizamos uma resenha crítica da obra de Fiori (2024), cujo objetivo central é apresentar as redefinições do poder global, deslocando a interpretação conjuntural de busca por equilíbrios para a avaliação de que há uma lógica, inerente às relações internacionais de poder, de conflito permanente e gestão das incertezas, tanto nas guerras quanto na dinâmica de mercado. A resenha destaca como o autor rejeita interpretações economicistas ou evolucionistas do capitalismo, enfatizando decisões políticas e hierarquias estruturais. Ao reconstruir a trajetória hegemônica estadunidense e examinar os limites de suas intervenções militares, a obra evidencia o caráter contraditório da ordem unipolar e a emergência de potências emergentes, sobretudo China e Rússia. Conclui-se que a teoria do poder global de Fiori reúne uma vasta bibliografia que permite articular uma proposta teórica fundamental para interpretar as relações entre poder, tempo histórico e desenvolvimento no sistema capitalista interestatal.

Palavras-chave: Fiori; Poder Global; Capitalismo.

Abstract

In the book “Teoria do Poder Global” (Theory of Global Power), José Luís Fiori revisits his published work, integrating his knowledge as a sociologist, economist and political scientist to unveil a celebrated interpretation of the transformations of power in international relations. A thorough analytical review of Fiori's work (2024) was conducted, with the central objective of presenting the redefinitions of global power and shifting the conjunctural interpretation of the search for balance to an assessment that there is a logic, inherent in international power relations, of permanent conflict and management of uncertainties, both in wars and in market dynamics. The review under scrutiny here highlights the author's rejection of economicist or evolutionist interpretations of capitalism, emphasising political decisions and structural hierarchies as key factors. By examining the historical trajectory of United States hegemony and the limits of its military interventions, the work highlights the contradictory nature of the unipolar order and the emergence of new powers, especially China and Russia. The conclusion drawn therein asserts that Fiori's theory of global power synthesises a substantial bibliography, thereby facilitating the articulation of a foundational theoretical proposition for interpreting the relationships between power, historical time, and development in the interstate capitalist system.

Keywords: Fiori; Global Power; Capitalism.

Recebido: 05 Fevereiro 2026

Aceito: 06 Fevereiro 2026

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

José Luís Fiori é um dos intelectuais brasileiros mais influentes no campo da Economia Política Internacional e da Geopolítica. Com uma trajetória marcada pela análise crítica do sistema mundial, o autor é conhecido por desafiar visões convencionais sobre o desenvolvimento e o poder global. Sua formação transita entre a Ciência Política e a Economia, o que lhe permitiu construir uma narrativa única sobre como as grandes potências se formam e se tornam poderes hegemônicos. Atualmente professor titular de Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fiori construiu um pensamento denso e instigante que trata a Geopolítica como um jogo de xadrez onde as peças não param de se mover no tabuleiro.

A obra de Fiori, concentrada em “Teoria do Poder Global”, é essencial para quem deseja entender por que o mundo é tão desigual e por que as guerras e disputas de poder são constantes. A proposta teórica de Fiori redefine o poder global como um fluxo dinâmico e metafísico que se manifesta exclusivamente no ato de seu exercício. Sob essa ótica, fenômenos como guerras, crises e ascensão de hegemonias deixam de ser anomalias para se tornarem expressões naturais da dinâmica de expansão do poder.

O argumento central na primeira parte do livro estabelece uma ruptura ontológica com a economia política clássica, substituindo a busca por equilíbrios permanentes por uma visão de conflito perpétuo, ancorada na necessidade humana de mitigar a incerteza inerente à realidade social. Assim, ao tentar compreender uma conjuntura do tempo presente, “a partir dos motivos, decisões e determinações estruturais conhecidas, [o analista] procura prever consequências”, ao passo que compreender uma conjuntura passada, “ciente das consequências, [o analista] procura explicá-las, reconstruindo a trajetória de suas razões desconhecidas” (Fiori, 2024, p. 50). Nesse sentido, os arranjos políticos surgem como tentativas históricas de institucionalizar as relações sociais e controlar o imprevisível.

Contudo, como as decisões são tomadas sem o pleno conhecimento de seus desdobramentos, o futuro acaba por interpelar o presente através das expectativas dos atores. Assim, uma “conjuntura” é apresentada por Fiori como espaço de luta permanente pelo controle de referidas incertezas, onde informações, ideologias e experiências passadas transformam o porvir em um ativo estratégico para a tomada de decisão. Com efeito, o sistema internacional surge como uma conjuntura histórica específica sustentada pela capacidade soberana dos Estados de guerrear e emitir dívida, o que Fiori concebe como “luta violenta” e “luta pacífica”, respectivamente, pelo controle sobre as incertezas.

Para fundamentar o seu método, Fiori estabelece um diálogo crítico com grandes tradições do pensamento social. Ao recorrer a Clausewitz, o autor delimita a guerra como “situação-limite” da política, onde os meios e fins são racionalizados até que a politização do conflito provoque um estado de latência permanente. Ao confrontar a teoria econômica clássica, o autor rejeita o mercado como um “tipo ideal” autorregulado e previsível, propondo, em seu lugar, uma visão do capitalismo como um movimento cíclico, onde o poder e o tempo estrutural são variáveis decisivas. Da historiografia de Fernand Braudel, Fiori absorve a noção de simultaneidade das temporalidades, articulando a longa duração das estruturas seculares com as oscilações rápidas das crises conjunturais. Por fim, a análise destaca que nem mesmo o marxismo clássico resolveu plenamente a tensão entre estrutura econômica e vontade política, frequentemente recaindo em leituras economicistas. No encerramento do capítulo, a teoria do poder global apresenta-se como um programa de pesquisa incipiente, que evita ser normativo ou puramente preditivo, avaliando a continuidade estrutural por trás das mudanças conjunturais.

Nessa obra, além de retomar o debate sobre tempo, método e desenvolvimento, Fiori também aprofunda a discussão sobre temas que permeiam todos os seus trabalhos anteriores, como poder, hegemonia, riqueza, guerra e paz. Dialogando com autores como Eric Hobsbawm, Giovanni Arrighi e Henry Kissinger, Fiori analisa alguns fatores que já indicavam a “crise da hegemonia americana” desde o início da década de 1970. Se, por um lado, os Estados Unidos emergiram vitoriosos da Guerra Fria, consolidando uma liderança unipolar nos anos 1990 sob o signo da globalização, por

outro, a ascensão chinesa já no alvorecer do século XXI passou a tensionar essa ordem. Esse movimento sinalizava o esgotamento da hegemonia absoluta e o retorno de uma competição sistêmica mais acirrada.

Um dos argumentos centrais das obras de Fiori (como “Estados e moedas no desenvolvimento das nações”, de 1999 e “O poder americano”, de 2004) é a correlação entre o poder político e o poder econômico e como as dinâmicas internacionais devem ser entendidas por meio dessa lógica de competição interestatal. O capítulo dois constrói uma interpretação abrangente e deliberadamente não linear das transformações do capitalismo contemporâneo, articulando crises econômicas, inflexões ideológicas e reconfigurações do poder estatal. Ao percorrer diferentes momentos históricos (crise do padrão dólar-ouro, emergência do neoliberalismo, colapso soviético e reestruturação do capitalismo financeiro), Fiori evita uma narrativa cronológica convencional e privilegia a identificação de nexos estruturais. O elemento unificador dessa leitura é a centralidade do Estado como ator decisivo na conformação do desenvolvimento e da ordem global. Nesse sentido, o autor recusa explicações economicistas ou evolucionistas, sustentando que as mudanças internacionais resultam fundamentalmente de decisões políticas, disputas de poder e estratégias estatais, sobretudo das grandes potências.

Tal perspectiva se ancora na articulação teórica que combina economia política internacional, história e teoria sobre o Estado. A partir dela, Fiori questiona tanto a crença liberal na autorregulação dos mercados quanto as formulações desenvolvimentistas que abstraem as hierarquias do sistema internacional. A análise da chamada “revolução conservadora” e da ascensão da hegemonia neoliberal demonstra que a anunciada crise do Estado, recorrente no debate dos anos 1970, teve um forte conteúdo ideológico. Longe de se retrair, o Estado foi reconfigurado e fortalecido nos países centrais, assumindo novas funções voltadas à financeirização da economia e à sustentação de estratégias imperiais. Com isso, o debate sobre o desenvolvimento é deslocado para o terreno da soberania, da capacidade estatal e da assimetria entre centro e periferia, evidenciando que o mercado, isoladamente, não constitui uma força autônoma de ordenação histórica.

Os argumentos nesse sentido ganham densidade quando o autor contrasta a via prussiana de desenvolvimento com o desenvolvimentismo latino-americano. Enquanto a primeira esteve associada à construção de Estados nacionais com capacidades autônomas, resultantes de expansão geopolítica e impulsos industriais, o segundo aparece como um processo dependente e limitado, marcado pela hegemonia estadunidense e pela associação subordinada aos fluxos de capital estrangeiro. A retomada crítica do debate cepalino e da teoria da dependência reforça essa leitura, indicando que o desempenho histórico inferior da periferia decorre da ausência de uma estratégia estatal de longo prazo.

Dessa forma, o capítulo apresenta-se, a partir de ensaios, como um esboço de teoria política do desenvolvimento, na qual o Estado, a soberania e a luta pelo poder global ocupam o centro da explicação histórica. Em perspectiva comparada, Fiori denuncia o esgotamento do Estado desenvolvimentista brasileiro à luz das transformações do capitalismo internacional, demonstrando que essa crise resulta sobretudo das reconfigurações da hierarquia de poder e da perda de autonomia dos Estados periféricos. Isto é, o fenômeno cambiante das estruturas político-econômicas do poder global reduziu sistematicamente a capacidade de desenvolvimento fora dos centros de poder.

A transição da década de 1990 para os anos 2000 foi de crise econômica em vários países latino-americanos (como o “Efeito Tequila” no México, o “Corralito” na Argentina e a crise cambial brasileira); o acelerado desenvolvimento industrial dos “Tigres Asiáticos” (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong); o exponencial crescimento do comércio exterior chinês; o ressurgimento dos objetivos geopolíticos revisionistas da Rússia de Putin; a consolidação da União Europeia como bloco regional relevante no sistema internacional e o crescente questionamento sobre a validade e a representatividade da ordem internacional vigente à época. Fiori pontua que, de certa forma, foram os próprios Estados Unidos que propiciaram o ambiente internacional para seu relativo declínio nesse período. Para o autor,

no período em que a humanidade teria estado mais próxima de uma “paz perpétua” tutelada por uma única “potência global”, aquilo a que se assistiu foi uma sucessão quase contínua de guerras que

envolviam a própria potência dominante. Foi exatamente esse processo expansivo e bélico da potência dominante, os Estados Unidos, que provocou – de maneira contraditória – o ressurgimento militar da Rússia, bem como o aparecimento e a expansão da nova grande potência do sistema interestatal, a China (Fiori, 2024, p. 599).

Na parte quatro, Fiori faz um apanhado histórico acerca dos conflitos armados dos quais os Estados Unidos participaram no último século, iniciando nas duas Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945), a Guerra do Vietnã (1955-1975), a Guerra do Golfo (1990-1991) e, por fim, a Guerra do Iraque (2003-2011). O autor justifica essa retrospectiva para demonstrar como os norte-americanos se utilizam de conflitos armados para, em um primeiro momento, consolidar e, em seguida, expandir seu império global. A conclusão a que chega Fiori é que todos esses enfrentamentos militares ao redor do mundo não resultaram na consecução dos seus interesses, considerando que essas “intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; as guerras aéreas não foram suficientes sem a conquista territorial; e a conquista territorial militar não conseguiu dar conta da reconstrução nacional dos países derrotados” (Fiori, 2024, p. 474).

Nesse sentido, Fiori articula de forma consistente a quarta com a quinta e última parte da obra, intitulada “Guerra e Paz”. Nela, ele discorre tanto sobre os reflexos para a política internacional das guerras supracitadas, como também acerca das novas tensões mundiais, como a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022. Segundo Fiori, momentos historicamente disruptivos, como o atual, fomentam o surgimento de movimentos que questionam a validade e a representatividade de crenças e epistemologias consolidadas, produzindo fissuras na ordem internacional e abrindo espaço para maior pluralidade cultural, incorporação de novas pautas à agenda global e avanços científicos e tecnológicos. Para isso, “é necessário que as grandes potências contemporâneas abandonem seu dogmatismo missionário e catequético, e oficializem o ‘ceticismo’ como doutrina oficial do novo sistema internacional que está nascendo nesse início do primeiro século do terceiro milênio” (Fiori, 2024, p. 624).

A esse respeito, é interessante notar as aproximações e divergências entre Fiori e John Mearsheimer. Para Fiori, o poder e a riqueza atuam em simbiose indissociável, isto é, o Estado que deixa de expandir suas fronteiras está relegado a desaparecer. Há, portanto, a necessidade constante e perpétua de conquista, inerente ao “casamento” entre o capital e o poder militar. Mearsheimer, em contrapartida, vê a competição e a agressividade entre as potências como resultado e imposição da estrutura anárquica do sistema internacional, dentro da lógica do seu Realismo Ofensivo. Como não há uma entidade supranacional capaz de limitar o poder estatal, os Estados são impelidos a manter sua sobrevivência por meio da busca por hegemonia.

Outro autor das Relações Internacionais com o qual Fiori dialoga (ainda que indiretamente) é Joseph Nye, sobretudo com seu conceito de “*Soft Power*”. Para Fiori, a dimensão da atração cultural e da legitimidade institucional não constitui uma forma independente de poder, mas sim o verniz ideológico que necessariamente acompanha a expansão militar do Estado. Nye, por sua vez, vislumbra uma ordem internacional calcada na cooperação internacional e instituições internacionais, Fiori desmistifica essa visão ao tratar essas mesmas instituições e valores (supostamente) universais como ferramentas de cristalização de um *hegemon* que se impõe, notadamente, pela força. Dessa forma, a crise contemporânea vivida pelos Estados Unidos é ensejada mais por questões estruturais (a dinâmica constante de competição interestatal), do que, necessariamente, pela perda de uma “liderança moral” ou “de valores” norte-americanos.

Referências

FIORI, José Luís. **Uma teoria do poder global**: do sistema interestatal eurasiático à explosão do capitalismo. Petrópolis: Vozes, 2024.

MEARSHEIMER, John. **A tragédia da política das grandes potências**: o realismo ofensivo e a luta pela hegemonia. Rio de Janeiro: Graiva, 2014.

NYE JR., Joseph. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

Funções de colaboração exercidas	
Mateus Webber:	Conceituação; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição).
Yuri Bravo Coutinho:	Conceituação; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição).

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Diretrizes para autores

1. A revista *Conjuntura Austral* publica Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, nos idiomas português, inglês e espanhol;
2. A revista está dividida em quatro seções: Conjuntura (Análises de Conjuntura); Pesquisa (Artigos de Pesquisa); Leitura (Resenhas Bibliográficas) e Dossiê (Dossiês temáticos e Edições Especiais);
3. As contribuições devem ser originais e podem ter sido depositadas (de forma prévia ou simultânea à submissão para avaliação na revista) nos servidores de preprint considerados pela *Conjuntura Austral*;

3.1 A revista aceita submissões de preprints depositados nos seguintes servidores:

- [American Political Science Association](#)
- [OSFPreprints](#)
- [Preprints.org](#)
- [SciELO Preprints](#)

3.1.1. Caso decida realizar o depósito do manuscrito em servidor de preprint de maneira simultânea à submissão para a revista, os(as) autores(as) se comprometem a depositá-lo em um dos servidores considerados pela *Conjuntura Austral*;

3.2 Os preprints submetidos à revista serão avaliados por três pareceristas, sendo ao menos um membro do Comitê Editorial e outros dois selecionados de forma *ad hoc* pelo Comitê Editorial;

3.2.1. Caso solicitado, os nomes dos(as) pareceristas poderão ser, a critério do Comitê Editorial, informados aos(as) autores(as) do manuscrito;

3.2.2. Em caso de aprovação dos preprints para publicação, os pareceres emitidos serão também publicados, acompanhados dos nomes dos(as) respectivos(as) avaliadores(as);

3.3 Caso a contribuição esteja depositada em servidor de preprint, os(as) autores deverão informar o fato ao Comitê Editorial por meio do preenchimento do campo específico na Carta ao Comitê Editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento suplementar no momento da submissão do manuscrito;

4. Os manuscritos submetidos à revista devem respeitar critérios específicos de números mínimos e máximos de caracteres; nessa contabilização são incluídos título, resumo e palavras chave (no idioma original e em inglês), corpo do texto e notas de rodapé; não são incluídas as referências.

4.1 Trabalhos que não estejam adequados aos tamanhos estabelecidos poderão, mediante solicitação e a partir da avaliação do Comitê Editorial, ser considerados para a publicação; o registro dessa solicitação, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados no momento da submissão, na seção "Comentários ao editor" no processo de submissão de artigos no sistema;

4.2 Os artigos de Análise de Conjuntura devem conter entre 15 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços);

4.2.1 As Análises de Conjuntura deverão ser textos científicos que analisem uma situação ou fato atual, buscando uma interpretação que localize tal situação em estruturas explicativas (teóricas ou históricas) mais amplas. Diferentemente de um texto jornalístico ou informativo, a análise de conjuntura internacional deverá procurar elementos explicativos mais amplos, fundamentados em bibliografia pertinente, correlacionando a questão abordada. As análises de conjuntura devem conseguir articular elementos conjunturais e estruturais de forma equilibrada, oferecendo uma explicação provisória ao problema internacional apontado.

4.3 Os Artigos de Pesquisa devem conter entre 35 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços);

4.3.1 Os artigos de pesquisa deverão ser trabalhos resultantes de pesquisa científica original. Podem ser resultados parciais de pesquisas mais amplas, mas que já podem ser divulgados como uma unidade encerrada. Devem ter originalidade, precisão conceitual, definição do problema, dos objetivos e tratamento correto dos dados, adotar e apresentar de forma clara metodologia adequada, ser referenciado em bibliografia pertinente, e apresentar seus resultados. O texto deve ser suficientemente claro para um público mais amplo. O uso de imagens e tabelas que não tenham sido produzidas para o artigo enfraquecem a submissão e devem ser evitadas.

4.4 As Resenhas Bibliográficas devem conter entre 7 mil e 9 mil caracteres (espaços inclusive).

4.4.1 As resenhas deverão ter caráter crítico e analítico, não devendo limitar-se à apresentação da obra em questão. Espera-se que o texto contribua não apenas para o conhecimento da obra (identificando de forma clara e objetiva tanto seu argumento central, quanto sua estrutura de sustentação), mas também para situá-la no campo de estudos de Relações Internacionais, apresentando elementos que demonstrem sua interlocução com outras obras e também sua atualidade e relevância;

5. Os dados sobre os(as) autor(as) (nome completo, titulação, ORCID iD, filiação institucional – com o nome da instituição por extenso – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista para todos os(as) autores(as);

5.1 Essas informações deverão ser igualmente preenchidas na Carta ao Conselho editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento complementar no momento da submissão do manuscrito;

5.2 Os manuscritos, especialmente aqueles que não estejam depositados em servidores de preprints, não devem conter qualquer informação dos(as) respectivos(as) autores(as);

6. O completo preenchimento, pelos(as) autores(as), do formulário de submissão do artigo no sistema da Revista é imprescindível; submissões com dados incompletos não serão encaminhadas para avaliação;

6.1 O formulário de submissão do artigo deve ser obrigatoriamente preenchido também em inglês, o que é possível por meio da opção de troca de idioma disponível na parte superior do formulário (é necessário alterar o idioma no campo específico, no topo do formulário, e clicar no botão "submeter");

6.2 A seção do formulário de submissão destinada ao URL deve ser preenchida com o link para o Currículo Lattes do(a) autor(a) – sempre que ele(a) tiver um;

6.3 Todos(as) autores(as) devem ter seu ORCID iD informado no momento da submissão; caso o formulário informe que o ORCID id é inválido, tente retirar o "S" de "https" no endereço do ORCID iD; caso o problema persista, contate a equipe da *Conjuntura Austral*;

7. Não serão considerados para avaliação artigos com mais de três autores, salvo em casos considerados pertinentes pelo Comitê Editorial; o registro de solicitação para tanto, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados na seção "Comentários ao editor", no processo de submissão de artigos no sistema;

8. A titulação mínima para a submissão de manuscritos é Mestre(a);

8.1 Não serão aceitos trabalhos de graduandos(as), nem mesmo na condição de coautores(as);

8.2. Trabalhos de mestrands(as) só serão aceitos se acompanhados de outro(a) autor(a) com titulação maior;

9. No caso de resenhas bibliográficas, só serão aceitas contribuições de obras publicadas no máximo 24 meses antes da submissão do manuscrito;

9.1 Nas resenhas devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;

9.2 As resenhas não passarão pelo processo de revisão duplo-cego por pares, sendo sua avaliação realizada por integrantes do Comitê Editorial da revista;

10. Todas as contribuições devem vir acompanhadas de:

10.1 Três palavras-chave no idioma original e em inglês, separadas por ponto-e-vírgula (;);

10.2 Título no idioma original e em inglês;

10.3 Resumo no idioma original e em inglês;

10.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;

11. No caso das contribuições em inglês, elas também devem apresentar:

11.1 Três palavras-chave em um segundo idioma (português ou espanhol), separadas por ponto-e-vírgula (;);

11.2 Título em um segundo idioma (português ou espanhol);

11.3 Resumo em um segundo idioma (português ou espanhol);

11.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;

12. Os títulos dos artigos devem ter no máximo 200 caracteres (espaços incluídos), e não devem ser inseridos totalmente em maiúsculas no momento da submissão no sistema;

13. Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras, bem como apresentar, de forma clara e concisa, o tema, os objetivos, a metodologia utilizada e as conclusões do trabalho;

14. As contribuições deverão ser geradas por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e apresentada em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos; contribuições em qualquer outro formato não serão aceitas;

15. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas ou links;

15.1 Caso a nota de rodapé seja incluída no final da frase, ela deve ser inserida depois do ponto final.

16. O uso de imagens (fluxogramas, mapas, tabelas, gráficos e figuras) deve ser restrito ao essencial para a ilustração dos argumentos desenvolvidos no texto;

16.1 As tabelas, fluxogramas, gráficos e quadros devem ser produzidos no mesmo software de produção de textos utilizado na elaboração do manuscrito (ou em um software compatível), e devem ser incluídos no corpo do texto, com títulos, legendas e referências adequados, e não como imagens ou ao final do texto, como anexos;

16.2 A localização de mapas e imagens deve ser indicada de forma sequencial ([Figura 1], [Figura 2], etc.) no corpo do texto, acompanhada do título e das respectivas referências;

16.2.1 As imagens não devem ser incluídas no corpo do texto, e sim encaminhadas como documentos complementares, em formato .jpeg com resolução de ao menos 300 dpi;

16.2.2 No caso de imagens que não tenham sido produzidas pelo autor e que não tenham uma licença que permita sua livre reprodução, a submissão deve incluir, como documento complementar, uma autorização formal assinada pelo autor, editor e/ou detentor do copyright da imagem para seu uso e reprodução no artigo submetido à *Conjuntura Austral: journal of the Global South*.

17. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10pt.

17.1 As citações diretas devem estar obrigatoriamente no mesmo idioma que o artigo; caso o texto original esteja em outro idioma, a tradução do trecho em questão deverá ser usada no corpo do texto, acompanhada da indicação de que a tradução foi feita pelos(as) autores(as) do manuscrito, e a versão original poderá ser introduzida como nota de rodapé;

18. As referências devem ser listadas ao final do texto e devem se restringir àquelas efetivamente citadas no artigo.

18.1 No corpo do texto deve ser observado estritamente o sistema (AUTOR/A, data). Não serão aceitas referências bibliográficas completas em notas de rodapé.

19. As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no final do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, as referências devem ser inseridas obrigatoriamente no campo destinado a elas no momento da submissão no sistema. O formato utilizado pela Revista é:

SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (Eds). Título do livro: subtítulo do livro. Cidade: Editora, Ano, cap.X, p. xx-xx.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. Cidade do periódico, v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: Link para o artigo. Acesso em dia mês ano.

SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade, País, Ano, (nº de páginas)p.

SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: link para a notícia. Acesso em dia mês. ano.

20. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográficas, utilizar a NBR 6023:2018 e a NBR 10520:2002 da ABNT como referência;

20.1 Como forma de assegurar a conformidade com o estilo adotado pela revista, a Conjuntura Austral incentiva os(as) autores(as) a utilizarem a ferramenta [MyBib](#) para a elaboração da lista de referências;

20.1.1 O estilo de citação a ser utilizado é “*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SBUFRGS - ABNT (autoria completa) (Portuguese - Brazil)*”;

- 20.2 Em caso de dúvidas, os(as) autores(as) são aconselhados(as) a consultar a equipe da Conjuntura Austral antes da submissão dos manuscritos;
21. Os manuscritos submetidos à Conjuntura Austral não devem conter jargões, devendo ser escritos de forma clara e concisa. Linguagem não-discriminatória e científica são obrigatórias, e termos racistas, sexistas e/ou que expressem qualquer forma de preconceito não serão tolerados;
22. Termos e expressões em outro idioma que não o principal do artigo devem estar indicados em itálico;
23. Os conjuntos de dados usados para sustentar argumentos e conclusões de artigos devem, preferencialmente, estar disponíveis de forma integral e gratuita para os(as) leitores(as) da revista;
- 23.1 Os manuscritos submetidos devem citar e referenciar todos os dados, bases de dados, códigos de programas e outros materiais que tenham sido utilizados ou gerados na pesquisa;
24. Os artigos devem, obrigatoriamente, conter seções de introdução, de conclusão e de referências;
- 24.1 A fragmentação excessiva do restante do texto, com a inclusão de mais de duas subseções, deverá ser evitada;
- 24.2 Na seção de introdução dos manuscritos devem ser apresentados de forma clara e facilmente identificável o tema e o problema da pesquisa, além da metodologia utilizada;
- 24.3 Na seção de introdução e nas conclusões, quadros, tabelas ou figuras de qualquer natureza não são permitidos;
25. A Conjuntura Austral não publica mais de um artigo de um(a) mesmo(a) autor(a) em um intervalo menor do que doze meses; não serão aceitas submissões simultâneas de um(a) mesmo(a) autor(a);
26. Os(as) autores(as) deverão preencher a Carta ao Conselho Editorial, disponível neste [link](#), e incluí-la como documento complementar no momento da submissão do artigo;
27. Agradecimentos devem ser incluídos apenas em casos em que façam referência a apoio substancial recebido pelos(as) autores(as) no desenvolvimento da pesquisa que originou o artigo;
- 27.1. Os agradecimentos devem ser inseridos, pelos autores, no campo indicado na Carta ao Conselho Editorial;
- 27.2 Agradecimentos a auxílios ou financiamentos, bem como agradecimentos a colaborações de colegas e eventual menção à origem de um artigo (como, por exemplo, teses) devem ser indicados nesta seção;
- 27.3 Agradecimentos aos(as) pareceristas e dedicatórias não são permitidos;
- 27.4 Agradecimentos a indivíduos devem preceder agradecimentos a instituições ou agências;
28. Caso o manuscrito submetido seja aprovado para publicação, os(as) autores(as) se comprometem a fornecer, à Conjuntura Austral, materiais como comunicados de imprensa, entrevistas ou quaisquer outras informações solicitadas pelo Comitê Editorial;
29. A Conjuntura Austral: journal of Global South está aberta a propostas de dossiês temáticos ou edições especiais;
- 29.1 Um dossiê temático ou edição especial inclui, geralmente, entre 5 e 7 artigos que versem sobre um tema comum ou um mesmo conjunto de questões;
- 29.2. Propostas de dossiês temáticos e/ou edições especiais deverão ser enviadas para o e-mail da revista (conjunturaaustral@ufrgs.br), ter no máximo três autores(as), e ser acompanhadas das seguintes informações:
- 29.2.1. Nome(s), filiação por extenso, informações de contato, currículos resumidos dos(as) proponentes, bem como os link para seus Currículos Lattes (quando houver) e ORCIDid;
- 29.2.1.1 Ao menos um(a) dos(as) autores(as) deve ter título de doutor(a), e todos(as) devem ter ao menos título de mestre(a);
- 29.2.2 Proposta da edição especial ou dossiê, com no máximo 4.000 palavras de extensão (contabilizadas as notas e referências), contendo o título proposto para a edição especial, uma apresentação da temática da edição proposta e as justificativas da proposta;
- 29.2.3 Uma lista com os nomes, ORCIDid e contatos de ao menos 10 (dez) possíveis pareceristas a serem considerados para atuar na edição.
- 29.3. Em conjunto com o Comitê Editorial da Conjuntura Austral, os(as) proponentes do dossiê ou edição especial, na condição de Editores(as) Convidados(as), ficarão responsáveis por divulgar a edição e captar artigos para avaliação, bem como por supervisionar os processos de revisão por pares;
- 29.3.1 Aos(as) proponentes será facultado a elaboração de um Editorial para edição, o qual deverá ter caráter científico, sendo passível de citação acadêmica, e não se limitando à mera apresentação da edição;
- 29.4. As propostas aprovadas ficarão disponíveis no sistema da Revista Conjuntura Austral, como chamada especial, por no mínimo 60 dias, que é o prazo que todas as pessoas (seguindo as diretrizes da Revista) poderão enviar artigos, resenhas ou análises de conjuntura;
- 29.4.1 A Conjuntura Austral não publica números fechados ou completos, ficando, portanto, todos os dossiês temáticos e edições especiais abertos à submissão de trabalhos por todos(as) os pesquisadores(as) interessados.
- 29.5. Os trabalhos submetidos para essas edições deverão seguir as mesmas orientações das demais submissões, sendo incluídos apenas em uma seção diferente da revista, no momento da submissão, e serão submetidos ao mesmo processo de revisão cega por pares.
30. Somente serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com todas as diretrizes estabelecidas pela revista.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; se não for esse o caso, uma justificativa deve ser incluída no campo "Comentários ao editor";
2. Os arquivos para submissão foram gerados por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não ultrapassando 2MB); documentos em qualquer outro formato não serão aceitos.
3. URLs para as referências foram informadas sempre que necessário.
4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas foram geradas no processador de texto e estão inseridas no corpo do texto, não no final do documento, como anexos; as imagens tem seu espaço de inserção indicado no corpo do texto, em numeração sequencial entre colchetes ([Imagem 1], [Imagem 2], etc.) e serão incluídas como documentos suplementares.

5. O texto está plenamente de acordo com os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e demais critérios e exigências descritos nas [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
6. No caso de manuscritos que não tenham sido depositados em servidores de preprint, a identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção "Propriedades" no software de processamento de texto, garantindo, desta forma, o critério de sigilo da revista, conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação Cega por Pares](#).
7. Caso os(as) autores(as) decidam depositar o manuscrito em um servidor de preprints de forma simultânea à submissão para avaliação na revista, estes se comprometem a depositá-lo em um dos servidores aceitos pela Conjuntura Austral;
8. Os(as) autores(as) asseguram que a existência de quaisquer conflitos de interesse de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e/ou pessoal com relação ao manuscrito, bem como todo o apoio material e/ou financeiro recebido para o desenvolvimento deste trabalho, estão claramente informados no campo "Comentários ao Editor".
9. Os(as) autores(as) preencheram correta e integralmente a [Carta ao Comitê Editorial](#), que será encaminhada como documento suplementar na submissão de seu manuscrito.
10. Os(as) autores(as) estão cientes e plenamente de acordo com as [Diretrizes de ética e de boas práticas editoriais](#) adotadas pela revista.

Declaração de direito autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores(as) mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0](#), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o(a) autor(a) e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.
- b. Autores(as) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores(as) têm permissão para publicar, nos repositórios considerados pela Conjuntura Austral, a versão preprint dos manuscritos submetidos à revista a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).
- d. Autores(as) têm permissão e são incentivados(as) a publicar e distribuir online (em repositórios institucionais e/ou temáticos, em suas páginas pessoais, em redes ou mídias sociais, etc.) a versão posprint dos manuscritos (aceitos e publicados), sem qualquer período de embargo.
- e. A *Conjuntura Austral: journal of the Global South*, imbuída do espírito de garantir a proteção da produção acadêmica e científica regional em Acesso Aberto, é signatária da [Declaração do México sobre o uso da licença Creative Commons BY-NC-SA para garantir a proteção da produção acadêmica e científica em acesso aberto](#).

Apoio:

